



A GESTÃO DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO NA UFOP

Da Educação Física Obrigatória no Ensino Superior ao Desporto de Rendimento: a Organização do Desporto Universitário na Perspetiva dos Atletas.

Dissertação apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, no âmbito do curso do 2º Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Gestão Desportiva, de acordo com o Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março.

Orientador: Prof. Doutor Rui Proença Garcia
Coorientador: Prof. Doutor Paulo Lanes Lobato

Renato Lopes Moreira

Porto, junho de 2016

FICHA DE CATALOGAÇÃO

Moreira, R. L. (2016). A Gestão do Desporto Universitário na UFOP: Da Educação Física Obrigatória no Ensino Superior ao Desporto de Rendimento, a Organização do Desporto Universitário na Perspetiva dos Atletas. R. Moreira. Dissertação de Mestrado em Gestão Desportiva, apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Palavras-chave: GESTÃO, DESPORTO UNIVERSITÁRIO, EDUCAÇÃO FÍSICA OBRIGATÓRIA, UFOP, ANÁLISE SWOT.

DEDICATÓRIA

A todos os atletas e professores que estão ou já estiveram envolvidos com o Desporto universitário na UFOP desde 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus por toda proteção, Luz, guarda, serenidade, paciência e por me permitir realizar um sonho pessoal.

Agradeço a minha família por estar sempre ao meu lado me apoiando e incentivando durante todo este tempo.

Ao professor Dr. Rui Garcia, por todo apoio, atenção, amizade, disponibilidade e incentivo dado durante o mestrado em *Gestão Desportiva* e principalmente pela orientação nesta dissertação. Ao professor Paulo Lobato, pela amizade e pelo trabalho desenvolvido em conjunto desde os tempos da minha graduação na UFV.

Ao Kellerson, Gustavo e Ricardo, pelo convívio e conversas sobre o Desporto universitário na UFOP durante todos estes anos.

À Thays, Diana e ao Diorranes e o Júlio, por seguirem com os treinamentos das equipes e com as aulas do projeto de Futsal enquanto estive fora.

A todo corpo docente do mestrado em *Gestão Desportiva*, pela oportunidade que me foi dada em frequentar o curso que sempre quis fazer. A todos os professores e funcionários da FADEUP, em especial a Lurdes e a Marta, pela paciência, receptividade, convivência e aprendizado diário.

Agradeço ao Newton Milani (Birigui), pela recepção no Porto, por todo apoio, suporte, convívio e amizade, também desde os tempos da minha graduação na UFV. Marco, Sarita, Carlos, Camila, Maickel, Helder, Daniel, Edson, Geraldo, Paipe, Joana, Andreza, Luana, Marcelo e tantas outras pessoas que pude conviver nestes anos de Porto.

Às turmas de 2013/2015 e 2014/2016 do mestrado em *Gestão Desportiva* pelo convívio, receptividade e amizade. Aos novos amigos conquistados, em especial Ivan, Bernardo, William, Fellipe e Gabriel (estes se tornaram 'irmãos que a vida me deu' e precisaria de mais de uma página aqui para descrevê-los) pela amizade, companheirismo e ensinamentos durante esses anos.

A todo mundo que sempre torceu por mim, orou ou me mandou energias positivas e boas vibrações durante esta caminhada.

A todos vocês, o meu muitíssimo obrigado.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA-----	III
AGRADECIMENTOS-----	V
ÍNDICE GERAL-----	VII
ÍNDICE DE FIGURAS-----	XI
ÍNDICE DE QUADROS-----	XIII
ÍNDICE DE ANEXOS-----	XV
RESUMO-----	XVII
ABSTRACT-----	XIX
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS-----	XXI
1. INTRODUÇÃO-----	23
2. REVISÃO DE LITERATURA-----	31
2.1. O período militar no Brasil (1964 – 1985)-----	33
2.2. A Educação Física no Brasil-----	37
2.3. O Desporto Universitário no Brasil-----	49
2.3.1. A CBDU-----	55
2.3.2. A FUME-----	57
2.4. A Educação Física na UFOP-----	59
2.4.1. O Programa Segundo Tempo na UFOP-----	63
2.4.2. O Esporte Universitário na UFOP-----	68
3. METODOLOGIA-----	77
3.1. Participantes-----	84
3.2. Recolha de dados-----	86
3.2.1. Coleta documental-----	87

3.2.2. Entrevista-----	88
3.2.2.1. Guião de entrevista -----	92
3.2.2.2. Realização das entrevistas-----	92
3.2.3. Questionário -----	93
3.3. Análise de dados -----	98
3.3.1. Preparação das informações -----	99
3.3.2. Unitarização -----	99
3.3.3. Categorização-----	100
3.3.3.1. Categorias da pesquisa-----	101
3.3.3.1.1. Categoria A – Sobre a Educação Física obrigatória na UFOP -----	101
3.3.3.1.2. Categoria B – Sobre o Esporte na UFOP -----	101
3.3.3.1.3. Categoria C – Sobre a Estruturação do Desporto na UFOP -	101
3.3.3.1.4. Categoria D – Sobre a participação dos Docentes/ Servidores no Desporto Universitário na UFOP -----	102
3.3.3.1.5. Categoria E – Sobre a participação das Equipes universitárias nas competições das Federações-----	102
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS -----	103
4.1. Perfil do atleta das Equipes Universitárias da UFOP -----	105
4.2. Questionários Fechados -----	105
4.2.1. Sobre a Educação Física obrigatória na minha Universidade -----	105
4.2.2. Sobre o Desporto na minha Universidade -----	106
4.2.3. Sobre a estruturação do Desporto na minha Universidade-----	107
4.2.4. Sobre a participação dos docentes/servidores no Desporto universitário na minha Universidade -----	108
4.2.5. Sobre a participação das equipes universitárias nas competições das Federações -----	109
4.3. Questionários Abertos -----	110
4.3.1. Qual a sua opinião sobre a obrigatoriedade da Educação Física como disciplina (EFD 301 e EFD 302) na UFOP? -----	110
4.3.2. Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento do Desporto de competição oferecido pela UFOP? -----	111
4.4. Matriz e Análise SWOT do Desporto Universitário na UFOP -----	113
4.4.1. Matriz SWOT do Desporto Universitário na UFOP -----	117
4.4.2. Análise SWOT do Desporto Universitário na UFOP -----	118
4.4.2.1. Pontos Fortes x Oportunidades -----	118
4.4.2.2. Pontos Fortes x Ameaças -----	119
4.4.2.3. Pontos Fracos x Oportunidades -----	120
4.4.2.4. Pontos Fracos x Ameaças -----	121

5. CONCLUSÕES-----	125
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	129
7. ANEXOS -----	XXIII
Anexo 1 - Questionário aberto -----	XXV
Anexo 2 - Questionário aberto -----	XXVIII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Calendário CBDU 2016.....	57
Figura 2 – Calendário FUME 2016.....	59
Figura 3 – Universidades e IFs de Minas Gerais.....	85
Figura 4 – Matriz SWOT.....	115

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – IES filiadas a FUME	58
Quadro 2 – Competições 2011 - LDU	68
Quadro 3 – Competições 2012 – JUMs/JUBs	71
Quadro 4 – Competições 2013 – JUMs/JUBs	72
Quadro 5 – Competições 2014 – JUMs/JUBs	73
Quadro 6 – Competições 2015 – JUMs.....	73
Quadro 7 – Números gerais da Equipes Universitárias da UFOP	74
Quadro 8 – Equipes Universitárias criadas e ativas da UFOP (2010 - 2015)...	74
Quadro 9 – Resultados obtidos pelas Equipes Universitárias da UFOP	75
Quadro 10 – Número de Atletas/Campi representados pelas Equipes	75
Quadro 11 – Número de Atletas/Cursos representados.....	76
Quadro 12 – Investimento total da UFOP com o Desporto Universitário.....	76

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1– Questionário Fechado.....	XXIII
Anexo 2 – Questionário Aberto	XXIII

RESUMO

Durante muito tempo a Educação Física foi componente curricular obrigatório nos ensinos básicos, fundamental e médio no Brasil. Com a ascensão dos militares ao poder no Brasil e por meio do decreto 705/69 de 25 de julho de 1969, a Educação Física tornou-se obrigatória também no ensino superior. Essa obrigatoriedade perdurou durante todo o regime militar (1964 – 1985) e seguiu até a aprovação da lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Esta lei estabeleceu as novas bases para a educação brasileira e tornou a Educação Física uma disciplina obrigatória nos ensinos fundamental e médio, mas de caráter facultativo para o ensino noturno e superior. Dessa forma, várias IES decidiram acabar com a Educação Física como disciplina obrigatória. A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi uma das poucas IES do Brasil e a única de Minas Gerais que resolveu manter a Educação Física como disciplina obrigatória em sua grade curricular e, a partir disso, aliado a projetos e programas oferecidos pela universidade, o Desporto de competição dentro da universidade foi criado em 2010, participando regularmente de competições universitárias e não universitárias desde então.

Com base em tais fatos, o presente trabalho objetivou analisar gestão do Desporto Universitário na UFOP pela perspectiva dos atletas participantes das equipes universitárias. Para tal, realizou-se um estudo de natureza qualitativa, exploratório e aplicado, utilizando a análise de fontes documentais e a aplicação de questionários fechados e abertos com os atletas das equipes para coleta das informações desejadas. As respostas obtidas foram interpretadas por meio de análise de conteúdo e análise SWOT. Os resultados obtidos parecem poder concluir que é notório o potencial esportivo da Universidade, porém faz-se necessária e urgente que a UFOP crie mecanismos de ajuda e apoio para o Desporto Universitário de competição.

Palavras-chave: GESTÃO, DESPORTO UNIVERSITÁRIO, EDUCAÇÃO FÍSICA OBRIGATÓRIA, UFOP, ANÁLISE SWOT.

ABSTRACT

For a long time, Physical Education was a mandatory curricular component in basic, elementary and high schools in Brazil. With the rise of Military Ruling in Brazil and by the Decree 705/69 of July 25, 1969, Physical Education also became mandatory in higher education. This fact continued throughout the whole Military Regime (1964 - 1985) until the approval of the Law 9.394/96 of 20 December 1996. This ruling established new bases for Brazilian education and made Physical Education an obligatory curricular component in elementary and high education, but with optional status for the nocturnal and higher education. What happened was that several Education Institutions decided remove Physical Education as an obligatory curricular component. Ouro Preto Federal University (UFOP) was one of the few universities in Brazil and the only one in the State of Minas Gerais which decided to keep Physical Education as an mandatory curricular component in their curriculum, and from this, connected with projects and programs offered by the university, college sports teams were created in 2010, participating regularly in university and non-college competitions since. With that being said, this study aimed to analyze the management of College Sports in UFOP from the perspective of participating athletes of the university teams. For such, a qualitative, exploratory and applied study was made, utilizing the analysis of documental sources and the application of closed and open questionnaires to the athletes of the UFOP teams searching to gather the desired information. The answers were interpreted through content analysis and SWOT analysis. The results seem to conclude that the sporting potential of the University is well known, but it is necessary and urgent that UFOP create aid mechanisms and support for the University sports.

Keywords: MANAGEMENT, UNIVERSITY SPORTS, OBLIGATORY PHYSICAL EDUCATION, UFOP, SWOT ANALYSIS.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

Abreviaturas

Art. - Artigo

Arts. - Artigos

Siglas

AAA = Associações Atléticas Acadêmicas

AAAUFOP = Associação Atlética da UFOP

AI -1 = Ato Institucional Número 1 (AI-1),

CBDU = Confederação Brasileira do Desporto Universitário

CEDUFOP = Centro Desportivo da Universidade Federal de Ouro Preto

CIE = Confederação Internacional de Estudantes

CND = Conselho Nacional de Desportos

COB = Comitê Olímpico Brasileiro

EFD = Educação Física e Desporto

EFD 301 = Educação Física e Desportos I

EFD 302 = Educação Física e Desportos II

ENEFD = Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

EPT = “Esporte para Todos”

EsEFEx = Escola de Educação Física do Exército

FAE = Federação Atlética de Estudantes no Rio de Janeiro

FEURJ = Federação de Desportos Universitários do Rio de Janeiro

FISU = Federação Internacional Esporte Universitário

FUME = Federação Universitária Mineira de Desportos

FUPE = Federação Universitária Paulista de Desportos

ICHS = Instituto de Ciências Humanas e Sociais

ICSA = Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

IES = Instituição de Ensino Superior

IEU = Iniciação Esportiva Universal

IF = Instituto Federal

INEF = Instituto Nacional de Educação Física

JDC = Jogos Desportivos Coletivos
JUBs = Jogos Universitários Brasileiros
JUMs = Jogos Universitários Mineiros
LDB = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDU = Liga Desportiva Universitária
ME = Ministério do Esporte
NED = Núcleos de Esporte Educacional
PDI = Plano de Desenvolvimento Institucional
PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNEFD = Política Nacional de Educação Física e Desportos
PSD = Partido Social Democrático
PST = Programa Segundo Tempo
PST – Paradesporto = Programa Segundo Tempo Paradesporto
PST – U: Programa Segundo Tempo Universitário
SLDU – MG = Seletiva da Liga Desportiva Universitária – Minas Gerais
SNE = Sistema Nacional de Esportes
SNELIS = Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
SWOT = S (Strength), W (Weakness), O (Opportunities), T (Threatness)
UDN = União Democrática Nacional
UFOP = Universidade Federal de Ouro Preto

Símbolos

§ - Parágrafo

1. INTRODUÇÃO

A Universidade é a última etapa formal na formação dos jovens enquanto pessoas e profissionais. Ao ingressar na Universidade os jovens devem optar pelo curso que apresentam maior afinidade, adquirindo assim o conhecimento e formação necessária para exercer essa profissão no futuro. Geralmente a rotina acadêmica acaba sendo desgastante, fazendo com o aluno deixe de lado alguns hábitos que ele adquiriu anos antes. Um desses hábitos deixados de lado pelos alunos é o Desporto, que por não fazer parte da grade de alguns cursos, é considerado desnecessário. Por causa disso, alguns alunos que eram atletas ou praticavam um Desporto de forma regular acabam largando esta prática por causa da rotina diária de estudos durante a vida acadêmica. Esta classificação pode ser questionada, pois o Desporto beneficia para seus praticantes, independente do curso ou de caráter oferecido, seja participação, lazer ou de competição, a socialização e a criação de hábitos que colaboram para a melhoria da saúde física e condição psicológica. (Silva, Machado & Dias, 2014; Koch et. al.; 2015).

A Educação Física, na forma de Desporto, é oferecida no Brasil desde o tempo do Império. Porém, por estar sempre sujeita à cultura dominante da época, a Educação Física nunca teve uma identidade definida. Na época do Império (1822 – 1889) a Educação Física era oferecida nas escolas frequentadas pelas famílias com posse. A partir da proclamação da República, em 1889, a Educação Física foi tratada de forma higienista, com ênfase na saúde da população. Entre 1930 – 1945, por causa das grandes guerras e conflitos mundiais, a Educação Física assumiu um caráter militarista, preparando a sociedade para o combate. No período de 1945 – 1964 a Educação Física assumiu um caráter pedagógico, com o intuito de promover a saúde para a população, mas de forma educativa, utilizando ações como desfiles, competições, formação de bandas, entre outras. Entre 1964 – 1985 a Educação Física, durante o período militar no Brasil, assumiu um caráter de busca de talentos e treinamento esportivo, utilizando os resultados obtidos pelas equipes brasileiras como forma de engrandecimento do país como potência esportiva. A partir de 1985, com o fim do regime militar no Brasil, a Educação Física adotou um caráter populista, trabalhando conceitos de inclusão, participação, cooperação, afetividade, lazer

e qualidade de vida para toda a população. (Lima, 2009; Chagas & Garcia, 2011; Soares, 2012; Ferreira & Sampaio, 2013; Sorato & Euzébio, 2014; Borré, 2015).

Durante muito tempo a Educação Física foi componente curricular obrigatório nos ensinos básicos, fundamental e médio. Porém, com a ascensão dos militares ao poder no Brasil, após o golpe de 1964, o sistema educacional brasileiro acabou crescendo de forma abrupta. O decreto 705/69 de 25 de julho de 1969 tornou a Educação Física obrigatória também no ensino superior. Dessa forma, todas as universidades deveriam oferecer a Educação Física como atividade regular para seus alunos, independente do curso. (Russi, 2012; Soares, 2012).

Essa obrigatoriedade perdurou durante todo o regime militar e seguiu mesmo após o seu término em 1985. Entretanto, no dia 20 de Dezembro de 1996, foi aprovada a lei 9.394/96, que estabeleceu as novas bases para a educação brasileira. Esta lei tornava a Educação Física uma disciplina obrigatória nos ensinos fundamental e médio, mas de caráter facultativo para o ensino noturno e superior. Assim, cada Instituição de Ensino tinha a autonomia para definir sobre a permanência da Educação Física em sua grade curricular. O que aconteceu foi que várias IES decidiram acabar com a Educação Física como disciplina obrigatória para os cursos de graduação em sua grade curricular, mantendo somente o curso de Educação Física. (Paula & Faria, 1998; Silva, 2008; Júnior, 2011; Chemin, Ely & Neuenfeldt, 2012).

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi uma das poucas IES do Brasil e a única de Minas Gerais que resolveu manter a Educação Física como disciplina obrigatória para seus cursos. Esta oferta da disciplina, aliado a projetos e programas oferecidos pela universidade acabou contribuindo para o início do Desporto de competição dentro da universidade, que desde 2011 participa regularmente de competições universitárias e não universitárias, mobilizando alunos, professores e servidores da UFOP.

A escolha deste tema surgiu para verificar como o Desporto Universitário vem sendo gerido na UFOP. A ideia é fazer um levantamento desde a retomada do Desporto Universitário pela UFOP, a partir da Educação Física obrigató-

ria para os cursos de graduação (as EFD's) e do Programa Segundo Tempo Universitário, e ver como a UFOP vem investindo e desenvolvendo o Desporto Universitário em seus campi e entre seus alunos. O tema ainda se torna pertinente ao observar a importância do Desporto na questão da saúde, bem-estar, qualidade de vida e como agente formador dos jovens envolvidos diretamente com esta prática.

A partir disso e da definição do tema chegamos à pergunta central que serviu de base para toda a pesquisa desenvolvida:

1. Qual a perspectiva dos atletas em relação à Gestão do Desporto Universitário dentro da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)?

A escolha pela perspectiva dos atletas foi pelo fato de que, a maioria dos estudos sobre Gestão do Desporto se dá do ponto de vista dos gestores, o que às vezes pode acabar encobrindo ou mascarando alguns erros e problemas da gestão. A opinião dos atletas proporciona a chance de ouvir quem está diretamente envolvido com o Desporto universitário, vivenciando treinamentos e competições quase que diariamente. Assim, essa opinião torna possível avaliar o investimento, o apoio, a estrutura disponível, a divisão de treinos entre as equipes, a participação de docentes e servidores e por fim, os resultados obtidos pelas equipes da UFOP nas competições que elas participam.

A partir da questão principal do estudo outra questão complementar foi levantada, que, se respondida, ajudará a perceber outra forma como o Desporto é oferecido dentro da UFOP. Como questão secundária destaca-se:

2. Qual a opinião dos atletas sobre a obrigatoriedade da Educação Física como disciplina obrigatória na UFOP?

Esta questão secundária ainda pode servir como um instrumento de avaliação futuro para a UFOP, sendo utilizado de forma mais ampla, com os alunos que não estão envolvidos com o Desporto universitário de competição, tendo a

percepção deles sobre a obrigatoriedade da Educação Física dentro da universidade.

O ponto inicial deste estudo será a obrigatoriedade da prática da Educação Física como disciplina para todos os alunos da UFOP, mantendo uma condição imposta desde o regime militar, passando pela implantação do programa Segundo Tempo Universitário (PST-U) até chegar à criação das equipes universitárias e a implantação do Desporto Universitário na Universidade. A partir daí será analisado a forma como o Desporto é gerido pela UFOP, indicando o investimento feito, a participação e os resultados das equipes nas competições, culminando com a satisfação e perspectiva dos alunos/atletas. Definido o quadro atual, será realizada uma análise SWOT dos pontos fortes e fracos, das oportunidades e ameaças do Desporto Universitário dentro da UFOP.

O tema escolhido, somado à questão central e à secundária, acabou criando os objetivos deste trabalho. Foi definido um objetivo geral e cinco específicos, de forma que eles possam contribuir na obtenção das respostas às questões propostas. Assim, o objetivo geral deste estudo é:

. Analisar a gestão do Desporto Universitário dentro da UFOP, pela perspectiva dos atletas envolvidos com as equipes de competição da UFOP;

Já os objetivos específicos definidos foram os seguintes:

- 1. Analisar com os atletas das equipes universitárias da UFOP:*
 - (A) Como eles veem a gestão do Desporto Universitário da UFOP;*
 - (B) Como eles veem a obrigatoriedade da Educação Física como disciplina curricular dentro da UFOP;*
 - (C) Quais as perspectivas para o Desporto Universitário na UFOP.*
- 2. Analisar com os dirigentes da UFOP:*
 - (A) Como eles veem o Desporto Universitário atualmente dentro da UFOP;*
 - (B) Qual a importância do Desporto Universitário para a formação dos alunos e dentro do ambiente da própria Universidade;*

- (C) Quais as perspectivas para o Desporto Universitário na UFOP;*
- . Confrontar estas visões via análise SWOT e apresentar os resultados obtidos para a Reitoria da UFOP;*
 - 3. Utilizar os resultados obtidos em um futuro PDI da UFOP ou mesmo na criação de uma Política Desportiva dentro da Universidade, contribuindo para a continuidade do investimento no Desporto Universitário e aumento da oferta do Desporto dentro da Universidade;*
 - 4. Analisar a obrigatoriedade da Educação Física enquanto disciplina curricular da grade dos cursos da UFOP e suas perspectivas;*
 - 5. Criar um perfil mais específico dos atletas da UFOP.*

A ideia inicial deste trabalho era fazer uma entrevista semiestruturada durante um JUMs (Jogos Universitários Mineiros), nos quais geralmente há a participação média de 15 instituições federais e mais de 800 atletas do estado de Minas Gerais. Porém, por receio do estudo ficar amplo demais, e levando-se em consideração os seguintes fatores:

- . Tempo hábil para realização da pesquisa;*
- . Tamanho do estado de Minas Gerais;*
- . Número de Instituições Federais no estado de Minas Gerais;*
- . A especificidade da Educação Física obrigatória no Ensino Superior;*

Assim, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi definida como objeto principal deste estudo.

A fim de proporcionar a discussão sobre o Desporto universitário e atingir seus propósitos, este trabalho foi dividido em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, o presente, será contextualizado e apresentado o tema, as questões propostas e os objetivos do trabalho. Ainda serão expostos os demais capítulos da dissertação.

O segundo capítulo diz respeito à revisão de literatura, e será dividida em quatro grandes áreas: (1) Período Militar no Brasil (1964 – 1985), onde serão expostos fatos da ascensão dos militares ao governo do Brasil, a obrigatorie-

dade da Educação Física nas escolas e o final do regime; (2) A Educação Física no Brasil, expondo fatos desde o tempo do Império no Brasil até os dias atuais, demonstrando as tendências utilizadas neste período, além das políticas adotadas; (3) O Desporto Universitário no Brasil, mostrando sua evolução e as principais instituições e políticas que gerem este tipo de Desporto no Brasil; (4) A Educação Física na UFOP, mostrando a evolução do Desporto na UFOP, iniciando como atividade regular na grade da Universidade, culminando com criação do CEDUFOP e a criação do curso de Educação Física, à oferta do Programa Segundo Tempo Universitário e com a posterior criação das equipes de competição da UFOP.

O terceiro capítulo será referente à metodologia utilizada, destacando os participantes selecionados, os processos de recolha de dados e coleta documental, os instrumentos utilizados e a forma de análise dos dados coletados.

O quarto capítulo apresentará os dados obtidos nos questionários fechados e abertos e haverá uma discussão dos mesmos. Também será realizada a análise SWOT com base nas opiniões dos atletas e discussão dos resultados obtidos.

O quinto capítulo será para apresentar as conclusões deste trabalho, buscando responder as questões levantadas por ele.

Após estes cinco capítulos, para finalizar, serão apresentadas as referências bibliográficas utilizadas neste trabalho.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. O período militar no Brasil (1964 – 1985)

O período militar pode ser considerado como sendo o período da política brasileira em que os militares governaram o Brasil. O militarismo no Brasil foi de 1964 a 1985 e pode ser caracterizada como uma época marcada pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar.

Barros (2007) reforça que é notória a instabilidade política no cenário brasileiro e mostra que, antes do golpe militar de 1964, o Brasil já havia tido cinco golpes de Estado, em 1930, 1937, 1945, 1954 e 1955.

A crise política no Brasil vinha desde a renúncia do então presidente Jânio Quadros em 1961. O vice de Jânio Quadros era João Goulart, que assumiu a presidência num clima político adverso. Atassio & Villa (2007) disseram que Jânio Quadros, o presidente que havia renunciado, possuía o apoio dos militares, pois suas ideias de Governo iam de encontro com as da União Democrática Nacional (UDN), partido pelo qual os militares estavam mobilizados desde a década de 1940. Em compensação João Goulart, o vice-presidente, era visto como oposição pelos militares pelas ideias que ele defendia e poderia querer implantar. Nesta época, as candidaturas não eram vinculadas, havendo o voto para presidente e vice-presidente separadamente, o que poderia resultar na eleição de opositores, o que acabou sendo exatamente este o caso.

Segundo Toledo (2014) o governo de João Goulart, que foi de 1961 a 1964, acabou não agradando de dois dos maiores partidos importantes do Governo Nacional, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), o que acabou por acarretar uma ferrenha oposição dos governadores dos estados mais importantes do país (São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, etc.), oposição de setores significativos da sociedade como empresariado industrial, rural e banqueiros, da Igreja Católica, dos militares e da classe média. Esta forte oposição se deu pela abertura às organizações sociais, o que levou um temor da guinada do Brasil para o lado socialista em pleno auge da Guerra Fria. Toledo (2014) afirma que, com o Congresso fechado ou tutelado, as reformas econômicas e sociais poderiam ser realizadas. Este governo de estilo populista e de esquerda chegou a gerar preocupação nos EUA,

que junto com as classes conservadoras brasileiras, temiam um golpe comunista.

Segatto (2014) mostra que desde a renúncia de Jânio Quadros, após somente sete meses de presidência, os ministros militares das três forças tentaram vetar a posse de João Goulart, alegando que ele era um demagogo político e um adversário da ordem. Para os militares, de acordo com Atassio & Villa (2007) e Sanfelice (2008), o passado de João Goulart e suas tendências esquerdistas requeriam a intervenção militar e a posse dele, pois somente assim estariam evitando um possível golpe que pudesse ser realizado. A posse de João Goulart, segundo Segatto (2014), só aconteceu após uma grave crise política, uma ameaça de guerra civil e uma grande mobilização em defesa da legalidade, tendo como solução um compromisso com a reforma da Constituição e o estabelecimento do regime parlamentarista. Essa fórmula política tinha a intenção de limitar os poderes presidenciais, subordinando o Executivo ao Legislativo. Barros (2007) diz que o período parlamentarista pode ser resumido numa verdadeira crise parlamentar que, impulsionado por greves gerais, teve a antecipação do plebiscito no qual o povo escolheria entre o parlamentarismo e o presidencialismo. Originalmente marcado para 1965, foi antecipado para 06 de janeiro de 1963 por João Goulart, dando larga vitória ao presidencialismo.

Os problemas econômicos se agravaram, resultado do desequilíbrio financeiro para construir Brasília, ocasionando o aumento da inflação e do *deficit público*, o que preocupou os militares, que viam essa situação como favorável para o avanço do comunismo. Além da crise financeira, a crise social também aumentou, com inúmeras greves e crescimento de movimentos reivindicatórios, o que, aos olhos dos militares, representava um risco à segurança nacional, caracterizando uma estratégia de comunista para penetração no Brasil. Este novo contexto político-social acabou piorando e muito a situação do governo João Goulart (Toledo, 2004; Atassio & Villa, 2007; Segatto, 2014, Toledo, 2014).

Em 13 de março de 1964, João Goulart realizou um grande comício na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, onde defendeu as Reformas de Base, prometendo mudanças radicais na estrutura agrária, econômica e edu-

cacional do Brasil. Ações como dissolução do Congresso e convocação de um plebiscito para criação de uma Assembleia Constituinte foram alguns dos pontos controversos segundo Segatto (2014).

Uma manifestação conservadora contra as intenções de João Goulart só serviu para aumentar o clima de crise e as tensões sociais que já existiam. No dia 31 de março de 1964, tropas militares de Minas Gerais e São Paulo saíram às ruas e João Goulart, querendo evitar uma guerra civil, deixou o Brasil e buscou refúgio no Uruguai. Assim, os militares tomaram o poder no Brasil e decretaram o Ato Institucional Número 1 (AI-1), em 9 de abril. Este ato cassava mandatos políticos de opositores ao regime militar e tirava a estabilidade de funcionários públicos. Este ato mostra que desde o início a intenção dos militares era sustar a democracia, suspender direitos políticos, cassar mandatos, intervir em sindicatos e outras organizações, entre outras ações.

Os presidentes do Brasil durante o período militar foram:

- . *General Humberto de Alencar CASTELO BRANCO (1964 – 1967)*
- . *General Arthur da COSTA E SILVA (1967 – 1969)*
- . *General Emílio Garrastazú MÉDICI (1969 – 1974)*
- . *General Ernesto GEISEL (1974 – 1979)*
- . *General João Batista FIGUEIREDO (1979 – 1985)*

A partir de 1979, a liberdade democrática começou a retornar ao Brasil após algumas medidas tomadas pelo regime militar. A principal mudança foi na substituição do sistema bipartidário por uma reforma política ampla, que abriu espaço para a criação de novos partidos políticos, caracterizando um processo de fragmentação político-partidária. Em 1982, os novos partidos disputaram eleições para os governos estaduais e demais cargos legislativos e posteriormente tentaram articular uma lei instituisse o voto direto na escolha do sucessor do da República. Em 1983, essa articulação se tornou um projeto de lei chamado “Emenda Dante de Oliveira”, nome do deputado que a propôs que acabou repercutindo entre vários grupos mais politizados das capitais e grandes cidades do Brasil. Em pouco tempo, foram organizados grandes comícios

onde a população se colocava em favor da escolha direta para o cargo de presidente da República. Com a repercussão tomada nos meios de comunicação, essas manifestações se transformaram no movimento das “Diretas Já!” (Souza, 2016).

Souza (2016) diz que o movimento das “Diretas Já” foi reconhecido com uma das maiores manifestações popular já ocorrido no Brasil. O crescimento do movimento, coincidindo com o agravamento da crise econômica em que coexistiam inflação e uma profunda recessão, acabou criando uma mobilização de entidades de classes e de sindicatos unidas pelo desejo de eleições diretas para presidente da República. A essa altura, a perda de prestígio do regime militar junto à população era grande. Para Eugênio (1995) o movimento das “Diretas Já” pode ser analisado como uma disputa fria das forças sociopolíticas em conflito e a crise institucional do regime militar. Para Oliveira & Marinho (2012) as manifestações em prol das “Diretas Já” acabaram criando novos ambientes para o exercício da política, ao promoverem relações inesperadas com o espaço público, fazendo dos grandes centros urbanos do país seu palco mais ostensivo. As ruas acabaram se tornando espaços de demonstração do projeto político elaborado fora do sistema de representação tradicional e o entusiasmo da ação contagiava os cidadãos.

Entretanto, toda a mobilização e a apelo das “Diretas Já!” não foram suficientes para garantir a aprovação da “Emenda Dante de Oliveira”, que acabou derrotada por 22 votos. Seriam necessários 320 votos de um total de 479 congressistas. Dessa forma, o Brasil ainda manteve o sistema indireto para as eleições de 1985. Para dar a tal disputa política uma aparência democrática, o governo permitiu que civis concorressem ao pleito (Eugênio, 1995; Oliveira & Marinho, 2012; Souza, 2016).

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheria o deputado Tancredo Neves, que concorreu com o também deputado Paulo Maluf, como novo presidente da República. Ele fazia parte da Aliança Democrática, grupo de oposição formado pelo PMDB e pela Frente Liberal. O deputado José Sarney era o vice-presidente de Tancredo Neves. Essa eleição marca o fim do regime militar no Brasil. Porém Tancredo Neves fica doente antes de assumir e

acaba falecendo, assumindo o vice-presidente José Sarney como presidente do Brasil. Em 1988 é aprovada uma nova Constituição para o Brasil, que apagou todos os rastros da ditadura militar e estabeleceu princípios democráticos no país.

2.2. A Educação Física no Brasil

Russi (2012) diz que a Educação Física é reformulada de acordo com cada período histórico para atender diferentes necessidades, com o Homem sendo o personagem principal em diferentes cenários e a Educação Física sempre presente. A Educação Física, para se tornar uma disciplina prática isenta de qualquer reflexão teórica, teve que percorrer um longo caminho que obteve um impulso inicial fortíssimo no século XIX, século de grandes mudanças, que pode ser caracterizada pelo início da sociedade capitalista, causadora de vários problemas.

Schreiber, Scopel & Andrade (2005) dizem que a Educação Física já assumiu diversos papéis na sociedade na busca por uma identificação. A Educação Física já foi considerada como cultura do físico, como parte da medicina, como criadora de sofisticadas técnicas esportivas dentre outras atribuições, sempre servindo ideologias dominantes, o que acabou gerando um grande conflito quanto à sua identificação.

Ferreira & Sampaio (2013) dizem que para compreender o papel da Educação Física Escolar no Brasil é necessário fazer um resgate da história da disciplina e seus respectivos períodos. Lima (2009), Ferreira & Sampaio (2013), seguindo a linha de pensamento de Ghiraldelli Júnior (1998), Sorato & Euzébio (2014) e Borré (2015) mostram que a Educação Física apresenta concepções históricas, divididas em cinco tendências, que são:

. *A tendência Higienista (1889 – 1930):* Tinha a ênfase na saúde como plano principal. De acordo com esta perspectiva, a Educação Física deveria formar homens e mulheres saudáveis, fortes, ativos, preocupados com o saneamento básico e com uma sociedade livre de doenças infectocontagiosas. Chagas & Garcia (2011) dizem que a Educação Física era a disciplina responsável pelo corpo na escola e, por isso, deveria desenvolver atividades que proporcio-

nassem práticas higienistas muitas vezes ministradas e sempre fiscalizadas por médicos.

Segundo Ferreira & Sampaio (2013) esta tendência foi bastante influenciada pela Medicina e Eugenia.

. *A tendência Militarista (1930 – 1945)*: começou a ser trabalhada a partir da década de 20 e nela a Educação Física deveria aprimorar os cidadãos, funcionando com atividade de aceleração do processo natural, tendo como princípio um jovem capaz de suportar o combate, a luta, a guerra, além de ser adestrado e obediente.

Ferreira & Sampaio (2013) corroborando com Ghiraldelli Júnior (1998) dizem que, diante da iminência de eventuais guerras e da possível participação do Brasil nelas, as aulas de Educação Física passam a ser ministradas por militares, tendo exercícios como polichinelos, flexões de braço, corridas, defesa pessoal, entre outros, com o intuito de preparar o jovem brasileiro para possíveis envios de tropas às Guerras. Chagas & Garcia (2011) afirmam que a Educação Física passou a ter o Método Francês de Ginástica como atividade oficial, buscando desenvolver as atividades corporais com o objetivo de fortalecer o corpo e o espírito dos militares que tinham como dever dar a vida pela pátria. Esta lógica militar e positivista influenciando o método francês fez com que a prática fosse rapidamente disseminada pelos colégios, levando a população a aceitar comportamentos como disciplina, valores, atitudes e ideias típicas de quartéis.

Sorato & Euzébio (2014) dizem que ambas as concepções, tanto a higienista quanto a militarista, consideravam a Educação Física como sendo uma disciplina essencialmente prática, não necessitando de fundamentação teórica para lhe dar nenhum suporte.

. *A tendência Pedagogista (1945 – 1964)*: Esta tendência começou a ser trabalhada após o período pós-guerra e fazer com que a sociedade passasse a encarar a Educação Física como uma prática capaz de promover a saúde ou controlar a juventude, mas de forma educativa. Ferreira & Sampaio (2013) dizem que nesta época, a Educação Física passou a ser considerada essencial na preparação dos alunos para desfiles, festas, torneios, formação de bandas

escolares, tornando a participação dos alunos mais inclusiva. Chagas & Garcia (2011) afirmam também que o processo de implantação da Educação Física nas escolas buscava-se habilidades consideradas fundamentais para a saúde física e mental, por meio de competições, gincanas, desfiles ou qualquer outra atividade que promovessem o controle emocional, os horários livres e formação do caráter dos alunos.

. *A tendência Esportivista (1964 – 1985)*: Esta tendência se caracteriza pelo investimento no Esporte feito pelos militares com o intuito de descobrir novos talentos e tornar o Brasil uma potência esportiva. Segundo Ferreira & Sampaio (2013) reforçam que este investimento no Esporte se deu por resultados esportivos significativos conquistados na época, como o tricampeonato de Futebol conquistado no México em 1970, e pela percepção do governo militar de que, com a prática esportiva, a população acabava se ocupando e assim não se preocupava com o Governo. As aulas passam a ser somente práticas e a Educação Física escolar assume um caráter mais de treinamento esportivo do que propriamente inclusivo. Chagas & Garcia (2011) dizem que o Esporte passou a determinar o conteúdo da Educação Física, fazendo com que a relação entre professor e aluno passasse a ser de treinador e atleta. Sorato & Euzébio (2014) dizem que o Esporte se tornou conteúdo da Educação Física como estratégia de governo, na medida em que esta atuaria na promoção do país por meio do êxito em competições, procurando desviar a atenção dos jovens das questões sócio políticas, trocando recompensas ligadas ao Esporte pelo silêncio e bom comportamento.

. *A tendência Popularista (1985 – dias atuais)*: Esta tendência se caracteriza pelos conceitos de inclusão, participação, cooperação, afetividade, lazer e qualidade de vida, com o aluno voltando a ser incluído em toda a discussão e todo o processo. Neste período há uma maior reivindicação por escolas, quadras esportivas, praças esportivas e áreas de lazer. Inicia-se uma discussão sobre sedentarismo, doenças sexualmente transmissíveis, drogas e primeiros socorros aumentam e a Educação Física passa a assumir um novo papel como promotora de saúde, não ficando somente restrita às atividades práticas.

Soares (2012) relata que a Educação Física no Brasil pode ser datada desde 1500, ano do descobrimento do país, com relatos de Pero Vaz de Caminha em uma de suas cartas com índios dançando, pulando, saltando, girando ao som de músicas. Depois ainda vieram os negros com a Capoeira nas senzalas, mas estas práticas ainda eram consideradas de forma primitiva, atrelada a aspectos culturais e de sobrevivência dos mesmos. Segundo Soares (2012) a Educação Física passa a ser desenvolvida de forma cultural durante o período Imperial, de 1822 – 1889. Arantes (2008) diz que foi no ano de 1824 que a Constituição do Império passou a tratar de forma oficial a escolarização aos brasileiros. Porém, para ter acesso à escolarização, a família deveria possuir bens, pois somente os filhos de proprietários, detentores de direitos políticos e civis tinham acesso aos bancos escolares. Magalhães (2005) diz que nessa época, os instrutores eram em sua grande maioria militares, que aplicavam o método alemão aprendido na Academia real Militar em suas aulas. Metzner & Rodrigues (2011) seguindo a linha de pensamento de Marinho (1971) dizem que havia o interesse da criação de propostas pedagógicas dentro da discussão para iniciar uma reformulação da educação, já tendo a Educação Física como um dos componentes. Porém, a pedagogia nesta época era comandada por pessoas das áreas religiosa, médica ou militar, não havendo uma especificidade para os educadores, menos ainda para a Educação Física. Isso fazia com que os diversos modelos de processo educacional fossem direcionados para atender os interesses de quem os ministrava. Dessa forma, a Educação Física foi negligenciada e afastada do cenário escolar civil durante quase todos os anos de Império português, sendo desenvolvida basicamente nas instituições militares, descaracterizando seus benefícios pedagógicos, sendo entendida erroneamente como sinônimo de ginástica e treinamento militar. A “Reforma Couto Ferraz” de 1851, que tinha como objetivo uma série de medidas para melhorar o ensino nas escolas foi um dos precursores desta implantação (Magalhães, 2005; Lima, 2009; Júnior, 2011; Metzner & Rodrigues, 2011; Ferreira & Sampaio, 2013). Neste período também foi elaborado o “Tratado de Educação Física e Moral nos Meninos”, tratado este que visava a Educação Física englobando a saúde do corpo e a cultura do espírito. Em 1854, a Educação

Física iniciou com disciplina escolar, na forma da Ginástica, com sessões para todos os gêneros em todas as escolas de ensino formal e Dança para o secundário.

Durante o período do Brasil República, de 1890 – 1946, segundo Soares (2012), a partir da década de 20, Escolas de Educação Física foram a ser criadas com o intuito principal de formação militar e a Ginástica foi incluída de vez nas escolas brasileiras. Castro (1997) relata que a proposta de Educação Física militarista nas escolas iniciou-se a partir de 1929, sendo este o ponto de partida para a intervenção na realidade educacional e social do país. Melo (2007) diz que a fundação do Centro Militar de Educação Física em 1922, junto à Escola de Sargentos de Infantaria da Vila Militar do Rio de Janeiro, e a sua ação efetiva a partir de 1929 pode ser considerado como a origem de uma das escolas mais importantes do país: a Escola de Educação Física do Exército (EsE-FEx), criada em 1932, com o intuito de formar instrutores, monitores, mestre d'armas, médicos especializados. Estes fatos, aliado à criação do Ministério de Educação e Saúde, em 1930, deram à Educação Física um maior destaque perante o Governo, passando a ser inserida de forma obrigatória no ensino secundário. Esta Educação Física tinha uma perspectiva eugênica, higienista e militarista e Albuquerque & Corrêa (2006) dizem que os ideais higienistas brasileiros viam na escola um campo privilegiado de atuação, já que as futuras gerações se encontravam ali e, se bem-educadas e saudáveis, poderiam contribuir para o fortalecimento da nação. Assim, era notória a preocupação em ter nas escolas, professores que estimulassem o intelecto e professores que estimulassem o desenvolvimento físico.

Camargo & Camargo (2015), na linha de raciocínio de Soares (1994), dizem que a origem da Educação Física, os cuidados com o corpo, pode ser atrelada ao momento de reorganização social desencadeado pelo capitalismo, aonde os pensamentos e abordagens higienistas, o cuidado com a saúde se tornam responsabilidade individual e essencial, no intuito de manter um corpo ativo e produtivo. Dessa forma, utilizavam-se as tendências médico-higienista, os exercícios de ginástica, como ferramenta de controlo social, de formação moral e disciplinar, como agentes de regeneração de raças e de construção de

sentimentos de nacionalismo e de desenvolvimento e melhoramento do físico e da saúde.

Segundo Metzner & Rodrigues (2011) o ano de 1937 pode ser definido como sendo a referência para a mudança no desenvolvimento da Educação Física no Brasil. Foi neste ano que ela sofreu transformações que contribuíram para a sua consolidação dentro das instituições de ensino por toda a nação. Borré (2015) reforça dizendo que, com o encerramento da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, junto com a Constituição de 1937, a Educação Física passou a ser uma prática educativa e obrigatória, tendo como principal objetivo de preparar a juventude para defender a nação, surgindo assim à tendência militarista.

Melo (2007) relata que em 1937, a Secretaria Geral do Conselho Segurança Nacional elaborou um projeto de lei propondo a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND), do Instituto Nacional de Educação Física (INEF) e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD). A Educação Física estaria assim diretamente ligada a um projeto de segurança nacional, algo muito mais complexo do que simples preocupações com uma disciplina escolar.

Magalhães (2005) ressalta que a possibilidade do Esefex atuar na formação de profissionais para a área no país, durante o primeiro governo do presidente Getúlio Vargas, e um curso emergencial de formação oferecido pelo Esefex em 1938 também contribuíram diretamente para a formação do corpo docente da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) em 1939.

Melo (2007) mostra que a rotina na ENEFD era igual à de um quartel, com formaturas matinais com aspetos de ordem unida e comandos no modelo militar, hasteamento de bandeira e cântico do Hino Nacional. Esta formatura não era obrigatória somente para alunos, como também para professores e funcionários. A ENEFD marcava presença também nas paradas cívicas constantemente realizadas no período do Estado Novo como Dia da Raça, Dia da Bandeira, Comemoração do Dia da Independência, entre outros. Inicialmente esta participação da ENEFD acontecia com a presença de seus alunos e pro-

fessores nos desfiles e demonstrações, sendo ampliada mais tarde com a colaboração no ensaio e treinamento dos grupos que iriam desfilar. Assim, pode-se notar a principal preocupação da ENEFD naquela época: a formação de um cidadão de acordo com os parâmetros do projeto do Estado Novo. Havia praticamente uma identificação entre a formação profissional e a formação de um cidadão segundo tais parâmetros. Essa participação em desfiles cívicos era também uma forma de demonstrar, inclusive aos dirigentes do Estado Novo, que a Escola estava atuando em consonância com suas propostas.

Albuquerque & Corrêa (2006) reforçam que a década de 30 foi quando os confrontos bélicos aumentaram, fazendo com que o governo sentisse a necessidade de possuir uma força militar e bélica para proteger suas fronteiras. Dessa forma, as aulas de Educação Física, Educação Moral e Cívica e as disciplinas escolares passaram a ter um papel fundamental na propagação do patriotismo, além de manter a população ativa e atenta para o caso de uma guerra. Dessa forma, os militares concluíram na década de 40 um programa de Educação Física que previa a criação de “Escolas de formação, preparação pessoal, implementação da Educação Física na tropa e na sociedade”.

Russi (2012) diz que Educação Física nesse período (1937 – 1945) era obrigatória nos ensinos de primeiro e segundo grau e também no ensino profissionalizante. Além de disciplinar e fortificar a força de trabalho através das escolas, a Educação Física tinha a função de compensar o esforço realizado no desempenho da profissão, proporcionando forças, alegria e saúde.

Segundo Lima (2009) com o final da Segunda Guerra Mundial, a hegemonia militar acabou diminuindo, o que serviu para o surgimento de outras concepções que objetivavam o domínio dos sistemas educacionais escolares. As concepções higienista e militarista não eram mais uma preocupação efetiva para inserir o ato educativo na Educação Física, o que fez surgir a concepção pedagógica, que tinha como perspectiva expressar a importância de um distanciamento das óticas da saúde ou da preparação militar.

No período de 1945 – 1964 a Educação Física, segundo Albuquerque & Corrêa (2008) e Ferreira & Sampaio (2013) corroborando com o pensamento de Ghiraldelli Júnior (1998), voltou a assumir uma postura mais pedagógica,

preocupando em preparar os jovens a aceitar melhor o convívio social, ao altruísmo e a cultuar as riquezas sociais por meio da Dança, da Ginástica e do Desporto.

Russi (2012) e Soares (2012) dizem que o golpe militar em 1964 levou a um crescimento abrupto do sistema educacional brasileiro, com o Governo planejando utilizar as escolas públicas e privadas como fonte de programa do regime militar. Dessa forma, por meio do decreto 705/69 a Educação Física passou a ser disciplina obrigatória no 3º grau. Este decreto se sobrepunha a Lei nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961. Esta lei, segundo Silva (2008), fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O artigo 22 da referida lei era específico para a Educação Física e dizia que a sua prática era obrigatória nos cursos de ensino primário e médio, até a idade dos 18 anos (Brasil, 1961). O decreto 705/69 estendia a obrigatoriedade da Educação Física ao ensino superior, com predominância esportiva para o 3º grau (Brasil, 1969). Magalhães (2005) diz que, dessa forma, o Esporte, de forma paulatina, se tornou conteúdo hegemônico e referencial da Educação Física. Assim, a Educação Física passou a ser obrigatória do ensino primário ao Universitário, juntamente com outras disciplinas que tinham o objetivo de exaltar o patriotismo. Agora, não eram mais somente as escolas profissionalizantes que formavam técnicos para o mercado de trabalho. As escolas também começavam a iniciar as pessoas desde cedo para que elas comesçassem a trabalhar. As escolas não tinham mais o caráter de formar alunos críticos, pensantes, inteligentes e capazes de construir cultura.

Por meio do Decreto nº 69450 de 1º de novembro de 1971 a Educação Física, fosse desportiva ou recreativa, era tida como uma atividade escolar regular independente do currículo dos cursos de todos os graus e de qualquer sistema de ensino (Brasil, 1971; Nascimento & Sonoo, 1987; Magalhães, 2005; Albuquerque & Corrêa, 2006; Silva, 2008; Russi, 2012).

O presidente do Brasil nesta época era o General Emílio Garrastazú Médici, que acabou se caracterizando pelo período áureo da ditadura militar no Brasil, o desenvolvimento econômico do Brasil e pela campanha patriótica desenvolvida por ele, insuflando os ânimos dos brasileiros. Uma das estratégias

utilizadas pelo General Médici era aliar o avanço econômico ao bom desempenho do Brasil na Copa do Mundo de 1970, criando uma imagem de “Brasil potência” (Atassio & Villa, 2007).

Soares (2012) diz que, desta forma, o Esporte era utilizado como um elemento de distração à realidade política da época. Russi (2012) diz que as manchetes nos jornais não se pronunciavam sobre os desaparecidos políticos que estavam sendo mortos e espancados, mas exaltavam os gols, os jogadores, os grandes jogos etc., mascarando assim o que realmente acontecia no país. O Esporte era utilizado pelo governo militar para evitar que houvesse mais articulações contra a falta de democracia no Brasil. Segundo Borré (2015), esta Educação Física competitivista favorecia a hierarquização e elitização social, pois colocava como objetivo fundamental a caracterização da competição e da superação individual como valores desejados em uma sociedade moderna. Dessa forma a Educação Física passava a cultuar o atleta-herói como forma de sucesso.

Na década de 70 foi criado o movimento “Esporte para Todos” (EPT), que se tratava de uma proposta de Esporte não formal para a sociedade, visando ocupar ainda mais o tempo livre de todas as camadas da população e que encontrou grandes possibilidades de ser implantada no Brasil. A Educação Física passou a ser dominada por Desportes, passando a ser sinônimos deles. Com isso criava-se uma exclusão generalizada daqueles que não possuíam capacidades atléticas, fazendo com que a competição passasse a ser o foco do processo. Assim, a Educação Física/Desportes no 3º Grau passou a ser considerada uma atividade destituída de conhecimentos e estava relacionada ao fazer pelo fazer, voltada a formação de mão-de-obra capacitada para o trabalho (Russi, 2012; Soares 2012; Ferreira & Sampaio, 2013).

Para Russi (2012), estava claro que o governo queria associar o desenvolvimento do esporte no Brasil com o desenvolvimento da qualidade de vida dos brasileiros, passando a mensagem de que se o esporte crescesse no país, se o país ganhasse muitas medalhas e se destacasse em Olimpíadas e Copas do Mundo, significaria que a qualidade de vida de todos os indivíduos do país crescería na mesma medida do sucesso esportivo. O que não foi verdade, pois

mesmo com as inúmeras medalhas que o Brasil conquistou, graças à popularidade que o esporte ganhou nestes anos, as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora ainda eram precárias, com os salários sendo miseráveis, sem liberdade de expressão, entre muitos outros problemas.

Durante a década de 80 o Brasil passou por vários movimentos populares, e com isso acaba mudando o foco da Educação Física no país. O predomínio aos conteúdos esportivos acaba sendo fortemente criticado e o foco acaba sendo os anseios e vontades do operário em ascensão na sociedade. A Educação Física passa a perceber o Homem não mais somente como um ser biológico, mas também como um ser social, político, histórico e cultural. Nesta época a Educação Física acabou se caracterizando por dois movimentos ditos “renovadores”:

. *Conceção da Psicomotricidade*: Que pode ser caracterizado pela mudança de hábitos, ideias e sentimentos através de exercícios e movimentos. Este movimento privilegia o estímulo ao desenvolvimento motor pela estruturação do esquema corporal e das ações motoras, instrumentalizando o corpo humano como meio de formação e secundarização da transmissão de pensamentos, uma das tarefas fundamentais no âmbito escolar.

. *Conceção Humanista*: Que pode ser caracterizado pela forte presença de princípios filosóficos em torno do ser humano, sua identidade, valor e interesses (Albuquerque & Corrêa, 2006; Júnior, 2011; Soares, 2012; Ferreira & Sampaio, 2013).

Em 1985 o Brasil passou por um processo de “Diretas Já”, que culminou com a saída dos militares do poder depois de 21 anos, fazendo com que o país pudesse realizar eleições diretas para Presidente, o que não ocorria desde 1960. No dia 05 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição da República Federal do Brasil. Poltronieri & Araújo (2005), corroborando com Oliveira (1995) mostra que na Constituição, o capítulo III – Da Educação, Cultura e Desporto, Art. 205, dizia o seguinte:

“A Educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988)

Ainda segundo os autores, o Art. 208, Inciso III diz o seguinte:

“O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de”, está enunciado como forma a garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988).

Já o Art. 217, Inciso II, segundo Poltronieri & Araújo (2005) corroborando com Oliveira (1995) dizia:

“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, e como direito de cada um e a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento” (BRASIL, 1988).

Em 20 de Dezembro de 1996 foi aprovada a Lei 9.394, estabelecendo as novas diretrizes e bases da Educação nacional. Silva (2008) diz que esta lei foi um marco para a educação brasileira, já que foram necessários anos de debates entre a sociedade civil e seus representantes no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados. Esta era a 3ª lei neste sentido, após as LDB de 1961 e 1971. Segundo Júnior (2011) a criação dessa lei se deu pelo fato de que a Educação Física ainda não havia conquistado seu devido espaço dentro dos saberes da escola e era necessário demonstrar que ela, assim como outras disciplinas, possuía um saber necessário e conceitual à formação do cidadão.

Paula & Faria (1998) dizem que a aprovação da LDB mudou o panorama da educação brasileira. A Educação Física, segundo a LDB, passava a ser considerada uma disciplina, e não mais uma atividade regular, como era no

Decreto 69450/71. Segundo Paula & Faria (1998) o Art. 26, parágrafo 3º da LDB dizia o seguinte texto:

“A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”. (BRASIL, 1996).

Chemin, Ely & Neuenfeldt (2012) destacam, na Lei 9.394, o artigo 26, § 3º, que diz que a educação física deveria ser integrada à proposta pedagógica do ensino fundamental e médio, como componente curricular obrigatório da educação básica, mas admitindo exceções em algumas situações; o artigo 27, que diz os conteúdos curriculares da educação básica observaria as seguintes diretrizes de promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

Silva (2008) afirma que há um avanço em relação às outras leis, visto que a Educação Física agora estava integrada à proposta pedagógica da escola, tornando-se um componente curricular igual à matemática, ao português e outras disciplinas para a educação básica. Porém, Paula & Faria (1998) reforçam que a inexistência de uma referência à Educação Física na LDB em relação ao Ensino Superior serviu ainda mais para a exclusão iminente da mesma. Os autores ainda citam que, o Parecer 376/97 do Conselho Nacional de Educação é a referência a ser seguida neste caso. O texto do Parecer diz:

“A oferta da Educação Física passa a ser facultativa para o ensino superior e decorre de proposta institucional de ensino e não de norma oriunda de órgão superior”. (BRASIL, 1997)

Assim, cada Instituição de Ensino tinha a autonomia para definir sobre a prerrogativa da Educação Física em sua grade curricular.

Rosa (2002) detetou que a ausência da iniciação desportiva na educação básica e fundamental e o desconhecimento dos benefícios da prática desportiva bem orientada poderiam ser outros problemas que prejudicariam a oferta da Educação Física no Ensino Superior. Nascimento & Sonoo (1987) apon-

taram trabalho, falta de infraestrutura, falta de recursos, horários e turmas limitadas como outros fatores prejudiciais à oferta da Educação Física no Ensino Superior e que poderiam contribuir para a evasão dos alunos das aulas oferecidas.

Logo após a aprovação da Lei 9.394/96 e do Parecer 376/97, várias IES acabaram com a Educação Física como disciplina obrigatória para os cursos de graduação em sua grade curricular, mantendo somente o curso de Educação Física.

2.3. O Desporto Universitário no Brasil

Silva, Machado & Dias (2014), corroborando com Coelho (1984) definem Desporto universitário como sendo um desporto de formação, cuja função principal é a social, visando o bem-estar do estudante universitário, sendo impossível negar a contribuição do desporto acadêmico para aproximação do ser humano, de seu relacionamento, do incentivo ao coleguismo, e também ao incentivo à formação de novas lideranças.

Silva, Machado & Dias (2014) dizem que o Desporto vem ganhando vários praticantes nos últimos anos, principalmente em áreas como clubes, escolas e universidades, contribuindo diretamente para a permanência de seus praticantes em suas modalidades e ou atividades físicas.

O Desporto universitário surgiu no século XIX na Inglaterra e foi introduzido nas universidades com objetivo de melhor gerir o tempo livre dos estudantes das classes dominantes e ascendentes. Acredita-se ainda que o desporto universitário tenha surgido da observação do desporto como um meio de confraternização entre os povos, sendo um instrumento social entre a comunidade e ainda um fator importante para a melhoria da qualidade de vida. (Hatzidakis, 2006; Toledo, 2006; Silva, Machado & Dias, 2014; FISU, 2016)

A Confederação Internacional de Estudantes (CIE) foi criada oficialmente em 1919, na cidade de Estrasburgo, na França. A CIE, presidida, então pelo Sr. Jean Petitjean, organizou, em 1923, os primeiros Jogos Universitários Mundiais na cidade de Paris, na França. 10 Países participaram da primeira edição, disputando somente provas de Atletismo. Os jogos universitários aconteceram

de forma constante até o ano de 1939, quando aconteceu a 2ª Guerra Mundial. Ao término da Segunda Grande Mundial, organizações universitárias de 43 países, juntou-se na formação da União Internacional de Estudantes, executando as suas ações sob os auspícios da ONU. Em 1949 a Federação Internacional Esporte Universitário (FISU) foi fundada, criada após o empenho do Sr. Paul Schleimer, de Luxemburgo. Entre os anos de 1949 a 1956, a FISU passou a organizar suas próprias competições, as Olimpíadas Universitárias de Inverno e Verão, enquanto a CIE ainda organizava os Jogos Universitários Mundiais. Em 1959, FISU e CIE se uniram, durante os jogos em Turim, na Itália, que reuniu 43 países e aproximadamente 1.400 participantes. Após a realização destes jogos, a FISU firmou-se como a entidade máxima do esporte universitário no cenário mundial. Estes jogos ficaram conhecidos como Universíades e acontecem até os dias de hoje. (FISU, 2016)

No Brasil, o Desporto universitário surgiu como uma manifestação organizada, no início do século XX, mais precisamente no ano de 1916, com disputas envolvendo universitários do Rio de Janeiro e de São Paulo. A primeira competição envolvendo outros estados da federação ocorreu em maio de 1935, na cidade de São Paulo, participaram representações dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Paraná e o antigo Distrito Federal. Sagrou-se campeão o Estado de São Paulo. Nestes primeiros jogos, foram disputados o Futebol, o Remo, os Saltos, a Natação, o Basquetebol, o Tênis, o Atletismo e o Pólo Aquático (BRASIL, 2006; Hatzidakis, 2006).

Starepravo et. al. (2010) dizem que a criação das primeiras federações universitárias no Brasil, como a FAE (Federação Atlética de Estudantes) no Rio de Janeiro, hoje atualmente FEURJ (Federação de Desportes Universitários do Rio de Janeiro), em 1933, e a FUPE (Federação Universitária Paulista de Desportes), em 1934, aconteceu antes mesmo da disputa dos primeiros Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), na época chamada de Olimpíada Universitária. Por vários anos, Rio de Janeiro e de São Paulo ficaram responsáveis pela realização em seus estados de jogos com grande importância para o Desporto universitário. A realização destas disputas pelos demais estados participantes surgiu em 1941, após a intervenção do Estado. A participação mais efetiva do

Estado na organização do Esporte no Brasil iniciou-se em 1937, com a criação da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Isso contribuiu diretamente para a centralização da administração do Esporte pelo governo.

Dessa forma, o Desporto universitário, que vinha se desenvolvendo sem uma intervenção mais efetiva do Estado desde o final do século XIX, acabou institucionalizado através da fundação da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), órgão máximo do esporte universitário, em 1939, só passando a ter interferência do Estado, quando a CBDU foi oficializada em 1941. A partir dessa data a representação básica desportiva universitária seriam as Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs) de cada curso. A reunião destas nos estados, territórios e Distrito Federal formariam as federações estaduais de esporte universitário. Estas federações estaduais, por sua vez reunidas, formariam a Confederação de Desportos Universitários (Hatzidakis, 2006; Toledo, 2006; Starepravo et. al., 2010).

Hatzidakis (2006), Toledo (2006) e Silva, Machado & Dias (2014) dizem que este modelo seguiu até a década de 70, quando houve uma mudança desse contexto, com as próprias IES assumindo a gestão de seus departamentos esportivos, criando assim um novo modelo de gerência, tendo um profissional responsável por isso, fosse ele um professor de Educação Física ou diretor esportivo.

A partir da Lei nº 6.251/75 e do Decreto-Lei 80.228/77 que pela primeira vez um texto legal tratou da Política Nacional de Educação Física e Desportos (PNEFD) foi tratada pela primeira vez, além de introduzir o Sistema Nacional de Desportes (SNE), abordando também com normas, as entidades esportivas como as confederações, federações e clubes (BRASIL, 1975, 1977, 2003; Hatzidakis, 2006; Toledo, 2006; Starepravo et. al., 2010).

O Sistema Nacional de Desportes foi dividido em quatro subsistemas, cujo principal objetivo era aumentar o nível esportivo em todas as manifestações, assim como o nível técnico das representações nacionais, que foram assim divididos: (a) classista, praticado pelos trabalhadores por meio de associações desportivas criadas dentro das empresas; (b) estudantil, praticado pelos

estudantes, fosse eles do ensino escolar ou universitário; (c) militar, praticado pelas Forças Armadas; (d) comunitário, praticado pelas ligas, associações, federações, e confederações, seja de forma profissional ou amadora. O esporte universitário foi incluído no subsistema do esporte estudantil e teve sua estrutura administrativa definida como sendo CBDU - Federações estaduais - Associações atléticas acadêmicas – AAAs. As AAAs, porém deveriam ser constituídas por IES e não mais por cursos, relevando a grande proliferação dessas instituições, notadamente as particulares. (BRASIL, 1975; Hatzidakis, 2006; Cavazzani, Bastos & Kurle, 2010; Starepravo et. al., 2010).

A década de 80 foi marcada pela abertura política que começava a se instalar no Brasil fazendo surgir, de forma gradativa, uma nova relação do Estado com a sociedade. Com o final da ditadura militar, a volta do regime presidencialista e a aprovação Constituição Federal de 1988, os indivíduos tiveram uma maior autonomia frente ao controle do Estado. Com relação ao Esporte, o entendimento e a relação entre a estrutura esportiva e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos foram alterados significativamente. A Constituição revogou a legislação da década de 70 e proporcionou uma maior autonomia do meio esportivo frente ao Estado. Dessa forma as entidades esportivas, federações e dirigentes passaram a ser autônomas em relação ao funcionamento e organização das mesmas (BRASIL, 1988, 2003; Cavazzani, Bastos & Kurle, 2010; Starepravo et. al., 2010).

O artigo 217 da Constituição Federal de 1988 diz o seguinte:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BRASIL, 1988)

Starepravo et. al. (2010) citam também a portaria nº 236 do Ministério da Educação, de 08 de abril de 1987, como sendo importante para a definição e conceituação do Esporte universitário:

PORTARIA Nº 236, DE 08 DE ABRIL DE 1987 O Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições por proposta do Conselho Nacional de Desportos, nos termos do inciso II, do Artigo 42 da Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975, e do Artigo 121 do Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, Resolve 1 – Aprovar o sistema de organização e as normas de funcionamento da Confederação Brasileira de Desportos Universitários, das Federações Desportivas Universitárias, das Ligas Desportivas Universitárias e das Associações Atléticas Acadêmicas (BRASIL 1987).

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A organização e o funcionamento do Desporto Universitário obedecerão o disposto na Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975, no Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, nesta portaria e nas resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Desportos e na Legislação educacional universitária. Parágrafo único – o Desporto Universitário tem seu campo de atuação adstrito a manifestação esporte-performance no âmbito do Sistema Desportivo Nacional, vedada qualquer interferência nas duas outras manifestações (esporte-educação e esporte-participação) definidos na Recomendação 01/86 do CND (BRASIL 1987, grifos nossos).

Esta portaria redefine o conceito do esporte universitário para uma prática seletiva, próxima do esporte rendimento, afastando-o do que esporte estudantil, como ele havia sido classificado na década de 70.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 217, garantiu o direito às práticas desportivas a todo cidadão, sendo o Estado responsável pela sua oferta. No entanto, segundo Liberato; Soares et. al. (2011) e Chemin, Ely & Neuenfeldt (2012) ressaltam a importância da Constituição Brasileira de 1988 na garantia do direito à prática esportiva para todos os cidadãos, mas para os autores, foi no ano de 2003 com a criação do Ministério do Esporte, que foram apontados resultados significativos para o desenvolvimento do esporte no Brasil, de forma ainda mais significativa a partir da I Conferência Nacional do Esporte, que ocorreu em 2004.

Oliveira & Perin (2008) reforçam que com a criação do Ministério do Esporte, em 2003, o *status* do Esporte no Brasil foi modificado, passando a receber tratamento diferenciado por parte do Governo Federal, uma vez que passou a fazer parte da estrutura do Estado e constituir-se como política governamental efetiva. Na estruturação burocrático-administrativa do Ministério do Esporte, foram criadas três secretarias finalísticas de acordo com as manifestações esportivas trazidas pela Lei nº 9.615/98 (Lei Pelé):

- . A Secretaria Nacional de Esporte Educacional;
- . A Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer;
- . A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento.

Koch et. al. (2015) diz que a política atual de Desporto no Brasil pode ser dividida em um tripé básico de atuação do Estado: (a) o Desporto como atividade de lazer da população brasileira; (b) o Desporto como parte do processo educacional do povo e (c) o Desporto de alto rendimento, tido como uma importante vitrina do desenvolvimento político-económico de uma nação.

Silva, Machado & Dias (2014), relacionando a política descrita acima com o Esporte praticado nas Universidades, classificam assim o Desporto universitário:

- . *Desporto Universitário de Rendimento*, que é praticado por alunos selecionados dentro de cada Instituição de Ensino com objetivo de participar de

competições interuniversidades, inclusive em campeonatos oficiais das Federações Universitárias Estaduais e pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários – CBDU;

. *Desporto Universitário de Participação*, que é praticado por qualquer aluno, de modo voluntário, sem qualquer tipo de seleção, seja em competições internas ou atividades esportivas recreativas com outros alunos;

. *Desporto Universitário Educacional*, praticado por meio da Educação Física Curricular ou nas Entidades Acadêmicas Esportivas com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer.

2.3.1. A CBDU

A Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) é a entidade que administra o Desporto universitário brasileiro. A CBDU é a responsável pela gestão e organização das competições e eventos esportivos entre universitários em todo o Brasil. É filiada e membro fundador da Federação Internacional do Esporte Universitário (FISU).

A CBDU foi fundada em 9 de agosto de 1939, por acadêmicos e representantes de Federações Universitárias Estaduais e agremiações reunidos no Rio de Janeiro (RJ), sendo oficializada dois anos depois pelo Decreto nº. 3.617, de 15 de novembro de 1941, assinado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas. O Decreto-lei nº 3.617 organizou as atividades desportivas do Brasil, incluindo a oficialização do desporto acadêmico e o reconhecimento da CBDU como gestora (BRASIL, 1941; CBDU, 2015).

A CBDU tem sede oficial em Brasília (DF) e possui 27 membros, que são as Federações Desportivas Universitárias Estaduais, que formam a Assembleia Geral. Esta Assembleia é o órgão máximo, responsável pela eleição do presidente e vice-presidente de um mandato de quatro anos. Estes nomeiam seus assessores, formando assim o Conselho Diretivo da entidade (Hatzidakis, 2006).

O maior evento esportivo promovido pela CBDU são os Jogos Universitários Brasileiros (JUBs). Os JUBs são uma competição anual, sempre realizada no segundo semestre do ano e que têm a finalidade de aumentar a partici-

pação em atividades esportivas em todas as Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas do território nacional, e promover a ampla mobilização da juventude universitária brasileira em torno do esporte. Os JUBs são disputados desde 1935, de acordo com o Decreto-Lei 3.617 e, desde 2005 o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) é parceira da CBDU na organização. Toledo (2006) diz que por causa dessa parceria, o JUBs passou a se chamar Olimpíadas Universitárias Brasileiras, contando com a participação de 2,8 mil atletas de 192 IES diferentes de todo o Brasil em sua primeira edição com esse nome, em 2005. Ainda segundo a CBDU, os JUBs estão entre os campeonatos mais importantes do Brasil e do mundo, com cerca de 520 IES e 58 mil atletas entre 18 e 24 anos participando de suas etapas estadual e federal. A sede dos JUBs não é fixa, sendo uma escolhida a cada ano, e os atletas competem em sete modalidades diferentes: Atletismo, Basquete, Vôlei, Handebol, Futsal, Judo e Natação. O Comitê Organizador da Cidade Sede ainda pode indicar até cinco modalidades opcionais, totalizando até 12 eventos por JUBs. Outro campeonato organizado pela CBDU é a Liga do Desporto Universitário (LDU), em suas fases regional e nacional. A LDU é uma competição menor que os JUBs, mas também acaba mobilizando várias IES durante sua disputa.

Além do JUBs e das fases regional e nacional da LDU, a CBDU possui outras responsabilidades, como: as inspeções e aprovações de locais e instalações a serem utilizadas durante as competições; envio de relatórios das vistorias para a coordenação Geral e de Competição, elaboração do regulamento geral e as normas específicas das modalidades; divulgação dos informes da competição e a elaboração e divulgação do calendário oficial de competições universitárias do Brasil e do mundo. A seguir, na Figura 1, pode ser visto como o calendário de 2016 da CBDU ficou definido:

CALENDÁRIO 2016				
Mês	Data	Evento	Cidade	País
Janeiro	Até dia 05	- Recesso	-	-
	De 12 a 29	- Planejamento das competições		Brasil
Fevereiro	De 16 a 27	- Planejamento das competições	Brasília / DF	Brasil
Março	Dia 19	- AGO.		Brasil
Abril	De 04 a 09	- LDU - Quadras – Fase Regional N / NE	Aracaju / SE	Brasil
	De 25 a 30	- LDU - Quadras – Fase Regional S / SE / CO	Brasília / DF	Brasil
Maio	De 09 a 15	- LDU - Brasileiro de Lutas(Judô, TKD, karatê e L. Olímpica) e Futebol 7	São Paulo / SP	Brasil
	De 22 a 27	Jogos Sulamericanos	Buenos Aires	Argentina
Junho	De 02 a 12	- CBUFF - Futebol Feminino	Boa Vista / RR	Brasil
	De 20 a 25	- LDU - Quadras – Fase Final	Goiânia / GO	Brasil
Julho	De 03 a 10	- Mundial Universitário de Futsal	Goiânia / GO	Brasil
Outubro	De 18 a 24	- LDU - Brasileiro de Futebol Masculino	Palmas / TO	Brasil
Novembro	A definir	- JUBs 2016 - Jogos Universitários Brasileiros	Cuiabá / MT	Brasil
	De 16 a 20	- LDU - Tênis	São Paulo / SP	Brasil
Dezembro	De 29 a 03	- LDU - Jogos de Praia (Beach Games)		Brasil
	De 01 a 03	- Fórum	Guarujá / SP	Brasil
	Dia 03	- Melhores do Ano		Brasil

Figura 1 – Calendário CBDU (2016)

2.3.2. A FUME

A Federação Universitária Mineira de Desportes (FUME) foi fundada em 03 de maio de 1938 e foi declarada entidade de utilidade pública Estadual pela Lei nº 945 de 23/07/1953, e Municipal pela Lei nº. 2599 de 26/05/1976. A FUME é filiada a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU) e é a entidade máxima do desporto universitário mineiro, oferecendo aos seus atletas meios e oportunidades para se destacarem em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais. (FUME, 2013).

Atualmente são 28 IES filiadas em todo o Estado, com mais de 3.000 atletas inscritos, regularizados e competindo nas diversas modalidades durante os eventos estaduais e nacionais. A seguir, no Quadro 1, pode ser visto todas as IES que estão filiadas atualmente à FUME:

Quadro 1 – Universidades e Faculdades filiadas a FUME.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - 2016	
01	PUC – BH
02	UNI – BH
03	UNA
04	NEWTON PAIVA – BH
05	UFMG
06	PITÁGORAS – BETIM
07	FUMEC
08	UFLA
09	UFV
10	UFU
11	POLITÉCNICA
12	UNIVALE
13	UFJF
14	PITÁGORAS – BH
15	UEMG
16	CONCLAVE MEDICINA
17	UNOFAR – JF
18	UNIVERSO – BH
19	FUNDAÇÃO ENSINO SUPERIOR – PASSOS
20	UNIPAC – IPATINGA
21	UFOP
22	UNOPAR
23	UFJF
24	FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF
25	UNIPAC – UBERLÂNDIA
26	UNILESTE
27	UNIS – VARGINHA
28	UFTM

Fonte: FUME (Federação Universitária Mineira de Desportes) <<http://fume.org.br/filiadas/>>

Assim como a CBDU, a FUME é a responsável pela realização das fases classificatórias dentro do estado de Minas Gerais, com os Jogos Universitários Mineiros (JUMs) e a Seletiva mineira da Liga Desportiva Universitária (LDU – MG). Os JUMs são uma competição anual, sempre realizada no primeiro semestre e classificatório para o JUBs. Os campeões de cada modalidade esportiva se classificam diretamente para disputar o Brasileiro no segundo semestre. O JUMs tem uma participação média de 15 IES e 1.000 atletas. A sede dos JUMs também não é fixa, sendo uma cidade mineira escolhida a cada ano,

e os atletas competem em sete modalidades diferentes: Atletismo, Basquete, Vôlei, Handebol, Futsal, Judo e Natação.

Além de organizar o JUMs e a LDU – MG, a FUME ainda tem como responsabilidade regulamentar, organizar, orientar, realizar, promover, dirigir, fiscalizar toda e qualquer atividade universitária realizada em Minas Gerais demais, prestando aos filiados e atletas, a assistência necessária ao fomento do desporto universitário.

Outra responsabilidade da FUME, agora perante CBDU, é providenciar a formalização das inscrições das IES, nos prazos determinados por esse regulamento de cada competição, quando as equipes mineiras estão classificadas para as competições nacionais.

A Figura 2 a seguir mostra como ficou definido o calendário da FUME para o ano de 2016:

FEDERAÇÃO UNIVERSITÁRIA MINEIRA DE ESPORTES

CALENDÁRIO FUME 2016

CALENDÁRIO FUME 2016			
JANEIRO	23	AGO	Belo Horizonte/MG
FEVEREIRO		Planejamento de Competições	Belo Horizonte/MG
MARÇO	DE 23 a 27	Seletivas Mineiras LDU - Quadras, Futebol 7 e Atletismo	Lavras/MG
ABRIL	01 a 03	Seletivas Mineiras LDU - Lutas, Tênis de Campo e Natação	Belo Horizonte/MG
	De 25 a 30	LDU - Quadras – Fase Regional S / SE / CO	Brasília / DF
MAIO	De 09 a 15	LDU - Brasileiro de Lutas (Judô, TKD, karatê e L. Olímpica) e Futebol 7	São Paulo / SP
	De 22 a 27	Jogos Sulamericanos	Buenos Aires/AR
	24 a 29	Seletivas Mineiras de Futebol Masculino	A DEFINIR
JUNHO	De 02 a 12	CBUFF - Futebol Feminino	Boa Vista / RR
	De 20 a 25	LDU - Quadras – Fase Final	Goiânia / GO
JULHO	De 03 a 10	Mundial Universitário de Futsal	Goiânia / GO
	De 19 a 24	JUMS	Uberaba/MG
OUTUBRO	A DEFINIR	JUBH	BH/MG
	De 18 a 24	LDU - Brasileiro de Futebol Masculino	Palmas / TO
	A DEFINIR	JUBs 2016 - Jogos Universitários Brasileiros	Cuiabá / MT
NOVEMBRO	De 16 a 20	LDU- Fase Estadual Rugby 7	Uberlândia/MG
	De 16 a 20	LDU - Tênis	São Paulo / SP
DEZEMBRO	De 29 a 03	LDU - Jogos de Praia (Beach Games)	Guarujá / SP
	De 01 a 03	Fórum	
	Dia 03	Melhores do Ano	

FUME

CBDU

INTERNACIONAIS

Figura 2 – Calendário FUME (2016)

2.4. A Educação Física na UFOP

A Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, fica na cidade de Ouro Preto (MG) e foi fundada em 21 de agosto de 1969, após a junção das centenárias escolas de Minas e de Farmácia. Atualmente a UFOP tem três campi:

Ouro Preto (MG), Mariana (MG) e João Monlevade (MG), além de possuir 42 cursos de graduação, sendo 38 presenciais e 4 a distância. São 22 cursos de Mestrado, 9 de Doutorado e 3 opções de especialização a distância. No total, a UFOP conta com mais de 15 mil alunos, cerca de 800 técnico-administrativos e 800 professores, entre efetivos e substitutos (UFOP, 2007).

A Educação Física na UFOP tem seu início de modo informal quando alunos das Escolas de Minas e de Farmácia começaram a participar de torneios e campeonatos junto da comunidade ouro-pretana na década de 20.

Entre as décadas de 40 a 60, a prática esportiva dentro da UFOP se tornou mais organizada com a fundação da Associação Desportiva da Escola de Minas (ADEM) e a Associação Desportiva da Escola de Farmácia (ADEF), que eram responsáveis por organizar competições internas e representar estas associações em competições externas.

A Educação Física foi implantada na UFOP como disciplina curricular, separado da Escola de Minas e na Escola de Farmácia, no início da década de 1970, em cumprimento do Decreto-Lei nº. 69450, que determinava a obrigatoriedade dessa disciplina a todos os cursos oferecidos independente do período escolar. Esta inclusão se deu somente após a fundação da Universidade em 1969 e tinha uma carga horária muito alta para uma disciplina, com 300 horas/aula para cada curso.

Nesta época, porém ainda não havia um órgão específico para coordenar as ações acadêmicas e administrativas da Educação Física, já que a mesma ainda não era plenamente reconhecida pela administração como algo essencial dentro da Universidade.

A partir da década de 80 a Educação Física passou a ser mais valorizada como disciplina pela Administração central e por alunos que chegavam à Universidade já tendo praticado algum esporte. Através da Portaria 080/80, de 1º de maio de 1980, a Educação Física foi unificada, ficando sob a coordenação de professores do Centro Desportivo. Esta Portaria ainda oficializou a implantação do Centro Desportivo da Universidade Federal de Ouro Preto (CE-DUFOP), que, além de oferecer a Educação Física como disciplina, era o responsável pela realização de atividades esportivas extracurriculares como olim-

píadas universitárias, intercâmbios, campeonatos, eventos entre outros. Estas atividades, entretanto, eram realizadas na quadra da Escola de Farmácia e na Praça de Desportes de Ouro Preto (MG), através de convênio firmado com o Ouro Preto Tênis Clube. Nesta época a UFOP começou a destinar áreas específicas, mesmo que ainda adaptadas, para a prática da Educação Física no campus, o que acabou culminando com a construção de um centro Desportivo da UFOP (CEDUFOP) no campus Morro do Cruzeiro. Em 1986 o CEDUFOP começou a ter suas instalações físicas construídas, trazendo a prática esportiva para dentro do campus Morro do Cruzeiro. A estrutura construída contava com Ginásio, Piscina, vestiários, salas de aulas, salas de Ginástica e quadras poliesportivas. Com esta estrutura disponível ficou mais fácil desenvolver qualquer proposta para a Educação Física disciplina. Esta nova situação acabou servindo para impulsionar o trabalho dos professores de Educação Física e alunos envolvidos com o esporte universitário, o que acabou tornando necessária a criação de um órgão específico que respondesse diretamente pela Educação Física e Desporto dentro da UFOP. O CEDUFOP tinha a função de dar aulas de Educação Física, mas agora com ênfase na prática desportiva mediante a formação de equipas que representassem a UFOP em várias competições esportivas. Os alunos que vinham para a UFOP e chegavam com um bom nível técnico desportivo eram apresentados à proposta de organizar e integrar as equipas da Universidade. (CEDUFOP, 2013).

Com a criação do CEDUFOP, algumas medidas foram tomadas para valorizar a prática desportiva, como a redução da carga horária da Educação Física para 120 horas/aulas divididas em quatro períodos. Para valorizar as equipas desportivas, foram definidos horários de treinamentos para as seguintes modalidades: Futebol, Basquete, Handebol, Atletismo e Natação.

Em 1988 o CEDUFOP foi transformado em Departamento de Educação Física, como forma de dar ainda mais importância a Educação Física como disciplina para os cursos da Universidade, passando a ter um caráter mais acadêmico, mais teórico. Consequentemente, os programas e classes foram reformulados, os objetivos, métodos e conteúdos foram modificados para atender essa nova proposta. Nas aulas teóricas os alunos recebiam ensinamentos sobre as po-

tencialidades e possibilidades da Educação Física, reflexionavam sobre a disciplina e produziam trabalhos manuscritos. Porém, os alunos não tinham uma reflexão sobre a relação Educação Física e a formação profissional já que as atividades físicas não eram englobadas nas outras disciplinas.

Com estas modificações, a Educação Física disciplina passou a priorizar os benefícios no plano de saúde e social, com posterior redução da carga horária de 120 para 60 horas/aula, ocorrida no ano de 1996. Neste ano, o Decreto 69450 deixou de vigorar, sendo substituído pela LDB e, até hoje a obrigatoriedade da Educação Física permanece na UFOP, ainda que hoje somente os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Geológica mantenham essa peculiaridade. Para todos os outros cursos a Educação Física é oferecida de forma facultativa dentro da grade horária do seu respectivo curso.

Apesar do trabalho realizado desde a década de 70, a Educação Física como disciplina obrigatória na UFOP seguiu sem contribuir diretamente para a formação profissional dos alunos da Universidade, visto que estes eram dos mais variados cursos da UFOP, o que dificultava planificar qualquer atividade levando em conta as especificidades de formação de cada profissional. Dessa forma, a Educação Física ainda tinha um papel superficial dentro da UFOP. Mesmo com o CEDUFOP, as atividades oferecidas ainda se limitavam basicamente a aulas curriculares e alguns projetos de extensão, enquanto o potencial esportivo, que é notadamente mais motivador e possibilita um mais desenvolvimento de atividades físicas extracurriculares, ainda era pouco explorado.

Em 02 de julho de 2004, a Resolução CUNI nº 658, extinguiu o CEDUFOP como Departamento e constituiu-o como Centro, vinculado à Reitoria, tornando-o responsável pelo planejamento, promoção, administração e coordenação acadêmica de programas e projetos de Educação Física e pela implantação da política institucional de Educação Física, Desporto, Recreação e Lazer da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP, 2004). Este pode ser considerado um procedimento acertado, pois fortaleceu o setor, proporcionando atividades mais interessantes que as oferecidas anteriormente.

Em 19 de junho de 2008, a UFOP criou os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física (UFOP, 2007). Os cursos em Educação Física

utilizam as estruturas físicas do CEDUFOP, que são: (1) 1 Ginásio poliesportivo de 40x20 metros; (2) 1 Piscina semiolímpica; (3) 2 quadras poliesportivas de 30x16 metros; (4) 1 ginásio de Ginástica; (5) 1 sala de Dança e Ginástica; (6) 1 campo society; (7) 2 quadras de Vôlei de areia; (8) 1 campo de Futebol de campo; (9) 1 Laboratório de Musculação.

Durante todo este processo, a Educação Física continuou sendo oferecida em caráter obrigatório e facultativo para os cursos da UFOP, com as seguintes siglas: EFD 301 (Educação Física e Desportos I), com foco nas quatro modalidades coletivas (Futsal, Basquete, Handebol e Voleibol), e EFD 302 (Educação Física e Desportos II), com o foco em outras modalidades como Dança de Salão, Musculação e Pilates.

No semestre letivo 2015/2 as EFDs foram ofertadas da seguinte maneira pelo CEDUFOP:

. *EFD 301: 4 turmas de 40 alunos;*

. *EFD 302: 6 turmas, com a oferta das seguintes modalidades: (a) Dança de Salão (2 turmas de 30 alunos cada); (b) Atletismo (2 turmas de 20 alunos cada); (c) Iniciação à Atividade Física (1 turma de 20 alunos); (d) Musculação (1 turma de 26 alunos).*

2.4.1. O Programa Segundo Tempo na UFOP

Costa (2006) diz que o projeto “Esporte Para Todos”, desenvolvido entre as décadas de 70 e 80, foi o responsável pela criação da base para os projetos e programas de inclusão social de crianças e adolescentes a partir da década de 90. Além disso, a Constituição Federal de 1988, ao reconhecer como direito do cidadão as atividades desportivas formais e não formais e, como dever do Estado a promoção dessas atividades, colocando como prioridade a destinação de recursos públicos para o Desporto educacional, contribuiu para a criação do sistema esportivo brasileiro.

O Segundo Tempo é um programa do Ministério do Esporte, com parceria entre a Secretaria Municipal de Desportes e Lazer e Secretaria Municipal de Educação, com o intuito de democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jo-

vens e adultos, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social (BRASIL, 2003).

Os Ministérios do Esporte e da Educação instituíram este programa em 2003, com o intuito de fomentar a prática desportiva no ensino público fundamental (Costa, 2006).

O PST busca, através de parcerias e alianças com instituições, a execução do programa através de convênios destas com o Ministério do Esporte, visando à implantação de Núcleos de Esporte Educacional (NED). Os NEDs são constituídos por um grupo de 200 crianças e adolescentes, um coordenador de núcleo e dois monitores. Neles são desenvolvidas atividades esportivas e complementares tendo como orientação: (a) oferecer atividades no contra turno escolar; (b) oferecer a cada criança ou adolescente, no mínimo, três atividades esportivas realizadas com frequência mínima de três vezes por semana, e duas horas diárias; (c) oferecer atividades complementares (Oliveira & Perin, 2008).

Modalidades esportivas de caráter educacional, com o intuito de diversificar e oportunizar novas práticas corporais, em conformidade com a cultura escolar, demanda local e os preceitos das fases de desenvolvimento esportivo são oferecidos no contra turno escolar, com cada turma tendo 4hs semanais de atividades, segundo as Diretrizes do Programa Segundo Tempo/ Escola Integrada.

O objetivo do programa é o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, favorecendo a consciência de seu próprio corpo, exploração de seus limites, aumentando as suas potencialidades, desenvolvendo seu espírito de solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo. Cada núcleo conta com um coordenador da Educação Física e seus respectivos bolsistas.

O eixo de trabalho da faixa etária dos 06 a 10 anos é a IEU (Iniciação Esportiva Universal). Esta modalidade tem como eixo principal a formação e o desenvolvimento completo do aluno aos fundamentos necessários a prática dos Desportes. Seus métodos agregam os principais componentes técnicos, táticos e psicológicos de cada esporte, oferecendo aos alunos as mais variadas

possibilidades de prática, desenvolvendo assim as capacidades motoras e cognitivas de uma maneira mais completa, sem a especialização esportiva precoce.

Já o trabalho com a faixa etária dos 11 aos 17 anos o trabalho é dividido em dois tipos:

. *Modalidades Coletivas: Basquetebol, Futebol, Futsal, Handebol e Voleibol.*

. *Modalidades Individuais: Ginásticas (Rítmica, Artística e Olímpica), Atletismo, Capoeira, Lutas, Desportes de Raquete, etc.*

Estas modalidades são trabalhadas de modo a incentivar sua prática esportiva, inserindo cada vez mais pessoas no mundo dos desportes, mostrando os benefícios gerais desse contexto e, principalmente, preconizando o desenvolvimento pleno do aluno, considerando todos os aspetos inerentes e peculiares do esporte educacional.

Além do PST – Padrão, descrito acima, o Programa Segundo Tempo ainda pode ser dividido em mais duas vertentes, que são:

. *O PST – Paradesporto*, que é um projeto especial do Programa Segundo Tempo desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) do Ministério do Esporte (ME) destinado a democratizar o acesso à prática esportiva de pessoas com deficiência a partir dos 6 anos de idade, seguindo os princípios do Esporte Educacional, especialmente os de não seletividade, competitividade e universalidade. Este Projeto Especial segue os princípios e objetivos do Programa Segundo Tempo Padrão que tem como estratégia a implantação de núcleos, por meio do estabelecimento de alianças e parcerias institucionais com entidades públicas que dispõe de condições técnicas para executá-lo (BRASIL, 2016).

. *O PST – Universitário*, que é um programa destinado à comunidade universitária e segue os princípios do Esporte Educacional, especialmente os de não seletividade e competitividade. Este Programa visa democratizar o acesso à prática esportiva da comunidade acadêmica das Universidades Públicas, prioritariamente do corpo discente, promovendo a constituição de núcleos de esporte. O PST – Universitário apresenta-se como um espaço universal on-

de todos os beneficiados participam das atividades esportivas dentro das IES, em ambientes diversificados e com desenvolvimento de trabalhos pedagógicos direcionados. Vale destacar que a atividade física e esportiva, em níveis variados, tem ajudado jovens a adquirirem autonomia e independência, autoestima, relações pessoais e equilíbrio emocional (BRASIL, 2003; 2016).

O Esporte tornou-se um fenômeno sócio cultural, ultrapassando barreiras e integrando diferentes grupos sociais. O Esporte tem caráter educativo e pedagógico, já que proporciona obstáculos e desafios a seus praticantes, permitindo que o aluno experimente as regras e aprenda a lidar com o próximo. Além disso, as atividades físicas e esportivas constituem em um dos melhores meios de convivência humana, possibilitando construir novas amizades, a socialização e a aquisição de competências, contribuindo para a manutenção da saúde física e psicológica do indivíduo. Os Jogos Desportivos Coletivos (JDC) podem ser caracterizados pela necessidade de um apelo à cooperação entre os elementos da equipe para vencer os problemas e os desafios que surgem no decorrer do jogo. Situações como essas que podem ser aplicadas diariamente no ambiente de trabalho por exemplo.

Os programas de promoção de atividades físicas nas instituições são uma excelente oportunidade de democratização dos conhecimentos a respeito da atividade física no contexto da saúde e de cuidados com os hábitos de vida, favorecendo a conscientização sobre o trabalho, corporeidade e sociedade. A utilização do Esporte como ferramenta educacional tem sido uma ferramenta eficiente nas últimas décadas, disciplinando dos alunos e contribuindo para o desenvolvimento físico, social e afetivo dos participantes, além de introduzir novos assuntos e temas no currículo, como, por exemplo, a saúde, a higiene, a sexualidade, a diversidade cultural, a etnia e o meio ambiente (Koch et. al., 2015).

Azevedo Júnior (2008) corroborando com o pensamento de Sarmiento (2002) define a inclusão do Desporto nas Universidades como sendo um marco histórico fundamental na estruturação do Desporto como o grande fenômeno social do século passado, dado o reconhecimento do seu valor na construção da personalidade do aluno, atribuindo ao Desporto um lugar de grande desta-

que, não só entre as atividades recreativas, mas também entre as disciplinas escolares responsáveis pela formação do aluno, cada vez mais saudável.

Logo após a criação dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física em 2008/2009, o CEDUFOP ampliou seu quadro de professores e técnico-administrativos para atender a demanda total da Universidade. Além disso, o CEDUFOP também fechou um convênio com o Governo Federal e o Ministério do Esporte, passando a ser um dos convênios do Programa Segundo Tempo (PST). As duas modalidades oferecidas foram: o PST-Padrão, que tinha como público-alvo crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, e o PST-Universitário, que tinha como público-alvo os estudantes universitários que queriam aprender ou praticar alguma atividade física.

O PST-Universitário foi implantado na UFOP e oferecido durante todo ano de 2010, período de vigência do contrato de convênio. O coordenador geral do PST-Universitário da UFOP foi o Prof. Dr. Héber Eustáquio de Paula, professor associado do CEDUFOP.

A implantação do programa na UFOP tinha o sentido de contribuir para a consolidação de uma política pública permanente de esporte e de lazer dentro da Universidade. O objetivo do PST era democratizar a prática esportiva e mobilizar a comunidade acadêmica, garantindo o direito de acesso ao esporte recreativo e de lazer de qualidade na UFOP, ofertando: (a) práticas esportivas educacionais, recreativas e de lazer de qualidade; (b) ações sistematizadas, buscando sensibilizar aqueles que não praticam atividades físicas regulares; (c) contemplação de atividades que propiciassem a melhoria das capacidades e habilidades motoras, contribuindo na cultura de prevenção e promoção da saúde e qualidade de vida dos participantes; (d) propiciando atividades de coparticipação, nas quais a diversidade cultural, social e sexual seja respeitada e (e) fortalecer as diretrizes do projeto pedagógico da UFOP, com a articulação de ações transversais, no âmbito da política de assistência estudantil.

O PST-Universitário UFOP contava com os núcleos Ouro Preto (MG), que funcionava no CEDUFOP, no campus Morro da Bauxita, e Mariana (MG), que funcionava no ICHS (Instituto de Ciências Humanas e Sociais) e ICSA (Instituto de Ciências Sociais Aplicadas), e oferecia as seguintes modalidades:

Basquete, Futsal, Futebol Society, Handebol, Voleibol, Voleibol de Areia, Peteca, Dança de Salão, Tênis, Ginástica e Tae-Kwon-Do. As aulas aconteciam nas instalações do CEDUFOP, do ICHS e do ICESA e serviam para oferecer ainda mais atividades físicas e esportivas para os alunos da UFOP, que já tinham a opção de projetos e programas de extensão como o projeto “*Saúde no Campus*”, por exemplo.

O PST-Universitário contribuiu diretamente para o retorno do esporte de competição dentro da UFOP, já que com a participação dos alunos da UFOP, algumas equipes começaram a ser formadas e jogos amistosos entre as mesmas começaram a acontecer. A primeira equipe oficial formada durante o PST-Universitário foi o time de Futsal feminino da UFOP. No início de 2011, logo após o encerramento do PST-Universitário a UFOP já contava com as equipes masculinas e femininas de Futsal, Handebol e Voleibol. As equipes treinavam no Ginásio e nas quadras externas do CEDUFOP, aproveitando os horários vagos das aulas e projetos de extensão.

2.4.2. O Esporte Universitário na UFOP

Em 2011, a UFOP filiou-se a FUME (Federação Universitária Mineira de Desportes), passando a ter o direito de disputar as competições universitárias organizadas pela federação. A primeira competição disputada foi a Seletiva da Liga Desportiva Universitária (LDU). Em 2011, a UFOP não participou dos JUMs (Jogos Universitários Mineiros), que aconteceu na cidade de São João Del Rey (MG) por causa da greve dos servidores federais. O Quadro 2 a seguir ilustra os números referentes ao ano de 2011.

Quadro 2 – Competições 2011 – LDU

COMPETIÇÕES DISPUTADAS PELA UFOP EM 2011
2011 – LDU Local: Viçosa (MG) e Lavras (MG) Equipes: Futsal (M), Handebol (M) e Voleibol (M) Nº de atletas: 38 Nº de cursos representados: 10 Nº de campus: 2 (Ouro Preto e Mariana) Medalhas: 0 Investimento total: R\$ 1.500,00

Em 2011 a UFOP lançou o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que podia ser descrito como:

“Consiste num documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção de padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento. Deverá apresentar, ainda, um quadro-resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilite comparar, para cada um, a situação atual e futura (após a vigência do PDI)”.

(UFOP, 2010).

O PDI previa um plano de desenvolvimento para toda a Universidade e foi previsto para o período entre 2011-2015. O investimento no Desporto estava previsto na Meta 11, na parte de Visão Organizacional e de Gestão. O texto dizia o seguinte:

11.1 Estabelecer horários para prática de atividades desportivas (Futebol de Salão, Futebol Society e de Campo, Natação, Musculação, etc.) para a comunidade acadêmica (TAE's, Docentes e Discentes).

Indicador:

- *Definição de quadro de horários em calendário anual até fevereiro de cada ano (2011-2015).*

11.2 Criar projetos/programas de cunho sócio-cultural-esportivo – tais como campeonatos internos, entre outros – objetivando a integração entre os docentes, discentes e técnicos administrativos dos campi da UFOP.

Indicador:

- *Definição de calendário anual até fevereiro de cada ano (2011-2015).*

11.3 Adaptar as instalações do CEDUFOP, bem como as instalações esportivas existentes nos campi de Mariana e João Monlevade, de modo a transformá-las em centros esportivos e de lazer atrativos para a comunidade da UFOP, propiciando bem-estar para todos, com

infraestrutura adequada e adaptada ao clima, com aumento das opções esportivas e de lazer.

Indicadores:

- *Elaboração de projetos até dezembro de 2011.*
- *Implantação das adaptações concluída até dezembro de 2012.*

11.4 Criar programas de saúde preventiva que estimulem a prática de atividades esportivas no campus, de forma gratuita, aproveitando todo o potencial oferecido pelo centro desportivo.

Indicador:

- *Implantação de programas (2011-2015).*

(UFOP, 2010).

Embasado pelo PDI da UFOP, em 2012 foram criadas as equipes de Basquete, Atletismo, Natação e Xadrez. No dia 18 de abril de 2012, em reunião com o então Reitor da UFOP, o Prof. Dr. João Luís Martins, foi apresentado e aprovado o projeto para a estruturação do Desporto Universitário na UFOP. Este projeto tinha a duração de 4 anos (2012-2015) e visava o investimento nas equipes universitárias, garantindo a participação das equipes da UFOP nas competições organizadas pela FUME e CBDU (Confederação Brasileira de Desporto Universitário) até o ano de 2015. Assim, em 2012, a UFOP participou pela 1ª vez dos JUMs, sediado na cidade de Lavras (MG). Logo em seu primeiro ano a UFOP conseguiu classificar dois atletas para os JUBs (Jogos Universitários Brasileiros), que aconteceram na cidade de Foz do Iguaçu (PR) em outubro. O Quadro 3 a seguir ilustra os números referentes ao ano de 2012.

Quadro 3 – Competições 2012 – JUMs/JUBs

COMPETIÇÕES DISPUTADAS PELA UFOP EM 2012
<p>2012 – JUMs Local: Lavras (MG) Equipes: Basquete (M), Futsal (M/F), Handebol (M/F), Voleibol (M/F), Atletismo (M), Natação (M), Xadrez (F). Nº de atletas: 88 Nº de cursos representados: 21 cursos, 20 de Graduação e 1 de Mestrado. Nº de campus: 2 (Ouro Preto e Mariana) Medalhas: 10 (2 de ouro, 3 de prata, 5 de bronze) Investimento total: R\$ 51.971,22</p>
<p>2012 – JUBs Local: Foz do Iguaçu (PR) Equipes: Xadrez (F) Nº de atletas: 1 Nº de cursos representado: 1 Nº de campus: 1 (Mariana) Medalhas: 0 Investimento total: R\$ 400,00</p>

Em 2013 a UFOP novamente participou dos JUMs, sediados na cidade de Uberlândia (MG). Além de classificar novamente o Atletismo e o Xadrez para os JUBs, que aconteceram em Goiânia (GO), a UFOP classificou também a equipe de Handebol feminino, campeã mineira na competição. Nos JUBs, a UFOP conseguiu o vice-campeonato brasileiro no Xadrez feminino, conseguindo sua primeira medalha na competição. Neste ano também, a UFOP sediou a etapa da Liga Desportiva Universitária de Basquete (LDU), no começo do ano. O Quadro 4 a seguir ilustra os números referentes ao ano de 2013.

Quadro 4 – Competições 2013 – JUMs/JUBs

COMPETIÇÕES DISPUTADAS PELA UFOP EM 2013
<p>2013 – JUMs Local: Uberlândia (MG) Equipes: Basquete (M), Futsal (M/F), Handebol (F), Atletismo (M/F), Natação (M), Xadrez (F). Nº de atletas: 62 Nº de cursos representados: 18 cursos, 15 de Graduação e 3 de Mestrado. Nº de campus: 3 (Ouro Preto, Mariana e João Monlevade) Medalhas: 14 (6 de ouro e 8 de prata) Investimento total: R\$ 41.400,06</p>
<p>2013 – JUBs Local: Goiânia (GO) Equipes: Xadrez (F), Atletismo (F) e Handebol (F) Nº de atletas: 16 Nº de cursos representados: 11 (Ouro Preto, Mariana e João Monlevade) Nº de campus: 3 (Ouro Preto, Mariana e João Monlevade) Medalhas: 1 (1 de prata) Investimento total: R\$ 3.200,00</p>

Em 2014, a UFOP disputou novamente os JUMs, dessa vez com sede em Viçosa (MG), e contou com a maior delegação da Universidade até aquela data, 102 atletas. Foi neste JUMs também que a UFOP conquistou o melhor resultado de sua curta história de participação no Esporte Universitário com 23 medalhas no total. Pelo terceiro ano consecutivo a UFOP se fez presente nos JUBs. Em 2014, também ocorreu a criação da Associação Atlética da UFOP (AAUFOP), que tem o intuito de gerir e organizar o Esporte Universitário dentro da UFOP. O Quadro 5 a seguir ilustra os números referentes ao ano de 2014.

Quadro 5 – Competições 2014 – JUMs/JUBs

COMPETIÇÕES DISPUTADAS PELA UFOP EM 2014
<p>2014 – JUMs Local: Viçosa (MG) Equipes: Basquete (M), Futsal (M/F), Handebol (M/F), Voleibol (M/F), Atletismo (M/F), Natação (M), Xadrez (M/F). Nº de atletas: 102 Nº de cursos representados: 30 cursos, 26 de Graduação e 4 de Mestrado. Nº de campus: 3 (Ouro Preto, Mariana e João Monlevade) Medalhas: 23 (5 de ouro, 10 de prata, 8 de bronze) Investimento total: R\$ 32.998,12</p>
<p>2014 – JUBs Local: Aracaju (SE) Equipes: Atletismo (M/F) Nº de atletas: 5 Nº de cursos representado: 3 Nº de campus: 1 (Ouro Preto) Medalhas: 0 Investimento total: R\$ 3.000,00</p>

Em 2015, a UFOP disputou os JUMs pelo quarto ano consecutivo. Os jogos aconteceram na cidade de Sete Lagoas (MG) e, pela primeira vez, a UFOP não contou com a participação das suas equipes individuais, levando somente as modalidades coletivas. Este ano, porém, nenhuma das equipes da UFOP conseguiu a classificação para o JUBs, que foi sediado na cidade de Uberlândia (MG) no mês de outubro. O Quadro 6 a seguir ilustra os dados referentes ao ano de 2015.

Quadro 6 – Competições 2015 - JUMs

COMPETIÇÕES DISPUTADAS PELA UFOP EM 2015
<p>2015 – JUMs Local: Sete Lagoas (MG) Equipes: Basquete (M), Futsal (M/F), Handebol (M/F) e Voleibol (M/F) Nº de Atletas: 80 Nº de cursos representados: 28 cursos, 24 de graduação e 4 de Mestrado Nº de Campus: 2 (Ouro Preto e Mariana) Medalhas: 1 Investimento total: R\$ 00,00</p>

Atualmente, as equipes universitárias da UFOP contam com aproximadamente 150 discentes envolvidos entre treinamentos e competições, representando 38 cursos da UFOP, sendo 31 de graduação e 7 de Mestrado, e dos três campi da Universidade: Ouro Preto (MG), Mariana (MG) e João Monlevade (MG). No total são 48 medalhas conquistadas em 4 anos de JUMs, sendo 13 de ouro, 21 de prata e 14 de bronze, além de 1 medalha de prata no JUBs de 2013. Os Quadros 7, 8, 9, 10, 11 e 12 a seguir apresentarão números e dados gerais das Equipes Universitárias da UFOP referentes ao período 2011 – 2015.

Quadro 7 – Números gerais das Equipes universitárias da UFOP¹

NÚMEROS GERAIS DAS EQUIPES UNIVERSITÁRIAS DA UFOP (2015)
<ul style="list-style-type: none"> . 150 Atletas aproximadamente envolvidos em treinamentos e competições; . 38 Cursos da UFOP representados, sendo 31 cursos de graduação e 7 cursos de Mestrado; . Atletas dos 3 campi da UFOP: Ouro Preto (MG), Mariana (MG) e João Monlevade (MG).

Quadro 8 – Equipes universitárias da UFOP criadas e ativas (2010 – 2015)

EQUIPES UNIVERSITÁRIAS DA UFOP CRIADAS (2010 – 2015)
<p>Modalidades Coletivas criadas entre 2010 - 2015:</p> <ul style="list-style-type: none"> . BASQUETE MASCULINO; . FUTSAL MASCULINO/FEMININO; . HANDEBOL MASCULINO/FEMININO; . VOLEIBOL MASCULINO/FEMININO.
<p>Modalidades individuais criadas entre 2010 - 2015:</p> <ul style="list-style-type: none"> . ATLETISMO MASCULINO/FEMININO . XADREZ MASCULINO/FEMININO
<p>Equipes treinando regularmente na UFOP:</p> <ul style="list-style-type: none"> . BASQUETE MASCULINO/FEMININO²; . FUTSAL MASCULINO/FEMININO; . HANDEBOL MASCULINO/FEMININO; . VOLEIBOL MASCULINO/FEMININO. . ATLETISMO MASCULINO/FEMININO.

¹ Números e dados de dezembro de 2015.

² A equipe de Basquete feminino iniciou seus treinos em outubro de 2015, sempre aos domingos, mas ainda não de forma regular, já que depende da disponibilidade do Ginásio do CEDUFOP. Por isso ainda não é considerada uma equipe efetiva da UFOP.

Quadro 9 – Resultados obtidos pelas Equipes universitárias da UFOP

RESULTADOS OBTIDOS PELA UFOP (2011 – 2015)
MEDALHAS conquistadas nas competições universitárias (2011 – 2015):
JUMs = 48
. Ouro: 13
. Prata: 21
. Bronze: 14
JUBS = 1
. Ouro: 0
. Prata: 1
. Bronze: 0
TOTAL: 49 (13/22/14)
RESULTADOS conquistados em competições não universitárias (2011 – 2015):
3º Lugar Copa Mariana (MG) – Voleibol masculino (2014);
3º Lugar Copa de Bairros Ouro Preto (MG) – Futsal Feminino (2015);
2º Lugar Copa Ouro Preto (MG) – Futsal Feminino (2015).

Quadro 10 – Número de Atletas/Campi representados pelas Equipes

DADOS GERAIS SOBRE OS ATLETAS DA UFOP (2011 – 2015)
Número de ATLETAS/CURSOS por CAMPUS envolvidos nos JUMS:³
. Ouro Preto: 80/18 (2012), 46/12 (2013), 93/25 (2014) e 69/24 (2015);
. Mariana: 6/4 (2012), 6/3 (2013), 8/4 (2014) e 6/4 (2015);
. João Monlevade: 0/0 (2012), 3/3 (2013), 1/1 (2014) e 0/0 (2015).

³ Representação do número de atletas e cursos representados por cada campus da UFOP em cada JUMs que a universidade participou. Por exemplo: Em 2012, a UFOP enviou 86 atletas ao JUMs em Lavras (MG). Desses 86, 80 estudavam no campus da UFOP em Ouro Preto, e representavam 18 cursos ao total. Então o nº 80/18.

Quadro 11 – Número de Atletas/Cursos representados pelas Equipes

CURSOS	Nº	CURSOS	Nº
Educação Física	102	Letras	3
Engenharias ⁴	65	Matemática	3
Farmácia	13	Nutrição	3
Química	10	Administração	2
Ciências Econômicas	9	Ciências Biológicas	2
Mestrados ⁵	7	Ciência e Tecnologia de Alimentos	2
Arquitetura	5	Pedagogia	1
Artes Cênicas	4	Turismo	1
Ciências da Computação	4	Direito	1
Estatística	4	Jornalismo	1
História	4	Medicina	1
Física	3	Museologia	1

Quadro 12 – Investimento total da UFOP com o Desporto Universitário

INVESTIMENTO DA UFOP NO ESPORTE UNIVERSITÁRIO (2011 – 2015)
Investimento TOTAL LDU: R\$ 1.500,00
Investimento TOTAL JUMs: R\$ 126.369,40
Investimento TOTAL JUBs: R\$ 6.600,00
Investimento TOTAL no Desporto Universitário: R\$ 134.469,40

Mazzei & Bastos (2012) definem o Desporto Universitário como uma área com potencial de crescimento, vislumbrando uma série de oportunidades e melhorias possíveis em caso de um maior investimento. Em 2015 chegou ao final o período previsto pelo PDI da UFOP para investimento no Desporto e fica o questionamento sobre qual a perspectiva futura do Desporto Universitário dentro da Universidade.

⁴ 9 Cursos de Engenharia da UFOP: Ambiental, Automação e Controle, Civil, Elétrica, Geológica, Mecânica, Metalúrgica, Minas e Produção.

⁵ 7 Cursos de Mestrado da UFOP: Biologia, Ciências Naturais, Ecologia, Educação, Engenharia, Farmácia e História.

3. METODOLOGIA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar e discutir a metodologia empregada neste trabalho.

Antes, porém, se faz necessário o entendimento do que é uma pesquisa e suas classificações.

Gil (2002:15) define pesquisa como sendo um projeto racional e ético que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A realização de novas pesquisas ajuda na produção de novos conhecimentos ou mesmo no aprofundamento do que já foi obtido, em se tratando de avanço científico ou tecnológico.

Oliveira (2010:65) apresenta a classificação de pesquisa segundo os *objetivos*, que se pretende alcançar, e segundo os *procedimentos metodológicos e técnicos*.

. *Exploratória*: Objetiva uma explicação sobre determinado fato, através da delimitação do estudo, levantamento bibliográfico, leitura e análise de documentos. Segundo Gil (2002:41), este tipo de pesquisa envolve: a) levantamento bibliográfico; b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

. *Experimental*: Objetiva a manipulação dos dados obtidos através dos estudos de laboratório e pesquisas de campo com a utilização de instrumentais em área (s) delimitada (s) para pesquisa. Este tipo de pesquisa tem como principal objetivo analisar a relação de causa e efeito;

. *Descritiva*: Objetiva analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam os fatos e fenômenos estudados, caracterizando-se como uma análise mais profunda da realidade pesquisada. Gil (2002:42) diz que estas pesquisas têm como objetivo estudar a característica de um determinado grupo: a) distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc.; b) nível de atendimento de órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade registrado, etc.; c) levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma determinada população, etc.;

. *Bibliográfica*: Objetiva a análise de documentos de domínio científico como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, sendo um estudo direto em fontes científicas, tornando-se imprescindível para a realização de estudos históricos;

. *Documental*: Objetiva a análise de documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação;

. *Internet*: Objetiva a pesquisa e acesso rápido sobre os mais diversos assuntos, possibilitando ao pesquisador o acesso facilitado aos periódicos científicos, às bibliotecas virtuais, universidades, institutos de pesquisa ou qualquer instituição que esteja trabalhando em assuntos referentes ao objeto de estudo do pesquisador (a);

. *Laboratório*: Objetiva a observação sistemática de fatos e fenômenos, facilitando o controle das variáveis, excetuando-se os fatos sociais;

. *Ex-post Facto*: Objetiva a investigação sistemática e empírica do experimento após os fatos ocorrerem ou por se caracterizarem como intrinsecamente não manipuláveis;

. *Etnográfica*: Objetiva o estudo do processo educacional, adaptando-se à etnografia da educação, ao invés de realizar a etnografia de grupos sociais;

. *Pesquisa-Ação*: Objetiva o estudo junto a grupos sociais, a fim de buscar coletivamente alternativas para resolução dos problemas que afligem as pessoas ou a comunidade pesquisada;

. *Participativa*: Objetiva o estudo em comunidades carentes ou em grupos desfavorecidos, como operários, índios, camponeses, etc., e visa solucionar os problemas encontrados.

Na Educação Física, segundo Gamboa (1994) e Amaral (2012), as pesquisas aumentaram significativamente após o final do regime militar, com o retorno dos estudiosos exilados ao Brasil. A criação dos cursos de pós-graduação *Strictu Sensu* nas formas de Mestrado e Doutorado contribuíram diretamente para o crescimento de produções científicas na área. Gamboa (1994) diz que as pesquisas em Educação Física estão encaixadas em três grandes abordagens teórico-metodológicas que são:

. *Empírico-Analítico*: Onde os estudos falam sobre habilidades motoras, capacidades físicas como flexibilidade, força, velocidade, etc., alto rendimento esportivo, saúde, performance humana, análise biomecânica do movimento humano, melhoria da qualidade de vida do indivíduo, etc. A base desta abordagem é a biologia, baseada em critérios antropométricos e fisiológicos para classificar o indivíduo.

Nesta abordagem, os tipos de pesquisa são: (a) *Pesquisa experimental*, que é um tipo de pesquisa que manipula as variáveis tentando estabelecer uma relação de causa-efeito; (b) *Pesquisa survey*, que é um tipo de pesquisa que visa determinar informações sobre determinadas práticas ou opiniões atuais de uma população específica; (c) *Pesquisa correlacional*, que é um tipo de pesquisa onde não há manipulação das variáveis na tentativa de estabelecer possíveis relações entre as variáveis; (d) *Pesquisa meta-análise*, que é um tipo de revisão de literatura de metodologia e quantificação de resultados de várias pesquisas visando um padrão métrico de aplicação de técnicas estatísticas; (e) *Estudo de caso*, que é um tipo de pesquisa que investiga um caso para obter uma ampla compreensão que poderá explicar casos semelhantes. Estas pesquisas são de natureza quantitativa.

. *Fenomenológica-Hermenêutica*: Os estudos são voltados para o corpo humano enquanto instrumento de interação cheia de sentidos e significados, percebendo o movimento humano como linguagem, discutindo corporeidade, o lúdico. Esta pesquisa supera o pensamento fragmentado e o dualismo corporeamente, tendo seu princípio metodológico na Epistemologia. As pesquisas enquadradas nesta abordagem são: (a) *Pesquisa documental*, que se assemelha a pesquisa bibliográfica, porém com documentos que ainda não foram tratados; (b) *Estudos comparativos*, que visa comparar duas ou mais realidades ou fenômenos, indicando suas aproximações e distanciamentos e, por fim, apresentando considerações sobre as mesmas; (c) *Revisão de literatura*, que é um tipo de pesquisa que realiza um levantamento recente de produção científica de um tópico em particular; (d) *Pesquisa histórica*, que é um tipo de pesquisa que se baseia em eventos que já tenham ocorrido, utilizando métodos descritivos e analíticos; (e) *Pesquisa filosófica*, que é um tipo de pesquisa caracterizado pela

investigação crítica, estudando e sintetizando os fatos e variáveis para aplicação em um determinado modelo teórico. Estas pesquisas aparecem na perspectiva qualitativa.

. *Crítico-Dialética*: Os estudos desta abordagem entendem o homem como um sujeito social transformador da realidade, motivado por eventos emancipatórios. Seu princípio metodológico é o materialismo histórico e a filosofia da Praxis. As pesquisas nesta abordagem são de natureza qualitativa.

Este trabalho enquadra-se como uma pesquisa do tipo exploratória, o ponto central do mesmo visa evidenciar a gestão do Desporto Universitário dentro da UFOP, sendo necessário fazer um levantamento geral da implantação, dos fatores que influenciaram neste processo, da estruturação e realidade atual do Desporto.

Definido o tipo de pesquisa, é hora de decidirmos qual método científico será utilizado.

Queirós & Graça (2013:15) seguindo a linha de Costa (1986) dizem que uma das grandes questões em qualquer investigação é qual o método a ser utilizado: Quantitativo ou Qualitativo? Esta é uma decisão onde é necessário tomar em conta diversos aspetos e, acaba se tornando uma estratégia integrada de pesquisa, organizando de forma crítica as práticas de investigações, no sentido de definir a melhor escolha.

Marconi & Lakatos (2003:83) definem método como sendo um conjunto de atividades sistemáticas e racionais, que com uma maior segurança e economia, nos permite alcançar o objetivo, conhecimento válido e verdadeiro, definindo o caminho a ser seguido, detetando os erros e auxiliando nas decisões dos cientistas e pesquisadores. A utilização do método científico correto ainda permite a validação do conhecimento produzido como científico e válido, já que somente assim será possível reproduzir os resultados obtidos em sua melhor forma.

Oliveira (2010:48) diz que o método de pesquisa deve ser entendido como uma perspectiva ampla, sendo o caminho escolhido para se alcançar os objetivos pré-estabelecidos na elaboração de uma pesquisa.

Os métodos mais utilizados nas pesquisas, segundo Marconi & Lakatos (2003), Oliveira (2010) e Queirós & Graça (2013) são: *Indutivo; Dedutivo; Hipotético-Dedutivo e Dialético*.

A utilização dos métodos e técnicas em pesquisa está diretamente associada aos objetivos, hipóteses e fundamentos teóricos do objeto de estudo. Este levantamento exige uma escolha absolutamente criteriosa e sistemática para descrever, explicar e analisar fatos e fenômenos encontrados. Este procedimento pode ser realizado através da abordagem qualitativa e da abordagem quantitativa, separadamente ou, em alguns casos, de ambas simultaneamente. (Oliveira, 2010:59).

A *abordagem quantitativa* diz respeito a tudo que pode ser quantificado, transformando as informações coletadas através de questionários, entrevistas e observações, em números e técnicas estatísticas. Esta abordagem apresenta uma maior precisão com relação à explicação quantitativa dos fenômenos e correlação das variáveis, mas pode acabar separando os fatos dos contextos. (Oliveira, 2010:61).

A *abordagem qualitativa* pode ser caracterizada como uma tentativa de explicar o significado, em sua forma mais profunda, e características do resultado obtido através de entrevistas e questões abertas, sem a necessidade de medir características de comportamento. Esta abordagem é considerada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas e fenômenos da sociedade, tendo seu foco no processo, contexto e significado, de forma mais profunda. Os dados desta abordagem podem ser obtidos através de pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, planilhas e todo instrumento ou técnica que for necessário para obter as informações (Oliveira, 2010:59-60).

Queirós & Graça (2013:116) seguindo a mesma linha de Hostie & Hay (2012) definem a investigação qualitativa como uma forma interpretativa de compreender fenômenos que ocorrem na vida social, tentando perceber e 'desocultar' os significados atribuídos pelos participantes.

As duas abordagens não são excludentes, pois em uma pesquisa qualitativa pode-se usar dados quantitativos para uma melhor análise dos dados e

informações obtidas do tema estudado e vice-versa. Na verdade, pode-se dizer que ambas as abordagens são complementares.

Como será realizado um estudo detalhado da gestão do Desporto Universitário dentro da UFOP, buscando informações fidedignas que expliquem o significado e o contexto do mesmo, este trabalho apresenta características intrínsecas à abordagem qualitativa. Dessa forma, adotamos a abordagem qualitativa, uma vez que as informações a serem coletadas são baseadas em dados e opiniões. Porém, usaremos alguns dados quantitativos para ajudar no referencial do trabalho, dando uma maior precisão aos dados coletados.

Em síntese, este trabalho pode ser definido como sendo uma pesquisa qualitativa, exploratória e aplicada.

3.1. Participantes

Minas Gerais é uma das 27 unidades federativas do Brasil.

O estado de Minas Gerais conta com 853 municípios, subdivididos em uma área total de 586.522,122 km², com 20.869.101 habitantes e uma densidade populacional de 35,58 hab./Km². Em dados de 2010, Minas Gerais apresenta um PIB de R\$ 351,381 bilhões de reais com um PIB *per capita* de R\$ 17.931 mil reais (Governo de Minas Gerais, 2015).

O estado de Minas Gerais conta com 267 instituições de ensino superior em seu território, as quais 11 são universidades federais. Destas instituições, 28 estão filiadas na FUME (Federação Universitária Mineira de Desportes) e participam regularmente das competições organizadas no estado mineiro e território brasileiro. A Figura 3 a seguir ilustra as principais IES de Minas Gerais.

- . *Professores e servidores da UFOP;*
- . *Alunos sejam eles atletas, ex-atletas ou não atletas, da UFOP.*

No caso dos atletas, foi definido ainda que eles deveriam ter pelo menos um semestre de treino regular com as equipes, já apresentando um conhecimento sobre o Desporto universitário dentro da UFOP.

Vale ressaltar que, mesmo com tais critérios definidos, tentamos viabilizar a participação do maior número possível de participantes.

A ideia do trabalho foi realizar uma entrevista semiestruturada com o Reitor, o Vice-Reitor, o Chefe de Gabinete e o Chefe do CEDUFOP, para perceber: (1) como eles enxergam o Desporto Universitário dentro da UFOP; (2) qual a importância do mesmo para a formação dos alunos e dentro do ambiente da própria universidade e (3) quais as perspectivas futuras.

Com os atletas, a ideia foi aplicar um questionário semiestruturado, visando perceber como eles enxergam a gestão do Desporto Universitário como um todo dentro da UFOP.

3.2. Recolha de dados

Marconi e Lakatos (2003:165) definem a coleta de dados como sendo fundamental nas pesquisas científicas. Oliveira (2010:134) recomenda que o trabalho com a coleta de dados que a adaptem ao contexto da realidade pesquisada. Por exemplo, se não há uma forma fácil de reunir todos os entrevistados, que o pesquisador trabalhe na análise de cada dado obtido individualmente.

Queirós & Graça (2013:145), seguindo a linha de Mozzato & Grybovsky (2011), dizem que a escolha das técnicas de análise de dados pode ser feita dentro de múltiplas opções, e de acordo com a natureza do problema e a complexidade dos fenômenos a escolha pode inclusive recair em múltiplas técnicas a fim de proporcionar uma aproximação ainda mais adequada ou abrangente ao tema estudado.

Marconi e Lakatos (2013:165) definem como métodos de coletas de dados os seguintes instrumentos: (1) Coleta documental; (2) Observação; (3) En-

trevista; (4) Questionário; (5) Formulário; (6) Medidas de opiniões e atitudes; (7) Técnicas mercadológicas; (8) Testes; (9) Sociometria; (10) Análise de conteúdo; (11) História de vida.

Para a elaboração deste estudo utilizamos três dos métodos citados acima para coleta de dados: Coleta documental, Entrevista e Questionário.

Estes métodos serão descritos a seguir.

3.2.1. Coleta documental

Marconi e Lakatos (2013:166), na mesma linha de Trujillo (1974:178), dizem que análise é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o que foi estudado e outros fatores.

Assim, o pesquisador precisa conhecer em profundidade o contexto no qual sua pesquisa está inserida, daí a importância da análise dos documentos. O acesso a documentos escritos sejam eles relatórios, artigos, jornais, revistas ou mesmo livros e documentos eletrônicos, contribui e muito para aprofundar o conhecimento da pesquisa. (Oliveira, 2010:90)

Gil (2002), Oliveira (2010:69) e Marconi e Lakatos (2013:174) mostram a existência de dois tipos de documentos existentes para a pesquisa:

. *Primários*, que são os dados originais, que não receberam nenhum tratamento, como documentos de arquivos públicos, publicações de cunho parlamentar ou administrativa, estatísticos, de arquivos privados, cartas e contratos, com os quais o pesquisador tem uma relação direta com os mesmos;

. *Secundários*, que são dados já trabalhados por outros pesquisadores e estudiosos, já do domínio científico. Relatórios, estudos históricos e tabelas estatísticas são exemplos deste tipo de documentos.

Para Cervo & Bervian (1983:155) a coleta de dados ocorre após a escolha e delimitação do assunto, a revisão bibliográfica, a definição dos objetivos, a formulação do problema e das hipóteses e a identificação das variáveis. Realizada a coleta de dados, seguem-se as tarefas da análise, discussão dos dados com a conclusão e o relatório do trabalho.

A coleta de dados, tarefa importante na pesquisa, envolve diversos passos, como a determinação da população a ser estudada, a elaboração do ins-

trumento de coleta, a programação da coleta e também os dados e a própria coleta.

Os instrumentos de coleta de dados mais utilizados são: a entrevista, o formulário e o questionário.

A busca dos documentos e a coleta de dados foram divididas da seguinte maneira:

- 1º) *Busca de documentos sobre a legislação da Educação Física.*
. Leis e Decretos;
- 2º) *Levantamento de documentos sobre a criação do CEDUFOP e a implantação do curso de Educação Física na UFOP;*
- 3º) *Levantamento de documentos sobre o programa Segundo Tempo Universitário, um dos percursos do Esporte Universitário na UFOP;*
- 4º) *Levantamento de documentos sobre o Esporte Universitário em geral no Brasil.*
- 5º) *Entrevista semiestruturada com o corpo administrativo da UFOP;*
- 6º) *Aplicação de questionário com os alunos/atletas da UFOP.*

3.2.2. Entrevista

Marconi e Lakatos (2013:195) definem entrevista como sendo um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha as informações sobre um determinado assunto, mediante uma conversa de natureza formal. Oliveira (2010:86) reforça que a entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre pesquisador e entrevistado, a fim de obter descrições sobre a pesquisa em questão. Gil (2002:115) diz que a entrevista ainda possibilita o auxílio para o entrevistado com dificuldade para responder além da análise do comportamento não verbal do mesmo.

Para Queirós & Graça (2013:179) uma entrevista consiste em uma conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, podendo às vezes envolver um número maior, dirigida por uma delas, com o objetivo de obter informações sobre a outra. Cervo & Bervian (1983:158) afirmam que entrevista não é uma simples conversa. Para os autores, a entrevista é uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, através do interrogatório do informante, dados

para a pesquisa. Estes dados serão utilizados tanto para o estudo de fatos como de casos ou opiniões.

Recorre-se à entrevista quando não há fontes mais seguras para as informações desejadas ou quando se quiser completar dados extraídos de outras fontes.

A entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam determinados aspetos do mundo.

Entretanto, os autores reforçam que o entrevistador não deve interferir nas respostas do entrevistado, devendo somente ouvir e gravar o que lhe é dito.

Oliveira (2010:86) salienta que a entrevista deve estar ajustada aos objetivos e hipóteses da pesquisa, além de ser específica para cada grupo, possibilitando assim o máximo de informações possíveis, permitindo uma análise mais completa das mesmas.

Queirós & Lacerda (2013:179), seguindo a mesma linha de Ghiglione & Matalon (2005), dizem que duas características são comuns a todas formas de questionamento: (1) o fato de a entrevista ser sempre uma conversa com objetivo; (2) a situação de inquirição, já que a entrevista se desenrola em um contexto e uma situação social determinada.

O principal objetivo da entrevista é a obtenção do maior número possível de informações do entrevistado, sobre um determinado assunto ou problema.

Marconi e Lakatos (2013:195) seguindo na mesma linha de Seltiz (1965) dividem a entrevista em seis categorias, divididas pelos conteúdos: (1) Averiguação de fatos; (2) Determinação das opiniões sobre os fatos; (3) Determinação de sentimentos; (4) Descoberta de planos de ações; (5) Conduta atual ou do passado; (6) Motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas.

Marconi e Lakatos (2013:198) e Queirós & Graça (2013:180) elencam algumas vantagens e desvantagens da entrevista:

Vantagens:

. Pode ser realizado com todos os segmentos da população, analfabetos ou alfabetizados;

- . *Fornecer uma amostragem muito melhor da população geral;*
- . *Há maior flexibilidade na realização, com o entrevistador podendo repetir ou esclarecer perguntas, formular de outra maneira, especificando algum significado, garantindo a compreensão;*
- . *Oferece mais oportunidade para avaliar atitudes, condutas, podendo o entrevistador observar o que o entrevistado diz e como diz: registro de gestos, reações, etc.;*
- . *Oportunidade para obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais com significado relevante e valioso;*
- . *Obtenção de informações mais precisas, podendo ser comprovado, de imediato, as discordâncias;*
- . *Permite a quantificação dos dados e submissão dos mesmos a tratamento estatístico.*

Desvantagens:

- . *Dificuldade de expressão e comunicação de ambas as partes;*
- . *Incompreensão, por parte do informante, do significado das perguntas, da pesquisa, levando a uma falsa interpretação;*
- . *Possibilidade de influência do entrevistado, consciente ou inconscientemente, pelo questionador, pelo seu aspecto físico, atitudes, ideias, opiniões, etc.;*
- . *Disposição do entrevistado em dar opiniões necessárias;*
- . *Retenção de dados importantes, pelo receio de sua identidade ser revelada;*
- . *Pequeno grau de controle sobre uma coleta de dados;*
- . *Ocupa muito tempo e é difícil de ser realizada.*

Levando em consideração suas vantagens e estando ciente das desvantagens, optamos pela entrevista como uma das formas de recolha de dados para a presente dissertação.

Além disso, a entrevista ainda possibilita a obtenção de informação em papel, colaborando diretamente com os outros dados obtidos pela análise documental e do questionário.

Oliveira (2010:86) diz que o roteiro da entrevista deve ser semiestruturado, utilizando sempre o mesmo padrão para o indivíduo ou grupo entrevistado. Este tipo de roteiro prevê a utilização de um esquema prévio, conhecido como guião de entrevista, onde se define os temas e questões abordadas de forma livre, permitindo que o entrevistado expresse o que pensa, de acordo com o tema proposto.

Para realização da entrevista, segundo Marconi & Lakatos (2013:199) o entrevistador deve levar em conta alguns aspetos para a realização da entrevista: (a) Planeamento da entrevista, visando alcançar o objetivo definido; (b) Conhecimento prévio do entrevistado; (c) Oportunidade da entrevista, marcando de preferência com antecedência a hora e local, garantindo assim a recepção; (d) Condições favoráveis ao entrevistado de sigilo total; (e) Contato com líderes, garantindo a maior variabilidade de informações; (f) Conhecimento prévio do campo, evitando assim a perda de tempo; (g) Preparação específica da entrevista, organizando as questões importantes e pertinentes.

Marconi & Lakatos (2013:199) ainda definem as seguintes diretrizes para a realização de uma entrevista: (a) Contato Inicial, aonde o entrevistador deve procurar construir uma relação amistosa com o entrevistado, utilizando uma conversa amistosa para explicar sua pesquisa; (b) Formulação de perguntas, que devem ser feitas de acordo com o tipo de entrevista, obedecendo ao padrão ou formulário pré-definido ou, se for não padronizada, deixando o entrevistado falar à vontade; (c) Registro das respostas, anotando todas as respostas da forma mais fiel e verídica possível. Oliveira (2010:87) ressalta que a gravação das respostas é muito importante para ter com a máxima precisão tudo o que foi falado pelo entrevistado. Porém, essa opção deve ser autorizada pelo entrevistado, senão ela deve ser descartada. (d) Término da entrevista, terminando a entrevista assim como começou, com um ambiente agradável e cordial; (e) Relevância, as respostas devem obedecer aos seguintes requisitos: validade, relevância, especificidade, clareza, profundidade e amplitude.

3.2.2.1. Guião de entrevista

A entrevista semidirecta prevê a utilização de um roteiro prévio, ou de um guião de entrevista, como pode ser considerado. Manzini (2004) define o guião de entrevista como sendo um roteiro com perguntas focadas em um assunto principal, complementadas com outras perguntas inerentes às circunstâncias inerentes ao momento da entrevista que atinjam os objetivos pretendidos. Ainda segundo o autor, este tipo de entrevista pode facilitar a obtenção de uma forma mais livre e respostas não tão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Tolói & Manzini (2013) na mesma linha de Manzini (2003) consideram que o guião de entrevistas tem várias funções, sendo as seguintes: (a) Auxiliar o entrevistador a buscar informações sobre o objeto de pesquisa, na sua forma de condução; (b) Auxiliar o pesquisador antes e no momento da pesquisa no quesito organização e indiretamente, auxiliar o entrevistado a fornecer as informações solicitadas e de maneira mais precisa.

Levando em consideração estas informações, elaboramos o guião de entrevista ou roteiro prévio a ser aplicado aos entrevistados.

A validação do guião de entrevista foi realizada por meio da análise do mesmo por três pesquisadores acadêmicos, que sugeriram alterações no mesmo até a versão final, e a aplicação em um grupo pequeno de voluntários, por duas vezes, após um período de tempo, realizando a comparação das respostas.

A divisão das questões em tópicos aconteceu com base nas categorias citadas na análise dos dados, permitindo assim um melhor agrupamento e análise das informações obtidas.

3.2.2.2. Realização das entrevistas

As entrevistas com a administração da UFOP foram solicitadas, de forma oficial, através de um ofício enviado pelo CEDUFOP para a Reitoria da Universidade. Porém, nenhuma resposta oficial foi dada pela administração e, pelo

pouco tempo útil disponível para realização da Dissertação, a entrevista com a administração da UFOP acabou não acontecendo⁶.

Com a Chefia do CEDUFOP o contato foi feito diretamente, mas como a intenção deste trabalho era contar com as entrevistas da administração da UFOP e da Chefia do CEDUFOP, uma vez que não conseguimos conversar com a Reitoria, as entrevistas com o CEDUFOP, após definição do orientador, coorientador e orientado, acabaram não sendo realizadas.

A ideia inicial deste trabalho era confrontar as respostas dos atletas com a dos dirigentes da UFOP e CEDUFOP, mas com a não impossibilidade de realização das entrevistas por parte da administração da Universidade, não foi possível realizar tão confronto. A não realização da entrevista com a administração da UFOP foi um fator limitador deste trabalho.

3.2.3. Questionário

Questionário, segundo Oliveira (2010:83), pode ser definido como uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vividas e sobre qualquer dado que o pesquisador julgue pertinente. Marconi & Lakatos (2013:200) destaca que o questionário é um instrumento de coleta constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas de forma escrita e sem a presença do entrevistador. Geralmente, o pesquisador envia o questionário ao indivíduo ou ao grupo de forma indireta, seja por correio, correio eletrônico ou um portador, e o indivíduo ou grupo devolve-o da mesma maneira. Neste caso, faz-se necessário um contato prévio do pesquisador com o indivíduo ou grupo que responderá o questionário, seja por telefone, nota, internet, para que seja explicado a pesquisa e seus objetivos. (Oliveira, 2010:84 e Marconi e Lakatos, 2013:200). Cervo & Bervian (1983:159) afirmam que o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com melhor exatidão o que se deseja.

⁶ Mesmo com a não realização da entrevista com a Administração superior da UFOP, a ideia deste trabalho é apresentá-lo para a Reitoria e chefia de gabinete da UFOP logo após a sua defesa pública na FADDEUP. Esta ação foi pensada e considerada pertinente pelo autor, orientador e coorientador desde o início deste trabalho.

Hill & Hill (2000:83) dizem que em uma investigação onde se aplica um questionário, a maioria das variáveis, frequentemente todas, são medidas a partir das perguntas do mesmo, e, portanto, os métodos de investigação incluem os tipos de perguntas usadas, os tipos de respostas associadas com as perguntas e as escalas de medida dessas respostas.

Oliveira (2010:84) divide o questionário: (a) Questão aberta, onde o entrevistado fica totalmente à vontade para responder o que achar necessário, podendo ser a sua resposta a mais ampla possível; (b) Questões fechadas, onde o entrevistado assinala os itens segundo o ponto de vista dele; (c) Questão de múltipla escolha, onde o entrevistado pode assinalar vários itens como resposta.

Hill & Hill (2000:84-87) afirmam que para escrever um bom questionário, é necessário: (a) Listar todas as variáveis da investigação, incluindo as características dos casos; (b) especificar o número de perguntas para medir cada uma das variáveis; (c) escrever uma versão inicial para cada pergunta; (d) Pensar cuidadosamente na natureza da primeira Hipótese Geral e nas variáveis e perguntas iniciais a ela associadas, identificando posteriormente qual o tipo de hipótese que se tem; (e) Decidir quais as técnicas estatísticas adequadas para testar a Hipótese; (f) Decidir o tipo de resposta desejável para cada pergunta associada à Hipótese Geral; (g) escrever a Hipótese operacional; (h) Readequar sempre que necessário as perguntas iniciais à Hipótese operacional, de modo que elas possam ser incorporadas ao questionário; (i) verificar se as versões finais das perguntas e respostas ainda estão adequadas para testar a Hipótese operacional; (j) repetir o mesmo processo para as Hipóteses gerais; (k) Escrever as instruções associadas com as perguntas para informar o respondente como responder; (l) planejar as seções do questionário.

Cervo & Bervian (1983:160) dizem que as perguntas fechadas são padronizadas, de fácil aplicação, fáceis de codificar e analisar. As perguntas abertas, destinadas à obtenção de respostas livres, embora possibilitem recolher dados ou informações mais ricas e variadas, são codificadas e analisadas com maiores dificuldades.

Marconi & Lakatos (2013:2001) citam as vantagens e desvantagens do uso do questionário como ferramenta de trabalho para a pesquisa:

Vantagens:

- . *Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados;*
- . *Atinge simultaneamente um grande número de pessoas;*
- . *Abrange uma área geográfica maior;*
- . *Economiza pessoal, tanto em treinamento como em trabalho de campo;*
- . *Obtém respostas mais rápidas e precisas;*
- . *Há maior liberdade das respostas, pelo sigilo das respostas;*
- . *Há maior segurança nas respostas, pelo anonimato;*
- . *Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador;*
- . *Há mais tempo para responder e em hora mais favorável;*
- . *Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza do instru-*

mento;

- . *Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.*

Desvantagens:

- . *Porcentagem pequena dos questionários volta;*
- . *Grande número de perguntas sem respostas;*
- . *Não pode ser aplicado a pessoas analfabetas;*
- . *Impossibilidade de ajudar o entrevistado em questões mal entendidas;*
- . *Dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, pode causar uma uniformidade aparente;*
- . *A leitura das questões, antes de respondê-las, pode acabar com uma influenciando a outra;*
- . *Devolução tardia prejudica o calendário ou a utilização das respostas;*
- . *Desconhecimento das circunstâncias em que os questionários foram preenchidos pode dificultar o controle e a verificação;*
- . *Quem é escolhido para responder o questionário pode não sendo que o responde, o que pode invalidar as questões;*
- . *Exige um universo mais homogêneo.*

A escolha do questionário como uma das ferramentas de obtenção de dados desta pesquisa aconteceu pelo elevado número de atletas, ex-atletas,

alunos, Professores e servidores da UFOP envolvidos com o Desporto Universitário, se caracterizando como um grupo relevante para a pesquisa. Dessa forma, pela dificuldade de marcação de entrevista com todos os participantes, a opção pelo questionário foi a mais sensata.

Definido o questionário como instrumento de pesquisa a ser utilizado, foi à vez de definir qual a escala utilizada para a coleta de informações e posterior análise de dados obtidos.

Oliveira (2001) diz que o conhecimento das atitudes de pessoas pode fornecer bases para tomada de decisões organizacionais tanto em relação a consumidores quanto a seus funcionários. Mesmo de forma limitada, esta compreensão pode indicar aspectos de grande valor para as empresas que realizam este tipo de pesquisa. Este interesse em conhecer as atitudes e opiniões das pessoas pode ser um fator determinante para definir comportamentos ou tipos de trabalho a serem realizados futuramente.

Para este tipo de trabalho, porém torna-se importante definir o tipo de escala a ser utilizada para a coleta de informações e posterior análise de dados.

Alexandre et. al (2003) diz que a definição do tipo de escala a ser utilizada, diretamente associada ao tipo de análise e objetivo desejado, tem um papel fundamental nas pesquisas realizadas. Segundo Oliveira (2001) estas escalas podem ser classificadas em (a) Escala Nominal, onde o objetivo é categorizar ou classificar os dados obtidos; (b) Escala ordinal, onde o objetivo é ordenar os objetos estudados de acordo com certas características dentro de um processo de comparação; (c) Escala intervalar, onde se conhece a distância entre os pontos da escala, com o ponto zero e as unidades de medidas já sendo fixados arbitrariamente; (d) Escala da razão, onde há o zero absoluto definido e somente as unidades de medidas são arbitrárias.

Oliveira (2001) e Alexandre et. al (2003) apresentam as escalas de (a) *Thurstone*, onde há uma série de afirmações relacionadas ao objeto do estudo, onde os respondentes concordam ou discordam com as afirmações sem identificar a intensidade dos sentimentos em relação à afirmação; (b) *Likert*, que é semelhante à escala de Thurstone, pois diz respeito a uma série de afirmações relacionadas com o objeto pesquisado, mas com os respondentes responden-

do se concordam ou não com as afirmações, e também informando o grau de concordância ou discordância com cada afirmação através de um número a cada resposta, refletindo a direção da atitude do respondente em relação a cada afirmação e (c) *Guttman*, que é similar à escala de Likert, porém sendo acumulativa, com as afirmações selecionadas se relacionam diretamente com as afirmações anteriores; como sendo as mais comuns associadas à mensuração de dados.

Dessa forma, foi definida a aplicação de um questionário com os atletas, desenvolvido pelos pesquisadores, utilizando questões simples com respostas baseadas na Escala Likert de cinco categorias para medir o grau de concordância e a intensidade da resposta dos mesmos diante de cada afirmação. As cinco categorias definidas foram:

(1) Muito Mau (2) Mau (3) Regular (4) Bom (5) Muito Bom

Além das questões fechadas, o questionário apresentava ainda duas questões abertas:

(1) Qual a sua opinião sobre a obrigatoriedade da Educação Física como disciplina (EFD 301 e EFD 302) na UFOP?

(2) Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento do Desporto de competição na UFOP?

O atleta será obrigado a preencher o questionário, mas as questões abertas ao final do mesmo são de caráter facultativo.

A validação do questionário foi realizada por meio da análise do mesmo por três pesquisadores acadêmicos, que sugeriram alterações no mesmo até a versão final, e a aplicação em um grupo pequeno de voluntários, por duas vezes, após um período de tempo, realizando a comparação das respostas.

3.3. Análise de dados

Uma vez recolhidos os dados, faz-se necessário a análise e interpretação dos mesmos.

Oliveira (2010:90) diz que este procedimento é bastante recomendável, já que o pesquisador precisa ter um conhecimento profundo do contexto no qual seu objeto de pesquisa está inserido.

Marconi e Lakatos (2003:167) definem análise e interpretação como sendo duas atividades distintas, mas que se relacionam durante o processo. Os autores classificam Análise (a) como a tentativa de evidenciar a relação existente entre o fenômeno estudado e outros fatores. A elaboração da análise é realizada em três níveis, sendo eles: (a1) Interpretação, que é a verificação das relações entre as variáveis independente e dependente, e da variável interveriente a fim de ampliar os conhecimentos sobre o fenômeno; (a2) Explicação, que é o esclarecimento sobre a origem da variável dependente e a necessidade de encontrar a variável antecedente; (a3) Especificação, que é a explicitação sobre até que ponto as variáveis dependente e independente são válidas. Já a Interpretação (b) é classificada como a atividade intelectual que busca dar um significado mais amplo às respostas obtidas, vinculando-as a outros conhecimentos. A interpretação funciona mais como uma forma de exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Dois aspetos são importantes na interpretação dos dados: (b1) Construção de tipos, modelos e esquemas e (b2) a ligação com a teoria.

Ainda segundo Marconi e Lakatos (2003:168) para realizar a análise e interpretação dos dados correta, dois aspetos devem ser considerados: (1) Um planeamento bem elaborado da pesquisa, facilitando a análise e a interpretação; (2) Complexidade ou análise das hipóteses ou problemas, o que requerem uma abordagem adequada para isso.

Moraes (1999) diz que a análise de dados é constituída de cinco etapas:

- (1) *Preparação das informações;*
- (2) *Unitarização;*
- (3) *Categorização;*
- (4) *Descrição;*
- (5) *Interpretação.*

3.3.1. Preparação das informações

Moraes (1999) define que a preparação das informações consiste em (a) identificar as diferentes amostras de informações a serem analisadas e ver quais são efetivamente relacionadas aos objetivos da pesquisa; (b) iniciar o processo de codificação dos materiais, estabelecendo um código que facilite a rápida identificação das amostras ou depoimentos analisados. Estes códigos poderão ser letras ou números que facilitem o trabalho do pesquisador para retornar a um documento quando ele assim desejar.

3.3.2. Unitarização

Moraes (1999) mostra que, depois de preparados, os documentos passarão pelo processo de “unitarização”, que pode ser descrito como: (a) releitura cuidadosa dos documentos, com o intuito de ser criada uma “unidade de análise”, ou “unidade de registro” ou “unidade de significado”, que defina o indivíduo a ser classificado; (b) nova releitura do material com identificação das “unidades de análises”, desta vez com codificação e adição de novos códigos associados ao sistema de codificação anterior; (c) isolamento de cada uma das “unidades de análises”.

As unidades de análises devem ser definidas pelo pesquisador. Estas unidades podem ser palavras, frases, temas ou mesmo documento em forma integral. A definição do que será cada unidade depende da natureza do problema, dos objetivos da pesquisa e do tipo de material a ser analisado.

Moraes (1999) ainda reforça que toda unidade de análise deve ser isolada para poder ser classificada, fazendo assim com que elas possam ser compreendidas fora do contexto original que se encontravam.

3.3.3. Categorização

Queirós & Graça (2013:133), na mesma linha de raciocínio de Grawitz (1993) dizem que as categorias constituem um meio de classificar os dados descritivos recolhidos, criadas em função do objetivo de cada estudo. Moraes (1999) define que categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte em comum existente entre eles e que elas podem ser classificadas por semelhança ou analogia, dependendo do critério previamente estabelecido. A definição das categorias é um passo importante na investigação, cabendo ao investigador tomar o cuidado necessário com a forma como as usa.

Classificar elementos em categorias impõe buscar o que cada um deles tem em comum com os outros. O que permite o agrupamento é a parte que eles têm em comum entre si. (Vala, 1986; Bardin, 2008; citados por Queirós e Graça (2013:133)).

A categorização é um procedimento de classificação que permite agrupar dados em função de um critério comparativo e de propriedades que possuem em comum dentro de um mesmo grupo e que os distinguem de todos. (Queirós & Graça, 2013).

Oliveira (2010:93) diz que a categorização é necessária para que o pesquisador possa fazer um trabalho sistematizado e coerente.

Para Queirós & Graça (2013:133), seguindo a mesma linha de raciocínio de Moraes (1999), os critérios de classificação e as categorias correspondentes podem ser previamente estabelecidos ou desenvolvidos durante o processo de análise. Este processo é fundamentalmente uma redução de dados, representando o esforço de uma síntese de comunicação, destacando os aspetos mais importantes.

Segundo Queirós & Graça (2013:134), as categorias podem ser definidas de dois modos: (1) *a priori*, que é quando a interação entre o quadro teórico de partida e os problemas a estudar permitem a formulação de um sistema de categorias, importando a deteção ou ausência destas categorias no corpo do trabalho; (2) *a posteriori*, que acontece quando, após a definição do quadro teórico e de uma possibilidade de hipóteses, se parte para o trabalho exploratório sobre o corpo do trabalho, somente então definindo as categorias; (3) sis-

tema misto, onde já existe um quadro fixo de categorias, mas se torna necessário criar novas categorias por dados encontrados durante o trabalho que não podem ser excluídos do processo de análise.

3.3.3.1. Categorias da pesquisa

3.3.3.1.1. Categoria A – Sobre a Educação Física obrigatória na UFOP

A categoria A visa evidenciar a opinião dos alunos/atletas com relação à obrigatoriedade da Educação Física para os cursos superiores dentro da UFOP, por meio das disciplinas EFD 301 (Educação Física e Desporto I) e EFD 302 (Educação Física e Desportos II). A EFD 301 é obrigatória para alguns cursos da UFOP, enquanto a EFD 302 é facultativa para todos os cursos da UFOP. Esta categoria se faz pertinente visto que a Lei 9.394/96 extinguiu a obrigatoriedade da Educação Física no ensino superior imposta pelo regime militar.

3.3.3.1.2. Categoria B – Sobre o Esporte na UFOP

A categoria B visa evidenciar a opinião dos alunos/atletas com relação a todo o suporte dado pela UFOP ao Desporto universitário. Os tópicos aqui analisados são relacionados ao (a) pagamento das taxas de anuidade e de inscrição das equipes para a FUME; (b) o auxílio-atleta; (c) as resoluções que permitem e garantem a participação dos alunos/atletas nas competições, (d) o apoio docente e médico; (e) a importância dada pela UFOP ao Desporto universitário em geral.

3.3.3.1.3. Categoria C – Sobre a Estruturação do Desporto na UFOP

A categoria C visa evidenciar a opinião dos alunos/atletas com relação à estrutura do desporto universitário dentro da UFOP. Os tópicos analisados são relacionados (a) à existência das atléticas dos cursos, da atlética da UFOP e

dos Departamentos/Centros para organizar o Desporto universitário; (b) a estrutura física da UFOP disponível na UFOP; (c) material disponível para os treinamentos das equipes e a prática do Desporto na UFOP; (d) organização de espaços e horários para aulas, treinos e prática do Desporto e (e) a organização e oferta do Desporto de Lazer, Formação e Competição dentro da UFOP.

3.3.3.1.4. Categoria D – Sobre a participação dos Docentes/Servidores no Desporto Universitário na UFOP

A categoria D visa evidenciar a opinião dos alunos/atletas com relação à participação dos Docentes e Servidores com relação a (a) organização; (b) treinamentos (c) competições envolvendo o Desporto universitário na UFOP.

3.3.3.1.5. Categoria E – Sobre a participação das Equipes universitárias nas competições das Federações

A categoria E visa evidenciar a opinião dos alunos/atletas em relação ao (a) calendário de competições e eventos desenvolvido pela FUME e CBDU; (b) a participação das Equipes da UFOP na Liga Desportiva Universitária (LDU), organizada pela FUME; (c) a participação das Equipes da UFOP nos Jogos Universitários Mineiros (JUMs); (d) a participação das Equipes da UFOP nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs); (e) a participação das Equipes da UFOP em torneios e competições municipais e regionais, além de jogos amistosos contra outras Instituições federais; (f) os resultados obtidos pelas Equipes da UFOP nas competições que participou.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Perfil do atleta das Equipes Universitárias da UFOP

124 Atletas e ex-atletas das equipes coletivas de Basquete (Masculino), Futsal (Masculino/Feminino), Handebol (Masculino/Feminino) e Voleibol (Masculino/Feminino) e das modalidades individuais de Natação (Masculino) e Atletismo (Masculino/Feminino) responderam o questionário fechado. Já o questionário aberto obteve somente 15 respostas, mas com as respostas englobando pelo menos um atleta de cada modalidade citada acima.

Dos 124 questionários, 75 respostas foram dadas por homens e 49 por mulheres. A idade média dos atletas que responderam aos questionários é de 21,88 anos, sendo o mais novo com 18 anos e o mais velho com 34 anos. A idade média dos homens é de 22,32 anos e a das mulheres é de 21,67 anos.

Os atletas estão divididos em cursos de graduação, Mestrado e um ex-atleta da equipe de Futsal masculino está cursando atualmente o Doutorado na UFOP.

4.2. Questionários Fechados

4.2.1. Sobre a Educação Física obrigatória na minha Universidade

1. Em relação à obrigatoriedade da disciplina EFD 301 (Educação Física e Desportos I) para os cursos da UFOP:									
1	5	2	5	3	22	4	31	5	61

2. Em relação à obrigatoriedade da disciplina EFD 302 (Educação Física e Desportos II) para os cursos da UFOP:									
1	5	2	8	3	21	4	36	5	54

RESULTADO TOTAL					
MUITO MAL/MAL	23	REGULAR	43	BOM/MUITO BOM	182
MUITO MAL/MAL	10%	REGULAR	17%	BOM/MUITO BOM	73%

Pelo fato da UFOP ser a única Universidade de MG e uma das poucas do Brasil a manter a Educação Física obrigatória para seus cursos de graduação, este tipo de questionamento torna-se interessante e importante para observar o posicionamento dos alunos sobre esta questão.

Com relação à EFD 301 (Desportes Coletivos I), 73% dos alunos que responderam o questionário consideram como sendo Bom/Muito Bom a obrigatoriedade da disciplina. Se juntarmos a este número os atletas que responderam como sendo Regular a obrigatoriedade, a aceitação chega a 92%.

Os números para a oferta da disciplina EFD 302 (Desportes Coletivos II), a outra disciplina obrigatória oferecida pela UFOP, são semelhantes, apresentando 73% como Bom/Muito Bom e 89% como Regular/Bom/Muito Bom.

Desta forma, uma média de 90% dos alunos/atletas que responderam o questionário julga a Educação Física obrigatória como sendo uma ferramenta de estímulo útil à prática esportiva dentro da Universidade.

4.2.2. Sobre o Desporto na minha Universidade

3. Em relação ao suporte da minha Universidade ao Esporte Universitário:									
1	20	2	39	3	47	4	8	5	10

4. Em relação ao incentivo (Pagamento de inscrições e taxas, bolsas ou auxílio atleta, etc.) da minha Universidade ao Esporte Universitário:									
1	45	2	41	3	27	4	3	5	8

5. Em relação ao suporte (Resoluções, apoio docente, apoio médico, etc.) da minha Universidade ao Esporte Universitário:									
1	22	2	30	3	48	4	18	5	6

6. Em relação à importância dada ao Esporte Universitário pela minha Universidade:									
1	30	2	46	3	39	4	7	5	2

RESULTADO TOTAL									
MUITO MAL/MAL	273	REGULAR	161	BOM/MUITO BOM	62				
MUITO MAL/MAL	55%	REGULAR	33%	BOM/MUITO BOM	12%				

Estes números mostram que 55% dos alunos/atletas que responderam o questionário consideram o suporte dado ao Esporte pela UFOP como sendo Muito Mal/Mal, enquanto 88% consideram como Muito Mal/Mal/Regular.

A ressaltar como destaque negativo, os resultados encontrados na pergunta nº 6, sobre a importância dada ao Esporte Universitário pela UFOP. Estes resultados demonstram que, na visão dos alunos/atletas, o Esporte Universitário não é valorizado como deveria ser pela Universidade.

Dentro dos resultados encontrados, este tópico pode ser considerado como Muito Mal/Mal.

4.2.3. Sobre a estruturação do Desporto na minha Universidade

7. Em relação à estrutura organizacional (Atlética, Centro, Diretório, Departamento, etc.) do Esporte Universitário na minha Universidade:									
1	13	2	20	3	60	4	25	5	6

8. Em relação à estrutura física (Ginásios, Piscina, Pista de Atletismo, Tatames, Campo,) disponível para a prática do Esporte Universitário:									
1	7	2	27	3	41	4	37	5	12

9. Em relação aos equipamentos disponíveis (Bolas, redes, tabelas, etc.) para a prática do Esporte Universitário:									
1	23	2	36	3	34	4	28	5	3

10. Em relação à organização de espaço e horários de treinos do Esporte Universitário:									
1	5	2	18	3	44	4	44	5	13

11. Em relação à organização do Esporte Universitário de Competição na minha Universidade:									
1	25	2	25	3	41	4	30	5	3

12. Em relação à organização do Esporte Universitário de Formação na minha Universidade:									
1	9	2	31	3	50	4	27	5	7

13. Em relação à organização do Esporte Universitário de Lazer na minha Universidade:									
1	14	2	34	3	42	4	27	5	7

RESULTADO TOTAL					
MUITO MAL/MAL	287	REGULAR	312	BOM/MUITO BOM	269
MUITO MAL/MAL	33%	REGULAR	36%	BOM/MUITO BOM	31%

Um ponto que vale a ressalva, desta vez positiva, é com relação à organização dos espaços e horários de treinos para as equipes da UFOP. A maioria considera esta questão como sendo Bom/Muito Bom, demonstrando que todas as equipes ativas da UFOP treinam regularmente sem conflito de espaço ou problema grave de material.

Este tópico apresentou a menor diferença entre os resultados obtidos, fazendo com que a estruturação do Esporte Universitário dentro da UFOP possa ser considerada como Regular.

4.2.4. Sobre a participação dos docentes/servidores no Desporto universitário na minha Universidade

14. Em relação à participação dos docentes da minha Universidade na organização das Equipes Universitárias:									
1	16	2	23	3	48	4	31	5	6

15. Em relação à participação dos docentes da minha Universidade nos treinamentos das Equipes Universitárias:									
1	22	2	28	3	33	4	27	5	14

16. Em relação à participação dos docentes da minha Universidade nas competições das Equipes Universitárias:									
1	17	2	34	3	34	4	30	5	9

17. Em relação à participação dos servidores da minha Universidade na organização das Equipes Universitárias:									
1	18	2	31	3	41	4	24	5	10

18. Em relação à participação dos servidores da minha Universidade nos treinamentos das Equipes Universitárias:									
1	19	2	31	3	38	4	19	5	17

19. Em relação à participação dos servidores da minha Universidade nas competições das Equipes Universitárias:									
1	18	2	30	3	42	4	21	5	13

RESULTADO TOTAL									
MUITO MAL/MAL	287	REGULAR	236	BOM/MUITO BOM	221				
MUITOMAL/MAL	38%	REGULAR	32%	BOM/MUITO BOM	30%				

A ressaltar nestas respostas o fato dos Técnicos Desportivos e outros TA's da UFOP apresentarem uma avaliação negativa maior que os Professores, em relação à participação em treinamentos e competições.

Este tópico pode ser considerado como Muito Mal/Mal, diante dos números encontrados.

4.2.5. Sobre a participação das equipes universitárias nas competições das Federações

20. Em relação ao calendário esportivo definido pela Federação Universitária Mineira de Desportes (FUME) e a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU):									
1	18	2	19	3	43	4	38	5	6
21. Em relação à participação das equipes universitárias da minha Universidade nas Ligas Universitárias (LDU):									
1	36	2	21	3	48	4	15	5	4
22. Em relação à participação das equipes universitárias da minha Universidade nos Jogos Universitários Mineiros (JUMs):									
1	12	2	9	3	41	4	39	5	23
23. Em relação à participação das equipes universitárias da minha Universidade nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs):									
1	23	2	31	3	44	4	22	5	4
24. Em relação à participação das equipes universitárias da minha Universidade em competições não-Universitárias (Municipais, regionais e/ou Nacionais):									
1	30	2	37	3	29	4	21	5	7
25. Em relação à participação das equipes universitárias da minha Universidade em partidas amistosas contra outras equipes/Universidades:									
1	24	2	30	3	34	4	26	5	10
26. Em relação aos resultados obtidos pelas equipes universitárias da minha Universidade nas competições que disputa:									
1	4	2	25	3	50	4	33	5	12
RESULTADO TOTAL									
MUITO MAL/MAL	319	REGULAR	289	BOM/MUITO BOM	260				
MUITO MAL/MAL	37%	REGULAR	33%	BOM/MUITO BOM	30%				

Apesar de o tópico ser considerado como Muito Mal/Mal pelos alunos/atletas que responderam o questionário, o destaque positivo aqui fica com as respostas obtidas na questão nº 26, onde 77% dos alunos/atletas consideraram os resultados obtidos pelas equipes da UFOP como sendo Regular/Bom/Muito Bom diante de tudo que eles vivenciaram nos últimos anos.

4.3. Questionários Abertos

4.3.1. Qual a sua opinião sobre a obrigatoriedade da Educação Física como disciplina (EFD 301 e EFD 302) na UFOP?

O consenso das respostas para esta questão é de que a obrigatoriedade da Educação Física como disciplina na grade curricular para os cursos da UFOP é de grande importância, pois proporciona aos alunos a prática do Desporto, promovendo a atividade física regular para uma vida saudável e de qualidade para seus alunos durante a vida acadêmica. Esta obrigatoriedade se caracteriza como um grande avanço na valorização da disciplina, pois é sabido que no início da vida universitária alguns alunos têm problemas de adaptação à Universidade e à cidade, sofrem carência de família e de tempo, e a Educação Física, aplicada a grade oficial dos cursos, se apresenta como uma excelente oportunidade para a prática corporal, de lazer e de socialização (Entrevistados 2, 5, 9, 10, 13 e 14).

É fato que a grande maioria dos alunos apresenta uma preocupação extrema com disciplinas mais voltadas para o ensino técnico e prático do curso que faz parte, esquecendo-se que a Universidade deve ser um local para criar e formar cidadãos críticos, que não aprendam somente a objetividade da profissão escolhida, mas que deve ajuda-los a se posicionar em um mundo complexo onde as obrigações de suas profissões são entrelaçadas com vida social, física e emocional. Nesse contexto, o Desporto, a atividade física regular e a manutenção de hábitos saudáveis devem ser incentivados a toda comunidade acadêmica, proporcionando uma formação completa de indivíduos conscientes da multidisciplinaridade em ser um bom profissional e um cidadão. A prática desportiva na Universidade é essencial como parte do processo de construção social, cultural, moral e intelectual na vida do universitário, assumindo um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento do ser humano. Segundo respostas, a obrigatoriedade das disciplinas EFD 301 e EFD 302 na UFOP representam um estímulo positivo à prática desportiva, fazendo com que alguns alunos que não possuem o hábito de se exercitar possam se sentir estimulados a fazê-lo. Isso pode ser reforçado pelo fato de que alunos sedentários da Univer-

sidade só praticam alguma atividade nessas aulas obrigatórias e, dessa forma, se estas aulas não forem obrigatórias pode ser que para este tipo de aluno a atividade física saia completamente da rotina diária (Entrevistados 2, 4, 8, 9, 12, 13 e 15).

Além de todos os fatores citados acima, o contato dos alunos da UFOP com a Educação Física obrigatória ainda pode despertar alguns conceitos do Desporto em seus praticantes como autoconfiança, concentração, pensamentos positivos, esforço, dedicação e outros, que poderão ser úteis aos alunos inclusive durante sua trajetória acadêmica. (Entrevistados 6 e 7)

A Educação Física como componente curricular obrigatório no ensino superior ajuda também na valorização do curso de Educação Física e do próprio CEDUFOP, proporcionando a docentes e discentes deste curso uma área de atuação a mais na Universidade, garantido e ampliando a oferta do Desporto para toda a comunidade acadêmica da UFOP (Entrevistados 3, 4 e 15).

4.3.2. Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento do Desporto de competição oferecido pela UFOP?

O consenso das respostas deste tópico é de que o Desporto de competição não é uma prioridade na UFOP, pois o apoio durante os anos sempre foi o mínimo possível. É reconhecido que a UFOP conta com uma infraestrutura física que atende a demanda das equipes, porém toda a burocracia envolvida para a participação das equipes na LDU, JUMs e JUBs, a dificuldade em liberar transporte oficial para viagens, no pagamento de taxas de inscrição e auxílios para os atletas, a pouca participação do corpo docente e dos servidores técnicos administrativos, além da falta de uma política desportiva definida dentro da própria Universidade acabam contando como fator negativo na visão dos atletas. Por estes motivos é que os atletas consideram que o Desporto universitário caminha sozinho dentro da UFOP, sem o devido investimento e reconhecimento por parte da Universidade (Entrevistados 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 14 e 15).

Se a UFOP não incentiva seus alunos a praticar o Desporto, em contrapartida, os atletas e treinadores das equipes acabam fazendo esse papel. De forma voluntária, quem já pratica o Desporto regularmente dentro da UFOP e

está envolvido com as equipes, acabam recrutando novos atletas, arrecadando fundos e organizando a participação da UFOP nas competições. Se não fosse o compromisso e a persistência de atletas e treinadores em manter as equipes treinando e competindo, o Desporto universitário da UFOP estaria em completa falência (Entrevistados 1, 2, 3, 6, 8, 9 e 13).

Porém, mesmo com todos os pontos negativos, é consenso de que as equipes universitárias da UFOP apresentam um grande potencial esportivo, pelos resultados apresentados nas competições que participou. A inclusão de discentes do curso de Educação Física contribuiu para elevar o nível de competição das equipes. Inclusive, uma maior participação do corpo docente do Departamento de Educação Física é apontada como sendo um fator que pode potencializar ainda mais o trabalho das equipes e do Desporto Universitário dentro da UFOP. (Entrevistados 5, 8, 9, 11, 12 e 13).

As respostas demonstram que a UFOP está precisando apoiar e investir mais no Desporto universitário. Há a necessidade de incentivo, de projetos para maior divulgação, garantindo o máximo de adesão de integrantes nas modalidades, dando ao Desporto universitário a devida credibilidade, incluindo este um componente do regimento universitário. A criação de novos espaços para modalidades que ainda não são praticadas dentro da universidade merece destaque, assim como a expansão da oferta do Desporto para os outros campi da UFOP, possibilitando assim um maior contato dos alunos da Universidade com o Desporto universitário. (Entrevistados 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 11, 12 e 14).

4.4. Matriz e Análise SWOT do Desporto Universitário na UFOP

A partir das respostas obtidas pelos questionários fechados e abertos, podemos fazer uma análise SWOT do Desporto Universitário na UFOP. Antes, porém, faz-se necessária uma breve explicação do que é uma análise S.W.O.T.

A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer uma análise ambiental, sendo considerada a base da gestão e do planeamento estratégico em qualquer empresa ou instituição. É uma ferramenta de fácil utilização, podendo ser utilizada em qualquer cenário que tenha a intenção de posicionar ou verificar o posicionamento estratégico da empresa ou instituição dentro de um determinado ambiente em questão. O nome é um acrônimo formado pelos termos ingleses Strength, Weakness, Opportunities e Threats. Em português a análise SWOT pode ser chamada de D.A.F.O (Deficiência, Ameaça, Força e Oportunidade) ou F.O.F.A (Força, Oportunidade, Fraqueza, Ameaça). A análise SWOT permite recolher dados importantes para definir e caracterizar o ambiente interno (Força e Fraqueza) e o ambiente externo (Oportunidade e Ameaça) de uma empresa ou instituição (Neto, 2011; Silva Et. Al. (2011); Fernandes Et. Al. 2013; Toledo, 2014).

Silva et. al. (2011) e Neto (2011) dizem que foram Kenneth Andrews e Roland Cristensen, os dois professores da Harvard Business School, fundamentaram o conceito da análise SWOT durante as décadas de 60 e 70, com o objetivo de focar na combinação de forças e fraquezas de uma organização, ao mesmo tempo também nas oportunidades e ameaças do mercado.

Segundo Neto (2011), Silva et. al. (2011), Fernandes et. al. (2013) e Toledo (2014) as informações da empresa devem ser categorizadas da seguinte maneira:

. *Strengths (Forças)* são as variáveis internas e controláveis que proporcionam condições favoráveis para a organização em relação ao seu ambiente. São características ou qualidades da organização, que podem influenciar positivamente o desempenho da organização. Os pontos fortes devem ser amplamente explorados pela organização, já que constituem vantagens internas da

empresa em relação às concorrentes. Um exemplo que pode ser dado neste caso é a qualidade do produto oferecido.

. *Weaknesses (Fraquezas)* são os aspetos negativos da organização em relação ao seu produto, serviço ou unidade de negócios. Estes devem ser fatores que podem ser controlados pela própria empresa e relevantes para o planeamento estratégico. Os pontos negativos são desvantagens internas da empresa em relação às concorrentes e devem ser elencados para facilitar o trabalho neles. Um exemplo aqui pode ser uma marca fraca no mercado;

. *Opportunities (Oportunidades)* são os aspetos mais positivos do produto da organização em relação ao mercado onde ela está ou pretende se inserir. Estes fatores não podem ser controlados pela própria empresa e são relevantes para o planeamento estratégico, pois criam condições favoráveis para a organização, potencializando a vantagem competitiva sobre um possível concorrente. Um exemplo é uma possível falência de empresa concorrente;

. *Threats (Ameaças)* são os aspetos mais negativos do produto da organização em relação ao mercado onde está ou pretende se inserir. Estes fatores não podem ser controlados pela organização e são também são relevantes para o planeamento estratégico, pois impactam diretamente a organização e não podem ser controlados, podendo prejudicar o desenvolvimento e acarretando em uma perda de posicionamento de mercado. Um exemplo é a perda de trabalhadores fundamentais pela empresa.

Toledo (2014) diz que o ambiente interno é representado pelas Strength (Força) e Weakness (Fraquezas) e neste ambiente a organização tem controlo total, cabendo a seus próprios gestores decidir ou não tudo relacionado a seu produto. Já no ambiente externo, Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças), a empresa não tem nenhum controle sobre esses fatores, mas é importante ter atenção para aproveitá-los e/ou evitá-los.

Silva et. al. (2011) dizem que a organização deve estar atenta aos ambientes externo e interno. No ambiente externo pela influência diretamente nos fatores internos da organização. É de extrema importância porque através da SWOT o gestor pode identificar oportunidades e ameaças, desenvolvendo estratégias para maximizar as oportunidades e minimizar ou superar as ameaças

que a organização tenha. Com relação ao ambiente interno, a SWOT torna-se importante, pois permite a organização verificar suas forças e fraquezas, podendo obter uma vantagem competitiva, potencializando suas forças visando aumentar participação de mercado e elaborando estratégias para minimizar ou até mesmo eliminar suas fraquezas.

Levantada e categorizadas estas informações é hora de desenhar a matriz SWOT.

A matriz SWOT é organizada em quadrantes, e cada quadrado deve contar o maior número possível de itens para cada fator, seja ele positivo ou negativo (SEBRAE, 2015). A Figura 4 a seguir ilustra a Matriz SWOT.

	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
Pontos fortes	F ORÇAS	O PORTUNIDADES
Pontos fracos	F RAQUEZAS	A MEAÇAS

Figura 4 – Matriz SWOT (SEBRAE, 2015)

Esta representação gráfica em matriz facilita a tomada de conclusões rápidas.

Ao cruzar os dados da matriz SWOT pode-se caracterizar os objetivos e estratégias para cada uma das seguintes ligações:

- . *Pontos Fortes x Oportunidades*, que possibilitará a criação de uma estratégia ofensiva para desenvolvimento da marca/produto. Nesta situação tem-se o potencial ofensivo do produto e o que deve ser desenvolvido como estratégia ofensiva para tirar o melhor proveito dele no mercado;

- . *Pontos Fortes x Ameaças*, que possibilita a criação de uma estratégia defensiva para algo que poderá ou não ser um problema para a organização.

Nesta situação define-se a capacidade de defesa da organização e o que pode ser desenvolvido como estratégia de confronto para as possíveis ameaças;

. *Pontos Fracos x Oportunidades*, que possibilita a criação de uma estratégia para acabar ou diminuir os pontos fracos da organização. Esta estratégia visa reforçar os pontos fracos, até que eles não sejam mais um problema para a organização e se tornem oportunidades dentro do mercado;

. *Pontos Fracos x Ameaças*, que possibilita a criação de uma estratégia defensiva que visa à redução de perdas. Esta situação ilustra a vulnerabilidade da organização e o que deve ser reduzido de forma imediata para evitar perdas consideráveis no mercado.

Ao se gerar este conjunto final de estratégias e objetivos, deve-se ter a certeza da compatibilidade com o que foi estabelecido pela organização que fez a análise SWOT. Se a SWOT não for compatível, ela deverá ser revista até garantir que todos os pontos foram cobertos.

É essencial tornar a análise estratégica em um processo contínuo dentro da organização. Os resultados da análise SWOT obtidos em um determinado momento devem ser conscientemente aplicados no desenvolvimento de um plano estratégico consistente ao longo do tempo pela organização. SCHRIPPE et. al (2013) dizem que o processo estratégico consiste em três fases (1) Formulação da estratégia; (2) Implantação estratégica; (3) Avaliação estratégica, com a análise SWOT sendo uma importante ferramenta para formulação de estratégias de desenvolvimento deste processo.

4.4.1. Matriz SWOT do Desporto Universitário na UFOP

	FATORES INTERNOS	FATORES EXTERNOS
PONTOS FORTES	<p>FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> . EFD como disciplina obrigatória para os cursos da UFOP; . EFD como disciplina facultativa para os cursos da UFOP; . Projetos e Programas de extensão oferecidos pelo CEDUFOP; . Compromisso dos atletas e treinadores com as equipes universitárias da UFOP; . Estrutura física disponível no CEDUFOP; . Estrutura organizacional de Associações Atléticas na UFOP; . Organização de espaços e horários de treinos para as equipes; . Equipamentos disponíveis para treinamentos das equipes universitárias; . Desporto Universitário de Competição na UFOP; . Desporto Universitário de Lazer na UFOP; . Desporto Universitário de Formação/Iniciação na UFOP; . Participação e resultados da UFOP no JUMs; 	<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> . PDI UFOP 2016-2025; . Novo Estatuto e Regimento geral da UFOP; . Lei do Incentivo Estadual/Federal ao Esporte; . Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física na UFOP; . Retorno da oferta do Programa Segundo Tempo pelo Governo Federal e Ministério do Esporte; . Fundação da AAA UFOP e criação de mais AA de cursos da Universidade; . AAs de alguns cursos já criadas e atuantes; . Possibilidade de atuação acadêmica para discentes de cursos da UFOP; . Possibilidade de criação de uma equipe multidisciplinar de apoio para as equipes universitárias; . Criação do JUBH pela FUME, previsto já para o ano de 2016; . Universiades prevista para a cidade de Brasília (DF), em 2019;
PONTOS FRACOS	<p>FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> . Pouco ou nenhum vínculo da UFOP com as equipes; . Falta de um organograma definido para o Desporto Universitário da UFOP; . Falta de uma política desportiva dentro da UFOP; . Pouco incentivo ao Desporto Universitário na UFOP; . Pouco apoio da UFOP e do CEDUFOP ao Desporto Universitário; . Pouco incentivo à prática esportiva dentro da UFOP; . Pouco apoio às AAs de cursos já existentes; . Pouca participação dos docentes na organização, treinamento e competições das equipes universitárias da UFOP; . Pouca participação dos servidores na organização, treinamento e competições das equipes universitárias da UFOP; . Calendário da FUME/CBDU; . Demasiada burocracia para liberação de pagamentos, transportes e de espaços para as equipes universitárias; . Maior valorização e incentivo para Torneios de Repúblicas e 'peladas' de alunos do que para o Desporto Universitário; . Treinadores têm que comprar materiais para realizar os treinamentos; . Utilização do Ginásio para eventos da UFOP sem aviso prévio aos treinadores; . Defasagem de materiais utilizados para treinamentos das equipes universitárias; . Dificuldade na participação das equipes universitárias da UFOP na LDU; . Dificuldade na participação das equipes universitárias da UFOP no JUBs; . Dificuldade na participação das equipes universitárias da UFOP em competições não universitárias; . Dificuldade na participação das equipes universitárias da UFOP em jogos amistosos. 	<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> . Corte de verba nacional para as IES (30% do repasse total da verba destinada); . Pouca importância dada pela UFOP ao Desporto Universitário; . Falta de uma política desportiva dentro da UFOP; . Desmotivação de atletas e treinadores das equipes universitárias da UFOP pela falta de investimento; . Equipes individuais não participaram do JUMs 2015; . UFOP não participou do JUBs 2015; . Final do projeto "Sistema Esportivo UFOP: Programa de Iniciação e Treinamento em Desportes Coletivos", previsto para o período de 2012-2015;

4.4.2. Análise SWOT do Desporto Universitário na UFOP

Diante das respostas levantadas dos questionários abertos e fechados respondidos pelos atletas, a matriz SWOT do Desporto Universitário da UFOP pôde ser montada. A matriz SWOT identificou na gestão do desporto universitário da UFOP 11 oportunidades, 7 ameaças, 12 pontos fortes e 19 pontos fracos. Estes números demonstram um maior número de pontos fracos em relação aos fortes, porém com um maior número de oportunidades do que ameaças, o que pode acabar sendo benéfico para a UFOP. Com as respostas já categorizadas, é hora de fazer a análise SWOT das mesmas.

4.4.2.1. Pontos Fortes x Oportunidades

A aceitação da oferta da Educação Física aos cursos da UFOP quer em caráter obrigatório ou facultativo, seja talvez o ponto de maior destaque dentro da SWOT. Esta aceitação mostra que os atletas, na condição de alunos, entendem a necessidade de uma prática esportiva durante a vida acadêmica e todos os benefícios que ela proporciona, sejam eles discentes do curso de Educação Física ou não. As equipes universitárias da UFOP proporcionam isto para eles, além da Educação Física como disciplina e os projetos e programas de extensão oferecidos pelo CEDUFOP para toda a comunidade acadêmica. Esta consciência dos atletas acaba se traduzindo em compromisso com as equipes e treinadores e, conseqüentemente, impulsionando o Desporto universitário dentro da UFOP.

A estrutura física e a organização de espaços e horários de treinos dentro do CEDUFOP, além do próprio curso de Educação Física dentro da UFOP, acabam sendo outros pontos de destaque na análise da SWOT. As equipes conseguem treinar, sem ter conflito de espaço e horário com aulas e projetos, se preparando para as competições previstas, e acabam se tornando uma opção de atuação para professores e discentes do curso de Educação Física, que podem usar estes treinamentos para fins de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, discentes de outros cursos como Nutrição, Medicina, Jornalismo, entre outros, podem atuar também, criando assim uma equipe multidisciplinar de a-

poio para o Desporto universitário, seja ele de competição, lazer ou de inclusão.

Como uma forma de potencializar ainda a prática desportiva dentro da UFOP, ainda há a volta da oferta do Programa Segundo Tempo pelo Governo Federal e Ministério do Esporte, onde pode ser tentado um novo convênio, dessa vez com um tempo de atuação maior, e a elaboração de um novo PDI, agora com validade de 2016 a 2025, e do Regimento e Estatuto geral da UFOP, onde uma política desportiva pode ser elaborada de forma definitiva, oferecendo o Desporto universitário como uma prática regular dentro da Universidade. Essa política teria como objetivo regulamentar o Desporto universitário dentro da UFOP, criando de forma oficial a AAAUFOP, para que ela fosse a responsável pela gestão do Desporto competitivo dentro da UFOP e pudesse dar o suporte necessário para as AA's de cursos já existentes na Universidade.

Há ainda a possibilidade da Fundação/Universidade fazer um projeto e ser contemplada com a Lei do Incentivo ao Esporte, no âmbito estadual ou federal, podendo utilizar esta verba para investir diretamente no Esporte universitário, não onerando suas despesas funcionais.

Dessa forma o Desporto universitário passaria a ser valorizado dentro da UFOP, com uma política que lhe desse o suporte e autonomia necessária, oferecendo a sua comunidade acadêmica uma prática esportiva regular enquanto eles estiverem frequentando a universidade.

4.4.2.2. Pontos Fortes x Ameaças

Aqui, o item que merece um destaque maior talvez seja o corte de 30% do repasse da verba nacional para as IES. Este corte vem desde o ano passado e tem afetado de forma direta o bom funcionamento da IES no que diz respeito ao pagamento de contas, funcionários terceirizados e auxílios aos estudantes, professores e servidores técnicos administrativos. Este contingenciamento orçamentário adotado pelo Governo para talvez seja a maior ameaça que o Desporto universitário dentro da UFOP possa sofrer. No JUMs de 2015 as equipes da UFOP tiveram que arrumar patrocínio e arcar com quase todos

os gastos para poder participar da competição, já que a Universidade deu somente o transporte de ida de volta.

De acordo com o projeto “Sistema Esportivo UFOP”, aprovado em 2012, a UFOP disponibilizaria uma verba de R\$ 100 mil reais para as equipes em geral, mas este valor nunca foi realmente gasto em sua totalidade. Com a vigência do programa encerrada este ano, o que pode ser feito, como uma estratégia defensiva, é a criação de uma política desportiva dentro a UFOP, com a renovação do programa com uma verba menor para o Desporto Universitário, pelo menos durante o corte orçamentário, garantindo a participação das equipes universitárias pelo menos no JUMs e no JUBs, caso algum atleta da universidade se classifique.

4.4.2.3. Pontos Fracos x Oportunidades

Um dos pontos mais citados pelos atletas em suas respostas é a falta de incentivo da UFOP ao Desporto universitário de competição. O pouco apoio dado às equipes, aliado à burocracia constante de pagamentos e cessão de transporte, o que acaba dificultando a participação das equipes em competições e jogos, a utilização do Ginásio para eventos, o que acaba prejudicando alguns treinamentos, a defasagem de materiais de treinamento e a pouca participação de docentes e servidores técnico-administrativos são críticas comuns feitas por todos os atletas em suas respostas.

Uma forma de transformar estes pontos fracos em oportunidades é a UFOP utilizar o novo PDI, o Regimento e o Estatuto para criar uma política desportiva dentro da Universidade, garantindo o devido incentivo ao Desporto universitário, oferecendo as melhores condições de oferta, prática e suporte possíveis. Esta política deverá contemplar o Desporto universitário de forma que não onere a universidade de forma que o investimento não possa ser realizado por algum imprevisto. Além disso, a adoção desta política desportiva representaria o incentivo que os atletas alegam que a UFOP não tem, possibilitando uma mudança de opinião e um aumento da motivação para atletas, treinadores e equipes em representar a UFOP em competições.

4.4.2.4. Pontos Fracos x Ameaças

A principal vulnerabilidade exposta neste tópico refere-se ao pouco ou nenhum apoio dado pela UFOP ao Desporto universitário, conforme citado anteriormente. Segundo as respostas dos questionários, o Desporto universitário competitivo na UFOP só acontece por empenho e dedicação dos atletas e treinadores.

Esta falta de incentivo e suporte pode acabar gerando uma insatisfação ainda maior entre atletas e treinadores, acarretando uma desmotivação em massa que pode levar ao final das equipes universitárias de competição dentro da UFOP. O episódio ocorrido no JUMs 2015, onde os atletas tiveram que arcar com todos os gastos da viagem para representar a UFOP, enquanto a universidade só cedeu o transporte, é apontado pelos atletas como desmotivador e, caso se repita, pode ocasionar o esvaziamento das equipes e por consequência sua extinção. Um exemplo dessa situação é o fato das equipes individuais de Atletismo, Natação e Xadrez não terem participado do JUMs 2015 e, hoje em dia, somente a equipe de Atletismo segue treinando de forma regular além das coletivas. Essa reclamação se estende também para as Atléticas de cursos, que apresentam o mesmo questionamento da falta de apoio dado às suas equipes, tendo como principal dificuldade a cessão de transporte para participação em competições e eventos aonde elas vão representando a UFOP.

Mendonça (2003), Baroni (2010) e Palma (2015), tratam esse ponto dizendo que apesar do potencial, as Universidades brasileiras não contribuem para a formação do atleta no país. Mesmo com todo o contexto histórico, o Desporto nas Universidades ainda não é tratado como prioridade, ficando a gestão a cargo das Atléticas, Atléticas de cursos e dos Diretórios Centrais de Estudantes (DCE's), o que prejudica ações mais estratégicas para investimento e promoção do Desporto. Outro fator que prejudica o investimento no Desporto universitário é a alegação do baixo retorno para a Instituição, seja comercial ou visual, o que limita ainda mais o investimento neste eixo. Enquanto países como os Estados Unidos, por exemplo, tratam o Desporto como forma educacional, atuando diretamente em conjunto com a comunidade, sejam atletas, torce-

dores ou mesmo observadores, garantindo o bem-estar, a promoção de saúde para seus praticantes e com investimento em infraestrutura e programas estudantis, o Desporto universitário no Brasil está relegado ao segundo, ou mesmo a um terceiro plano, em matéria de recursos, investimento e estrutura, prejudicando diretamente a formação e captação de atletas nas universidades. Porém, a carência de políticas públicas desportivas no Brasil acaba prejudicando diretamente a democratização das práticas esportivas dentro das universidades, deixando-as aquém de todo o potencial que pode ser trabalhado. Este fato pode ser comprovado nas palavras do jornalista Juca Kfoury, da ESPN, ao programa *“A Realidade e a Expectativa do Desporto Universitário no Brasil”*, de 2012:

“Primeiro, você tem que ter o modelo. Seja modelo via escolas, que me parece o mais adequado aqui no Brasil, seja o modelo via empresa, como é o caso no Japão, aqui você poderia ter o modelo via clubes, aproveitando tantos clubes de futebol. Mas, o que eu acho que essencialmente a gente precisaria fazer no Brasil era ter uma política que começasse na base, que começasse na escola, não preocupando em ‘fazer campeões’, porque campeão você faz democratizando o acesso, massificando e, dessa massificação, tirando a qualidade. Na verdade, não é que não exista uma política do Esporte universitário no Brasil. Não existe uma política de Esporte no Brasil! Não existe uma política para o Esporte como fator de inclusão, como fator de saúde pública, que é o mais importante. Então, é surpreendente que a Universidade se ressinta disso”.

O Professor Carlos Bezerra de Albuquerque, diretor do Centro de Práticas Desportivas da USP, neste mesmo programa, reforçou a ideia de que o Desporto universitário deve ser mais bem incentivado e apoiado dentro das IES:

“O segmento universitário bem apoiado, ele é importantíssimo tanto para a socialização no próprio meio universitário quanto para a formação de atletas de alto rendimento”.

Em dados do Censo de 2014, o Brasil conta com 7.828.013 de alunos matriculados em 32.878 cursos de Ensino Superior oferecidos por 2.367 IES (BRASIL, 2016). Estes números servem para demonstrar o potencial que o Desporto Universitário brasileiro pode ter, caso seja bem explorado, mais bem estruturado e com o investimento adequado.

Mendonça (2003) classifica os jovens universitários como pessoas que mantêm ou mantiveram uma relação com as atividades físicas praticadas em sua infância e adolescência e, ao ingressar nas Universidades, procuram dar seguimento a estas atividades, seja buscando uma melhoria da qualidade de vida, melhoria da saúde física e psicológica, seja visando uma socialização cultural ou interpessoal, por lazer ou mesmo jogar e participar de competições. Assim, o apoio e o incentivo institucional ao Desporto se torna importante em todos os níveis, contribuindo de forma significativa para toda a comunidade que ela abrange. Este papel social das Universidades serve para aumentar os benefícios esperados, contribuindo diretamente para a formação e integração dos estudantes por meio do Esporte. Mesmo que o Brasil não tenha uma política desportiva própria, que contemple o Desporto universitário independente de sua classificação, cada Universidade pode desenvolver a sua, adequando-a de forma que supra suas necessidades e garanta à comunidade universitária a prática desportiva. O desenvolvimento de uma política desportiva e de programas estudantis, tendo o aluno como atleta, servirá para criar uma estrutura esportiva que poderá também desenvolver e maximizar o trabalho junto aos Departamentos e cursos de Educação Física, possibilitando a expansão de disciplinas correlacionadas ao Treinamento Desportivo, independente se o trabalho será realizado com equipas de competição, atletas individuais ou mesmo com o Desporto de participação ou de lazer.

Segundo Nascimento & Sonoo (1987), em seu estudo sobre a causa da evasão nas aulas de Prática Desportiva na Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR), demonstram que os alunos que desistiram ou trancaram a matrícula na disciplina têm a consciência da importância e valor das práticas desportivas oferecidas pela Universidade.

Dessa forma, a urgência na criação de uma política desportiva na UFOP torna-se necessária a fim de evitar o que o Desporto universitário de rendimento acabe de vez na Universidade, seja ele geral ou nos cursos. Porém, enquanto esta política não é criada, torna-se urgente e prioritário o apoio ao Desporto universitário por parte da UFOP, possibilitando todo o suporte que a universidade possa prover sem prejudicar seu orçamento e sua logística operacional, atendendo a demanda das equipes e das atléticas. Esta é a ação primordial que a UFOP deve tomar em relação ao Desporto universitário.

4. CONCLUSÕES

A gestão do Desporto universitário dentro da UFOP, após a sua análise tendo como ferramenta a matriz SWOT, necessita ser imediatamente revista.

A UFOP tem a peculiaridade de ainda oferecer a Educação Física como disciplina para seus cursos de graduação e isto se torna o principal fator positivo a ser explorado. A grande aceitação da disciplina por parte dos alunos da Universidade, que são atletas dentro das equipes, pode servir como parâmetro para o aumento da oferta de mais modalidades e práticas esportivas como disciplinas curriculares na grade curricular dos cursos de graduação. A possibilidade de expansão desta pesquisa para os outros alunos da Universidade pode servir também como base para nortear a oferta destas disciplinas para os outros campi, ampliando ainda mais a oferta da Educação Física dentro da UFOP e possibilitando a criação de setores esportivos dentro dos mesmos. Segundo o Regimento do CEDUFOP, o mesmo é o órgão responsável pela política institucional de Educação Física, Desporto, Recreação e Lazer na UFOP. Com o aumento da oferta da Educação Física enquanto disciplina curricular o CEDUFOP também seria ampliado, atuando diretamente nos três campi da Universidade. Esta ampliação contribuiria também para o aumento da Educação Física enquanto Desporto, Recreação e Lazer, cumprindo o papel social que a Universidade tem que exercer.

Sobre o Desporto universitário, pode-se concluir que os resultados obtidos entre 2011 – 2015 foram mais frutos do esforço e dedicação dos atletas e treinadores envolvidos do que de uma política de investimento realizada pela UFOP. É notório o potencial esportivo da Universidade, porém faz-se necessária e urgente que a UFOP crie mecanismos de ajuda e apoio para o Desporto Universitário de competição, dando condições para que as equipes treinem e participem de forma mais ativa nas competições universitárias. A garantia de participação da LDU, do JUMs e do JUBs, é o primeiro passo a ser garantido pela UFOP para as equipes. O fato da UFOP não possuir uma política desportiva específica dentro da Universidade acaba deixando as equipes universitárias sem o apoio e o incentivo necessário para treinar e participar das competições universitárias, como visto em 2015, quando para participar dos JUMs em Sete Lagoas/MG, os atletas quem tiveram que arcar com todas as despesas da

viagem. Segundo as respostas dos atletas, pode-se verificar que o Desporto universitário na UFOP acontece muito mais pelo esforço e empenho dos atletas e profissionais envolvidos, o que pode acabar não sendo suficiente para manter o trabalho sem o apoio necessário.

A criação de uma Secretaria ou Diretoria de Desportos ou, tornando o CEDUFOP autônomo para gerir o Desporto Universitário de competição, além de garantir a inclusão da oferta do Desporto em seu Estatuto, Regimento e no novo PDI são outras ações a serem tomadas pela UFOP. Por fim, conceder apoio para as Atléticas de cursos existentes, criando assim um sistema desportivo completo, contemplando o Desporto de competição dentro da Universidade, oferecendo à comunidade universitária o Desporto em todas as suas classificações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, L. R.; Corrêa, R. L. T. (2006) – Polêmicas em torno da Educação Física no Brasil: Abordagens históricas sobre concepções. IV EDUCERE – Congresso Nacional de Educação. PUCPR. Novembro/2006. Disponível em <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-098-TC.pdf>>. Acessado para pesquisa em 10/03/2016.
- Alexandre, J. W. C.; Andrade, D. F.; Vasconcelos, A. P.; Araújo, A. M. S.; Batista, M. J. (2003) – Análise do número de categorias da escala de Likert aplicada à gestão pela qualidade total através da teoria da resposta ao item. XIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – Ouro Preto (MG), Outubro de 2003. Disponível em <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2003_tr0201_0741.pdf>. Acessado para pesquisa em 10/03/2016.
- Amaral, L. V. (2012) – Tipos de pesquisa em Educação Física. Revista digital EFDeportes, ano 17, nº 167, Abril de 2012. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd167/tipos-de-pesquisa-em-educacao-fisica.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.
- Arantes, A. C. (2008) – A História da Educação Física Escolar no Brasil. Revista digital EFDeportes, ano 13, nº 124, Setembro de 2008. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd124/a-historia-da-educacao-fisica-escolar-no-brasil.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.
- Atassio, A. P. (2007) – A batalha pela memória: Os Militares e o Golpe de 1964. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais. Disponível em <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2411>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.
- Azevedo, J. R. (2008) - Desporto Universitário: Um estudo de caso na Universidade Federal do Acre. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Gestão Desportiva. <<http://catalogo.up.pt/exlibris/a->

leph/a18_1/apache_media/ALP5R8IV33MDUXAKHMFAPAHUNGETUB.pdf>. Acessado para pesquisa em 12/10/2015.

Barbosa, C. G. (2014) – Liderança na gestão do esporte universitário: proposta de criação de uma rede de dados. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Biociências do Campus Rio Claro (SP) para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Humano e de Tecnologias. Disponível em <<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108687/000763966.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado para pesquisa em 20/01/2016.

Baroni, L. L. (2010) – Universidades não contribuem na formação de Atletas. Site Universia, seção Atualidade. Postado em 19/02/2010. Disponível em <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2010/02/19/411772/niversidades-no-contribuem-na-formao-atletas.html>>. Acessado para pesquisa em 08/04/2014.

Barros, C. M. (2007) – Ensino superior e sociedade brasileira: análise histórica e sociológica dos determinantes da expansão do ensino superior no Brasil (década de 1960/70). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo para obtenção do grau de Mestre em Educação. Disponível em <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1198>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.

Barros, C. M. (2010) - A Ditadura Militar no Brasil: Processo, Sentido e Desdobramentos. Site pessoal. Disponível em <<https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/cesar-mangolin-de-barros-a-ditadura-militar-no-brasil-2011.pdf>>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.

Blog do Esporte Universitário. Consultado em 11/11/2015. Disponível em <<https://esporteuniversitario.wordpress.com/>>.

Borré, L. M. (2015) – Enfoque dos aspectos históricos e filosóficos e as teorias pedagógicas da Educação Física no Brasil. Revista digital EFDeportes, ano 19, nº 202, Março de 2015. Disponível em <<http://www.>>

efdeportes.com/efd202/as-teorias-pedagogicas-da-educacao-fisica.htm>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.

BRASIL (1941) – Decreto-Lei 3.617/41 de 15/09/1941. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3617.htm>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

BRASIL (1961) – Lei nº 4024/61 de 20/12/1961. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

BRASIL (1969) – Decreto-Lei 705/69 de 25/07/1969. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0705.htm>, acessado para pesquisa em 14/02/2016.

BRASIL (1971) – Decreto nº 69.450/71 de 01/11/1971 - <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm>, acessado para pesquisa em 11/10/2015

BRASIL (1975) – Lei nº 6251/75 de 08/10/1975. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6251.htm>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

BRASIL (1977) – Decreto-lei nº 80228/77 de 25/08/1977. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d80228.htm>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

BRASIL (1988) – Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

BRASIL (1996) – Lei 9.394/96 de 20/12/1996. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>, acessado para pesquisa em 14/05/2015.

BRASIL (1997) – Parecer 376/97 de 11/06/1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pces376_97.pdf>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

BRASIL (1998) – Lei nº 9615/98 de 24/03/1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

- BRASIL (1998) – Lei nº 9615/98 de 24/03/1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.
- BRASIL (2003) – Olimpíadas Universitárias: Histórico dos Jogos. Disponível em <<http://www2.esporte.gov.br/snear/jubs/historico.jsp>>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.
- BRASIL (2003) – Política Nacional de Desportes. Disponível em <<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/polNacEsp.pdf>>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.
- BRASIL (2003) - Programa Segundo Tempo. <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo>>. Acessado para pesquisa em 12/10/2015.
- BRASIL (2011) – Portal INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-acessar>>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.
- BRASIL (2014) – Ensino superior registra mais 7,3 milhões de estudantes. Site oficial do Governo Federal do Brasil. Publicado em 09/09/2014 na Seção Educação. BRASIL, 2014. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/ensino-superior-registra-mais-de-7-3-milhoes-de-estudantes>>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.
- BRASIL (2016) – Censo comprova alta de 6,8% nas matrículas no Ensino Superior em 2014. Site oficial do Governo Federal do Brasil. Publicado em 03/02/2016 na Seção Educação. BRASIL, 2016. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/02/censo-comprova-alta-de-6-8-nas-matriculas-no-ensino-superior-em-2014>>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016
- BRASIL (2016) – Diretrizes Programa Segundo Tempo Paradesporto. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/diretrizes/diretrizesPSTParadesporto.pdf>>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.
- BRASIL (2016) – Diretrizes Programa Segundo Tempo Universitário. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/>>

diretrizes/diretrizesPSTUniversitario.pdf>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

BRASIL (2016) – Orientações e Diretrizes para o Programa Segundo Tempo. Disponível em <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/segundo-tempo/orientacoes/manuais-de-diretrizes>>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

Camargo, M. E.; Camargo, D. A. (2015) – Tendências Epistemológicas da Educação Física no Brasil. Revista digital EFDeportes, ano 20, nº 208, Setembro de 2015. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd208/tendencias-epistemologicas-da-educacao-fisica-no-brasil.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.

Castro, C. (1997) – In Corpore Sano: Os Militares e a Introdução da Educação Física no Brasil. Revista digital Antropolítica. UFF, Niterói/RJ. Nº 2, p61-78. 1997. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/458.pdf>. Acessado para pesquisa em 20/01/2016.

Cavazzoni, P. B. Bastos, F. C. Kurle, G. (2010) – Lei do Incentivo Ao Esporte: Aplicações nas Manifestações do Esporte e Captação. Revista digital E-DFdeportes, ano 15, nº 146, Julho de 2010. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd146/lei-de-incentivo-ao-esporte-captacao-de-recursos.htm>>, acessado para pesquisa em 10/05/2015.

CBDU (2015) – Calendário Geral de Competições. Disponível em <http://cbdu.org.br/downloads/calendario_2015.pdf?v=2015-20150428>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

CBDU (2015) – Confederação Brasileira de Desporto Universitário. Disponível em <<http://cbdu.org.br/index>>. Acessado para pesquisa em 14/02/2016.

CBDU (2015) – Regulamento Geral de Competição. Disponível em <<http://cbdu.org.br/downloads/LDU%202015%20-20REGULAMENTO%20GERAL.pdf>>. Acessado para pesquisa em 14/02/2016.

CBDU (2015) – Regulamento Geral de Competições. Disponível em <<http://cbdu.org.br/downloads/LDU%202015%20->

%20REGULAMENTO%20GERAL.pdf>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

CEDUFOP (2013) - Histórico da Educação Física na Universidade Federal de Ouro Preto. <<http://www.cedufop.ufop.br/joomla/index.php/historico>>, acessado para pesquisa em 12/10/2015.

Cervo, A. L.; Bervian, P. A. (1983) – Metodologia científica para uso dos estudantes universitários, ed. McGraw-Hill. 3ª Edição, 1983.

Chagas, C. S.; Garcia, J. D. A. (2011) – Educação Física no Brasil: Apontamento sobre as tendências construídas até a década de 80. Revista digital EFDeportes, ano 15, nº 154, Março de 2011. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd154/educacao-fisica-no-brasil-tendencias-constituídas.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.

Chemim, B. F.; Ely, L. I.; Neuenfeldt, D. J. (2012) – Evolução da legislação federal e estadual em relação ao Desporto e lazer municipais: estudo do cenário no Vale do Taquari, RS, Brasil. Revista digital EFDeportes, ano 17, nº 171, Agosto de 2012. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd171/legislacao-federal-e-estadual-em-desporto.htm>>, acessado para pesquisa em 10/05/2015.

Corrêa, J. B. F.; Silva, V. F. (2009) – A Metacognição como aporte para uma metodologia inovadora no processo de ensino-aprendizagem do Esporte em nível universitário. Revista digital EFDeportes, ano 14, nº 135, Agosto de 2009. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd135/a-metacognicao-no-ensino-aprendizagem-do-esporte.htm>>, acessado para pesquisa em 10/05/2015.

Costa, R. S. O. (2006) – Considerações sobre um programa esportivo de iniciativa do governo federal brasileiro. Revista digital EFDeportes, ano 11, nº 102, Novembro de 2006. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd102/esportiv.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.

EsporteUni. Consultado em 11/11/2015. Disponível em <<https://esporteuni.wordpress.com/>>.

- Eugênio, M. F. N. (1995) – Representações políticas no Movimento Diretas Já. Revista brasileira de História. São Paulo/SP. V. 15, nº 29. P207-219. 1995. Disponível em <http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3780>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.
- Fernandes, I. G. M.; Figueiredo, H. M.; Costa Júnior, H. L.; Sanches, S. G.; Brasil, A. (2013) - Planejamento Estratégico: Análise SWOT. Revista Conexão Digital, v. 10, Ano 1/1, 2013. Disponível em <<http://www.aems.edu.br/conexao/educacaoanterior/Sumario/2013/downloads/2013/3/88.pdf>>. Acessado para pesquisa em 10/03/2016.
- Ferreira, H. S.; Sampaio, J. J. C. (2013) – Tendências e abordagens pedagógicas da Educação Física escolar e suas interfaces com a saúde. Revista digital EFDeportes, ano 18, nº 182, Julho de 2013. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd182/tendencias-pedagogicas-da-educacao-fisica-escolar.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.
- FISU (2015) – Federação Internacional de Desporto Universitário. Disponível em <<http://www.fisu.net/en/International-university-sports-federation-3137.html#>>, acessado para pesquisa em 14/02/2016.
- FISU (2015) – Histórico. Disponível em <<http://www.fisu.net/en/FISU-history-3171.html>>, acessado para pesquisa em 14/02/2016.
- Franco, F.S.; Szymanski, H. (2010). O método Fenomenológico-Hermenêutico na investigação de práticas educativas parentais. UNESP – IV Seminário e Pesquisa em Estudos Qualitativos, 2010. Disponível em <<http://www.sepq.org.br/IVsipeq/anais/artigos/87.pdf>>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.
- Freiria, C.; Anderaós, D.; Mariano, L.; Paula, M.; Carrion, P. (2015) – Os diferentes ângulos do Esporte Universitário. Publicado em 19/11/2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=nITGnuGWIZc>>.
- FUME (2013). Filiadas. Disponível em <<http://fume.org.br/filiadas-2/>>. Acessado para pesquisa em 12/10/2015.
- FUME (2013). Histórico. Disponível em <<http://fume.org.br/a-fume/>>. Acessado para pesquisa em 12/10/2015.
- Gamboa, S. S. (1994) – Pesquisa em Educação Física: As inter-relações necessárias. Revista digital Motrivivência. UFSC, Santa Catarina/SC. Nº 5,

1994. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/14499>>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.
- Gil, A. C. (2002) – Como Elaborar Projetos de Pesquisa. Editora Atlas. 4ª Edição. 175p.
- Gomes, L. (2010) – A outra face do Programa Segundo Tempo. As políticas esportivas de Luiz Inácio da Silva com o advento do neoliberalismo. Revista digital EFDeportes, ano 14, nº 142, Março de 2010. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd142/as-politicas-esportivas-de-luiz-inacio-lula-da-silva.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.
- Governo de Minas Gerais (2015). Minas Gerais. Consultado em 12/10/2015, disponível em <<https://www.mg.gov.br/governomg/ecp/comunidade.do;jsessionid=F7AB460B43426BC4F01027075AC16C8D?app=governomg>>.
- Graça, A.; Queirós, P. (Org.) (2013) – Investigação Qualitativa em Desporto. Volume 1. CIFI2D - UP.2013. 195p.
- Graça, A.; Queirós, P. (Org.) (2013) – Investigação Qualitativa em Desporto. Volume 2. CIFI2D - UP.2013. 206p.
- Hatzidakis, G. (2006) – Esporte Universitário. Pp. 1019-1021. In DA COSTA, L. (Org.) (2006) – Atlas do Esporte no Brasil. CONFEF, Rio de Janeiro/RJ. 2006. Disponível em <<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/72.pdf>>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.
- Hill, M. M.; Hill, A. (2000) – Investigação por Questionário. Edições Sílabo, 2000. 377p.
- Júnior, A. E. B. (2011) – Educação Física no Brasil e seus resquícios históricos. Revista de Educação do IDEAU, v. 6, n. 13. Janeiro – Julho de 2011. Passo Fundo/RS. Disponível em <http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/151_1.pdf>. Acessado para pesquisa em 10/03/2016.
- Koch, R.; Teixeira, D. B.; Vargas, J. O.; Fin, L. H. (2015) – Jogos Universitários da UERGS. 1ª Edição, São Francisco de Paula, 2015. Revista digital EFDeportes, ano 20, nº 211, Dezembro de 2015. Disponível em

<<http://www.efdeportes.com/efd211/jogos-universitarios-da-uergs-2015.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.

Lima, I. G. (2009) - Educação Física na escola pública: explorando uma prática pedagógica dialogada. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Metodista de Piracicaba (SP) para obtenção do grau de Mestre em Educação Física. Disponível em <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/WFJGDMVYWDYX.pdf>>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.

Lima, J. D. (2012) – Um modelo de fazer inveja aos brasileiros. Jornal online A Gazeta do Povo. Publicado em 09/12/2012, caderno Educação. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/um-modelo-de-fazer-inveja-aos-brasileiros-azubpq4bm787fhvin4ql604zy>>, acessado para pesquisa em 29/02/2016.

Magalhães, C. H. F. (2005) – Breve histórico da Educação Física e suas tendências atuais a partir da identificação de algumas tendências de ideais e ideias de tendências. Revista da Educação Física/UEM Maringá, v.16, n. 1, p. 91-102, 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3410/2439>>. Acessado para pesquisa em 14/02/2016.

Manzini, E. J. (2004) – Entrevista semiestruturada: Análise de objetivos e de roteiros. II SIPEQ – Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. USC/SP. Março/2004. Disponível em <<http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acessado para pesquisa em 12/10/2015.

Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2003) – Fundamentos da Metodologia Científica. Editora Atlas. 5ª Edição. 311p.

Mazzei. L.C. Bastos, F.C. - Gestão do Esporte no Brasil: Desafios e Perspetivas. Editora Ícone. 1ª Edição. 196p.

Melo, V. A. (2007) – A Educação Física e o Estado Novo (1937-1945): A Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Revista digital EFDeportes, ano 12, nº 115, Dezembro de 2007. Disponível em

<<http://www.efdeportes.com/efd115/a-educacao-fisica-e-o-estado-novo.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.

Mendonça, C. B. C. (2003) – Análise mercadológica do Esporte Universitário no Brasil. Monografia apresentada na disciplina MH 620 – Seminário de Monografia – Treinamento em Desportes – Noturno para conclusão do curso e obtenção do título de Bacharel em Treinamento em Desportes pela Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (SP). Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000317295&opt=1>>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.

Metzner, A. C.; Rodrigues, W. A. (2013) - Educação Física Escolar Brasileira: Do Brasil Império Até Os Dias Atuais. Revista Fafibe Digital, nº. 4, Março de 2011. Disponível em <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/16/30032011212850.pdf>>. Acessado para pesquisa em 10/03/2016.

Moraes, R. (1999) – Análise de Conteúdo. Revista Educação, v. 22, n. 37, p. 7 – 32. 1999. Porto Alegre/RS. Disponível em <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html>. Acessado para pesquisa em 12/10/2015.

Nascimento, J. V.; Sonoo, C. N. (1987) – Prática Desportiva: Opção ou obrigação?. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 8, n. 2 e 3. P 159 – 162. Janeiro – Maio/1987. Disponível em <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/issue/download/48/30>>. Acessado para pesquisa em 20/03/2016.

Neto, E. R. (2011) - ANÁLISE SWOT – Planejamento Estratégico para Análise de Implantação e Formação de Equipa de Manutenção em uma Empresa de Segmento Industrial. Trabalho De conclusão do curso apresentada ao Núcleo de Pós Graduação da Faculdade Pitágoras de São João Del Rey (MG) para obtenção do grau de Especialista em MBA – Gestão Estratégica de Manutenção, Produção e Negócios. Disponível em <http://www.icap.com.br/biblioteca/172349010212_FORMATADA.pdf>. Acessado para pesquisa em 10/03/2016.

- Nora, D. D.; Bordinhão, L. S.; Cavalheiro, L.; Júnior, L. O. S.; Dickel, D. C.; Capa, F. B.; Milbradt, S. N.; Pozzebon, M.; Filho, M. F. S. (2014) – Programa Segundo Tempo: Determinantes da Participação dos Universitários da UFSM em Atividades de Esporte e Lazer. Revista digital EFDeportes, ano 19, nº 195, Agosto de 2014. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd195/participacao-dos-universitarios-em-esporte-e-lazer.htm>>, acessado para pesquisa em 10/05/2015.
- Oliveira, A. A. B.; Perim, G. L. (Org.) (2008) – Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo – 1º Ciclo Nacional de Capacitação dos Coordenadores de Núcleo. BRASIL, 2008. Disponível em <http://www.pst.uem.br/download/FP_PST.pdf>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.
- Oliveira, M. M. (2010) – Como fazer pesquisa qualitativa. Editora Vozes. 3ª Edição. 230p.
- Oliveira, S. D. P.; Marinho, M. G. S. M. C. (2012) – Diretas Já, um movimento social híbrido. Revista Debates, v. 6, n. 3, p 129-143. Setembro – Dezembro/2012. Porto Alegre/RS. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/31344>>. Acessado para pesquisa em 09/03/2016.
- Oliveira, T. M. V. (2001) – Escalas de mensuração de atitudes: Thurstone, Osgood, Stapel, Likert, Guttman, Alpert. Revista Administração on-line, v. 2, n. 2. Abril – Junho/2001. Disponível em <http://www.fecap.br/adm_online/art22/tania.htm>. Acessado para pesquisa em 12/10/2015.
- Palma, D. (2012) – Esporte Universitário: As duas faces da moeda – parte I. Site Duos Sports Marketing Esportivo. Seção Negócios e Esporte. Postado em 03/10/2012. Disponível em <<http://duosports.com.br/web/boteco/esporte-universitario-as-duas-faces-da-moeda-parte-i/>>. Acessado para pesquisa em 20/01/2015.
- Paula, H.E; Faria, E.L. (1998) - A Educação Física no terceiro grau: contexto atual e perspectivas. Revista digital Pensar a Prática, v.1, p96-106. <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/15>>. Acessado para pesquisa em 10/05/2015.

- Poltronieri, R.B.F; Araújo, P.F. (2005) - A Educação Física Frente à LDB 9394/96. Revista digital EFDeportes, ano 10, nº 86, Julho de 2005. <<http://www.efdeportes.com/efd86/ldb.htm>>, acessado para pesquisa em 10/05/2015.
- Ramos, A.F., (2006) – A Luta Contra a Ditadura Militar e o Papel dos Intelectuais de Esquerda. Revista História e Estudos Culturais, Ano 3, Vol. 3, Nº 1, Jan/Mar de 2006. Disponível em <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF6/8%20-%20ARTIGO%20-%20ALCIDESFRAMOS.pdf>>. Acessado para pesquisa em 10/01/2016.
- Realidade, Desafios Tecnológicos e Políticas Públicas voltadas para o Desporto Universitário Brasileiro. Mesa Redonda no V ENEBI - Encontro Nacional de Engenharia Biomecânica. Publicado em 29/05/2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=rThzvFYfeew>>.
- Ribeiro, G. (2013) – Esporte em Geral: O Valor do desporto Universitário. Blog Entrando no Jogo. Publicado em 09/04/2013. Disponível em <<http://entrandonojogo.com.br/esporte-em-geral-o-valor-do-esporte-universitario/>>, acessado para pesquisa em 29/02/2016.
- Rosa, A. J. (2002) – Educação Física curricular no 3º grau: Proposta de reestruturação com base na avaliação do estilo de vida dos estudantes da UNIVILLE. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para obtenção do grau de Mestre em Educação Física. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/83075>>. Acessado para pesquisa em 20/11/2015.
- Russi, A. C. R. (2012) – Educação Física se resume a prática?. Revista digital EFDeportes, ano 16, nº 164, Janeiro de 2012. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd164/a-educacao-fisica-se-resume-a-pratica.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.
- Sanfelice, J. L. (2008) – O Movimento Civil-Militar de 64 e os Intelectuais. Cadernos CEDES, v. 28, n. 76, p. 357 – 378. Setembro – Dezembro/2008. Campinas/SP. Disponível em <<http://www.scielo.br/>

pdf/ccedes/v28n76/a05v2876.pdf>. Acessado para pesquisa em 10/03/2016.

Santos, A. M. F.; Folle, A. (2012) – Motivação para a Prática Desportiva no Programa Segundo Tempo na Cidade de Florianópolis, SC. Revista digital EFDeportes, ano 16, nº 164, Janeiro de 2012. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd164/motivacao-desportiva-no-programa-segundo-tempo.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.

Schreiber, M. B.; Scopel, E. J.; Andrade, A. (2005) – Educação Física Escolar e Filosofia: Uma Prática Consciente. Revista digital EFDeportes, ano 10, nº 87, Agosto de 2005. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd87/efe.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.

Schrippe, P., Back, L.; Weise, A. D.; Kovalski, J. L. (2013) – Planejamento estratégico: Análise SWOT e Matriz BCG aplicadas em um centro esportivo wellness e fitness. Revista Espacios, v. 34, n. 5. Venezuela. Disponível em <<http://www.revistaespacios.com/a13v34n05/13340516.html>>. Acessado para pesquisa em 20/03/2016.

SEBRAE (2015) – Use a Matriz F.O.F.A para Corrigir Deficiências e Melhorar sua Empresa. Site oficial do SEBRAE. Postado em 04/12/2015 na seção Planejamento Estratégico. SEBRAE, 2015. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/use-a-matriz-fofa-para-corriger-deficiencias-e-melhorar-a-empresa,9cd2798be83ea410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acessado para pesquisa em 28/02/2016.

Segatto, J. A. (2014) – Crise Política e a Derrota da Democracia. Pp. 41-62. In VALLE, M.R. (Org.) (2014) – 1964 – 2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP. Cultura Acadêmica, 174p. Disponível em <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-temas-em-sociologia-n7.pdf>>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.

Silva, A. A.; Silva, N. S.; Barbosa, V. A.; Henrique, M. R.; Baptista, J. A. (2011) - A Utilização da Matriz SWOT como Ferramenta Estratégica – um Estudo

de Caso em uma Escola de Idioma de São Paulo. VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende, RJ. 2011. Disponível em <<http://cetir.aedb.br/seget/artigos11/26714255.pdf>>. Acessado para pesquisa em 10/03/2016.

Silva, D. A. S. (2008) – Retrospectiva da legislação educacional brasileira, contextualizando com a rede de ensino do estado de Sergipe. Revista digital EFDeportes, ano 13, nº 119, Abril de 2008. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd119/legislacao-educacional-brasileira.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.

Silva, L. L.; Machado, R. P. T.; Dias, P. S. (2014) – Fatores Motivacionais para a Prática do Desporto Universitário. Revista digital EFDeportes, ano 19, nº 191, Abril de 2011. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd191/fatores-motivacionais-do-desporto-universitario.htm>>, acessado para pesquisa em 10/05/2015.

Soares, A.; Liberato, A.; Cardoso, J.; Lima, P. C.; Silva, A. C. (Org.) (2011) – Diagnóstico do Esporte e Lazer da Região Norte Brasileira – O Existente e o Necessário. BRASIL, 2011. Disponível em <<http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/diagnosticoEsporteLazerNorte.pdf>>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.

Soares, E. R. (2012) – Educação Física no Brasil: Da origem até os dias atuais. Revista digital EFDeportes, ano 17, nº 169, Junho de 2012. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd169/educacao-fisica-no-brasil-da-origem.htm>>, acessado para pesquisa em 10/03/2016.

Sorato, H. R.; Euzébio, C. A. (2014) – Educação Física no Brasil: a história que se contou. Revista digital EFDeportes, ano 18, nº 188, Janeiro de 2014. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd188/educacao-fisica-no-brasil-a-historia.htm>>, acessado para pesquisa em 10/05/2015.

Sousa, R. G. (2016) – "Diretas Já"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/direta-ja.htm>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

Starepravo, F. A.; Reis, L. J. A.; Mezzadri, Marchi Jr., W. (2010) – O Esporte Universitário No Brasil: Uma Interpretação a Partir da Legislação Esporti-

- va. Revista Esporte & Sociedade, UFF, ano 5, nº 14, Março a Junho de 2010. Disponível em <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es1406.pdf>>. Acessado para pesquisa em 29/02/2016.
- Steinhilber, J. (1998) – Educação Física na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) – Obrigatoriedade?!?!?. Revista Mineira de Educação Física, 6 (1), 81 – 84, Viçosa (MG), 1998. Disponível em <<http://www.revistamineiradeefi.ufv.br/artigos/arquivos/59d337fd42ddb170cb7bf05d042769db.pdf>>. Acessado para pesquisa em 10/01/2016.
- Teschima, V. H; Marçal, A.F. (2011) – Qualidade de Vida Percebida por Estudantes Universitários Londrinenses. Revista digital EFDeportes, ano 16, nº 55, Abril de 2011. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd155/qualidade-de-vida-percebida-por-estudantes.htm>>, acessado para pesquisa em 10/05/2015.
- Toledo, C. N. (2004) – 1964: o Golpe Contra a Democracia e as Reformas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, nº 47, p 13-28, 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a02v2447.pdf>>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.
- Toledo, C. N. (2014) – Teses Revisionistas sobre 1964: Democracia e Golpismo. Pp. 27-39. In VALLE, M.R. (Org.) (2014) – 1964 – 2014: Golpe Militar, História, Memória e Direitos Humanos. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP. Cultura Acadêmica, 174p. Disponível em <<http://www.fclar.unesp.br/Home/Instituicao/Administracao/DivisaoTecnicaAcademica/ApoioaoEnsino/LaboratorioEditorial/serie-temas-em-sociologia-n7.pdf>>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.
- Toledo, C. N. (2014) (Org.) – 1964: o Golpe Contra a Democracia e as Reformas. Ed. Em Debate/UFSC, 138p. Disponível em <<https://issuu.com/editoriaemdebate/docs/1964-golpe-contra-democracia>>. Acessado para pesquisa em 20/12/2015.
- Toledo, R. (2006) - Gestão do Esporte Universitário: uma Importante Estratégia de Marketing Para as Universidades. Editora Aleph. 2006. 192p.
- Tolói, G. G.; Manzini, E. J. (2013) – Etapas da construção de um roteiro de entrevista e considerações encontradas durante a coleta de dados. VIII En-

contro da Associação Brasileira de Pesquisadores. Londrina/PR. 2013. Disponível em <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT14-2013/AT14-008.pdf>>, acessado para pesquisa em 12/10/2015.

TV PUC – Rio. Esporte Universitário. Publicado em 06/07/2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qMG1X5KAJ4A>>.

TV PUC – SP. A Realidade e a Expectativa do Esporte Universitário no Brasil. Publicado em 17/10/2012. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LrthCyEnK_w>.

UFOP (2004) - Resolução CUNI nº 658. <<http://www.soc.ufop.br/resolucoes/cuni.php?id=0658&type=CUNI>>, acessado para pesquisa em 11/05/2015.

UFOP (2007) - História oficial da Universidade Federal de Ouro Preto. <http://www.ufop.br/index.php?option=com_content&task=view&id=52&Itemid=175>, acessado para pesquisa em 12/10/2015.

UFOP (2010) - Plano de Desenvolvimento Institucional. <<http://www.ufop.br/pdi/>>. Acessado para pesquisa em 20/05/2015.

Universidades de Minas Gerais. Consultado em 13/10/2015, disponível em <<http://www.altillo.com/pt/universidades/brasil/estado/minasgerais.asp>>.

6. ANEXOS

SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO ESPORTE NA MINHA UNIVERSIDADE:

7. Em relação à estrutura organizacional (Atlética, Centro, Diretório, Departamento, etc.) do Esporte Universitário na minha Universidade:

(1) (2) (3) (4) (5)

8. Em relação à estrutura física (Ginásios, Piscina, Pista de Atletismo, Tames, Campo,) disponível para a prática do Esporte Universitário:

(1) (2) (3) (4) (5)

9. Em relação aos equipamentos disponíveis (Bolas, redes, tabelas, etc.) para a prática do Esporte Universitário:

(1) (2) (3) (4) (5)

10. Em relação à organização de espaço e horários de treinos do Esporte Universitário:

(1) (2) (3) (4) (5)

11. Em relação à organização do Esporte Universitário de Competição na minha Universidade:

(1) (2) (3) (4) (5)

12. Em relação à organização do Esporte Universitário de Formação na minha Universidade:

(1) (2) (3) (4) (5)

13. Em relação à organização do Esporte Universitário de Lazer na minha Universidade:

(1) (2) (3) (4) (5)

SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS DOCENTES/SERVIDORES NO ESPORTE UNIVERSITÁRIO NA MINHA UNIVERSIDADE:

14. Em relação à participação dos docentes da minha Universidade na organização das Equipes Universitárias:

(1) (2) (3) (4) (5)

15. Em relação à participação dos docentes da minha Universidade nos treinamentos das Equipes Universitárias:

(1) (2) (3) (4) (5)

16. Em relação à participação dos docentes da minha Universidade nas competições das Equipes Universitárias:

(1) (2) (3) (4) (5)

17. Em relação à participação dos servidores da minha Universidade na organização das Equipes Universitárias:

(1) (2) (3) (4) (5)

18. Em relação à participação dos servidores da minha Universidade nos treinamentos das Equipes Universitárias:

(1) (2) (3) (4) (5)

19. Em relação à participação dos servidores da minha Universidade nas competições das Equipes Universitárias:

(1) (2) (3) (4) (5)

SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS EQUIPES UNIVERSITÁRIAS NAS COMPE- TIÇÕES DAS FEDERAÇÕES:

**20. Em relação ao calendário esportivo definido pela Federação Universi-
tária Mineira de Esportes (FUME) e a Confederação Brasileira de Despor-
tos Universitários (CBDU):**

(1) (2) (3) (4) (5)

**21. Em relação à participação das equipes universitárias da minha Uni-
versidade nas Ligas Universitárias (LDU):**

(1) (2) (3) (4) (5)

**22. Em relação à participação das equipes universitárias da minha Uni-
versidade nos Jogos Universitários Mineiros (JUMs):**

(1) (2) (3) (4) (5)

**23. Em relação à participação das equipes universitárias da minha Uni-
versidade nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs):**

(1) (2) (3) (4) (5)

**24. Em relação à participação das equipes universitárias da minha Uni-
versidade em competições não-Universitárias (Municipais, regionais e/ou
Nacionais):**

(1) (2) (3) (4) (5)

**25. Em relação à participação das equipes universitárias da minha Uni-
versidade em partidas amistosas contra outras equipes/Universidades:**

(1) (2) (3) (4) (5)

**26. Em relação aos resultados obtidos pelas equipes universitárias da mi-
nha Universidade nas competições que disputa:**

(1) (2) (3) (4) (5)

Anexo 2 - Questionário aberto

Caro/a atleta (aluno),

Agora você é convidado a responder a duas questões abertas. Não há respostas certas ou erradas. O que verdadeiramente interessa é que você seja sincero (a). Se alguma questão não estiver clara, por favor, pergunte ao pesquisador. Os dados são confidenciais e serão utilizados somente pelos pesquisadores para fins científicos. Quando terminar, leia novamente as suas respostas e entregue a folha de volta ao pesquisador. Obrigado.

Modalidade:

Idade:

1. Qual a sua opinião sobre a obrigatoriedade da Educação Física como disciplina (EFD 301 e EFD 302) na UFOP?

2. Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento do Desporto de competição oferecido pela UFOP?